



**Ministério da Saúde  
Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública  
Departamento de Endemias Samuel Pessoa**



## **O Programa Brasil Afroatitude: Estudo de Avaliabilidade na Universidade de Brasília**

**Aluna: Karen Bruck de Freitas**

**Orientadora: Elizabethe Moreira dos Santos**

**Co-orientadora: Cristina Câmara**

**Dissertação de Mestrado Profissional,  
apresentada à Escola Nacional de Saúde  
Pública, Departamento de Endemias Samuel  
Pessoa, para obtenção do título de mestre na  
Área de Avaliação em Programas Endêmicos.**

**Rio de Janeiro - RJ**

**2006**

KAREN BRUCK DE FREITAS

O Programa Brasil Afroatitude: Estudo de Avaliabilidade na Universidade de Brasília

Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Kátia Guimarães  
(Programa Nacional de DST e Aids – Ministério da Saúde)

---

Prof. Dr. Luciano Toledo  
(Departamento de Endemias Samuel Pessoa/ENSP/ENSP/FIOCRUZ)

---

Profa. Dra. Elizabeth Moreira dos Santos (Orientadora)  
(Departamento de Endemias Samuel Pessoa/ENSP/FIOCRUZ)

---

Profa. Dra. Cristina Câmara (Co-orientadora)  
(Acicate – Análises Socioculturais)

## CATALOGAÇÃO DA FONTE

Freitas, Karen Bruck

O Programa Brasil Afroatitide: Estudo de Avaliabilidade na Universidade de Brasília/ Karen Bruck de Freitas. – 2006.

150 Folhas.

Orientadores: Elizabeth Moreira dos Santos & Cristina Câmara

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ)

1. Avaliação – DST/AIDS – Ações Afirmativas – Cotas – População Negra – Racismo.

*In memoriam* à querida amiga Elaine Inocência  
guia e parceira na construção do Afroatitude.

## **Agradecimentos**

À Elizabete Moreira, minha orientadora, pelo estímulo, tenacidade e paciência.

À Cristina Câmara minha co-orientadora, amiga, colega de trabalho e parceira na militância contra o estigma e a discriminação, pela generosidade de compartilhar conhecimento e experiência.

A Raldo Bonifácio pela lucidez e radicalidade na defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/aids.

À equipe da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos do Programa Nacional de DST e Aids pela força e tolerância com as ausências e distanciamentos.

Aos alunos, professores e participantes do Programa Brasil Afroatitude que aceitaram o convite de colaborar com esse trabalho.

Aos colegas e professores do Curso de Avaliação pelo senso de cumplicidade e companheirismo.

A Fernando Seffner e Lúcia Muller pelos comentários, sugestões, bibliografias, amigos que nunca dizem não.

Á minha mãe Nancy e minha irmã Tais, co-responsáveis pela minha volta aos estudos, pelo carinho e reza forte.

Á Elizabete dos Santos, meu love.

## Sumário

---

Resumo.....	7
Lista de quadros.....	9
Lista de siglas.....	10
Apresentação.....	11

### Capítulo 1: Antecedentes e contexto de surgimento

---

A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude.....	14
A construção da resposta social à epidemia da aids no Brasil: alguns aspectos.....	22
A construção da agenda por ações afirmativas no ensino superior no Brasil: alguns aspectos.....	24

### Capítulo 2: Planejando a avaliação

---

Avaliação em saúde e estudos de avaliabilidade.....	30
Identificação dos usuários potenciais da avaliação.....	35
A descrição e modelo lógico do programa.....	36
As perguntas avaliativas.....	42

### Capítulo 3: O modelo teórico de avaliação

---

O modelo teórico da avaliação.....	45
Considerações éticas.....	48
Procedimentos metodológicos.....	49

### Capítulo 4: O Afroatitude nas universidades

---

A implantação nas dez universidades.....	62
A Universidade de Brasília: um estudo de caso.....	99
A discussão e análise dos dados.....	108

### Conclusões e principais achados

---

Conclusões e principais achados.....	129
Limites do estudo.....	139
Recomendações.....	140
Referências bibliográficas.....	141

### Anexos

---

Termo de Consentimento.....	147
Termo de Autorização da Instituição.....	149

## **Resumo**

Esta dissertação é uma avaliação do *Programa Brasil Afroatitude* implantado em 2005, pelo Programa Nacional de DST e Aids, e destinado a alunos negros cotistas de dez universidades públicas brasileiras que adotam o sistema de cotas. A dissertação teve como objetivo descrever e analisar a implantação desse programa em uma universidade e propor um modelo de avaliabilidade que contemple os componentes da intervenção e seus possíveis efeitos. Os três objetivos desse trabalho foram: a) aplicar o estudo de avaliabilidade a uma situação específica e desenvolver o modelo para ser utilizado como ferramenta de avaliação para o programa; b) verificar o grau de implementação do programa; e c) verificar os efeitos nos alunos participantes do Programa com ênfase nas categorias de *permanência, desempenho e envolvimento*.

A Universidade de Brasília foi selecionada para estudo de caso em função de aspectos operacionais, técnicos e políticos. Na primeira etapa da pesquisa foram realizados levantamento bibliográfico, identificação e descrição do modelo lógico da intervenção e da teoria do programa. A segunda etapa consistiu na construção do modelo teórico de avaliação e matriz de julgamento. A terceira etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com professores, alunos e gestores do *Programa Brasil Afroatitude*.

A análise dos dados permitiu verificar que o Brasil Afroatitude é um programa de ação afirmativa que beneficia determinados segmentos em situação de exclusão social, concedendo bolsas de estudo para alunos negros que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas. A análise de sua implementação permitiu verificar o grau de implementação do programa na Universidade de Brasília, validar dimensões escolhidas e responder as perguntas avaliativas. O programa implementado na UnB contribuiu para a permanência do aluno bolsista, contribuiu para a sua inserção em atividades de ensino, pesquisa e extensão e contribuiu para o envolvimento dos alunos com os temas aids e racismo.

**Palavras chaves:** Avaliação – DST/AIDS – Ações Afirmativas – Cotas – População Negra – Racismo.

## **Abstract**

This dissertation is an evaluation of the Brazil *Afroatitude* Program, launched in 2005 by the Brazilian STD/AIDS National Coordination, intended for black students included in the quota systems of ten public universities. The general objectives of the work were to describe and analyze the implementation of the Program in one of the universities and to develop an evaluability assessment that comprehends the components of the intervention and its possible effects. The three specific objectives were: a) to apply studies of evaluability to a specific situation and develop a model to be used as a mechanism of evaluation of the Program; b) Verify the level of implementation of the Program; c) to verify the effects on participant students with emphasis in categories of permanency, performance and involvement.

The University of Brasília was selected for the study case due to operational, technical and political factors. The first phase of the research consisted of a bibliography examine, identification and description of the logic model for intervention as of the program's theory. The second phase was the construction of the theoretical model for evaluation and the judgment pattern. During the third phase of research, interviews with teachers, students and managers of the Program were carried out.

The analysis of data brought out the fact that *Brasil Afroatitude* is an affirmative action program that benefits certain segments of the population that are socially excluded, granting scholarships to black students that enter university through a quota system selection. The analysis of the implementation of the Program revealed the level of implementation at the University of Brasília, validated the dimensions chosen and answered the evaluative questions. The Program implemented at UnB contributes to the permanency of the student granted with the scholarship. It also allows the student to participate in other educational activities, researches and extension courses, contributing to the involvement of those students with the thematic areas of AIDS and racism.

**Key words: Evaluation. Affirmative Action. Quota System. AIDS. Black Population. Racism.**

## **Lista de quadros**

Quadro 1. Modelo lógico da intervenção .....	40
Quadro 2. Matriz de julgamento de implantação do programa .....	53
Quadro 3. Matriz de julgamento de propriedade do programa.....	57
Quadro 4. Pontuação por dimensão da avaliação.....	58
Quadro 5. Resumo da situação nas universidades.....	63
Quadro 6. Implantação – UnB.....	129
Quadro 7. Permanência, desempenho, envolvimento - UnB.....	132
Quadro 8. Matriz de julgamento - UnB.....	134

## Lista de siglas

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília
CDC/GAP	<i>Centers for Disease Control and Prevention/ Global Aids Program Brazil</i>
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
DH	Direitos Humanos
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EAV	Estudo de Avaliabilidade
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
GLTTTB	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Bissexuais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
MLA	Modelo Lógico de Avaliação
MS	Ministério da Saúde
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
OG	Organização Governamental
ONG	Organização Não-Governamental
PVHA	Pessoas Vivendo com HIV e Aids
PN-DST/AIDS	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESU-MEC	Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
UnB	Universidade de Brasília

## **Apresentação**

Este estudo teve como objetivo descrever, analisar e avaliar a implantação do Programa Brasil Afroatitude na Universidade de Brasília. Esse programa foi lançado pelo Programa Nacional DST e Aids do Ministério da Saúde, em dezembro de 2004, em conjunto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), destinando-se a alunos negros<sup>1</sup> de graduação que ingressaram em universidades públicas por meio do sistema de cotas.

O programa consiste na concessão de 50 bolsas de estudo, durante um ano, para alunos negros cotistas de qualquer curso de graduação que desenvolvam estudos associados aos temas Aids e Racismo em universidades públicas que adotam o sistema de cotas.

Dez universidades submeteram suas solicitações de adesão, enviando ao PN-DST/AIDS um plano de utilização das bolsas, sob a forma de projeto, em janeiro de 2005: Universidade de Brasília (UnB); Federal da Bahia (UFBA); Federal do Paraná (UFPR); Federal de Alagoas (UFAL); Federal de São Paulo (UNIFESP), Estadual da Bahia; (UNEB); Estadual de Londrina (UEL); Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

Para a realização desse estudo, a abordagem de avaliação selecionada foi avaliação interna, formativa com foco no processo de implantação do programa. O estudo de caso único foi realizado na Universidade de Brasília no período de dezembro de 2005 a junho de 2006.

Os objetivos dessa avaliação foram os de fornecer informações que possam subsidiar o processo de tomada de decisões sobre futuras programações para alterar, corrigir ou melhorar a intervenção (Patton, 1997). Outro objetivo foi o de desenvolver um modelo teórico de avaliação para ser disponibilizado como ferramenta para avaliação externa de resultados do programa nas dez universidades participantes do Programa Brasil Afroatitude.

Para a realização desse trabalho, fez-se um Estudo de Avaliabilidade com ênfase no grau de implantação em uma universidade específica e privilegiando-se o aluno – usuário final da intervenção. Nesse sentido, buscou-se explicitar os conteúdos e os objetivos da intervenção, problematizar as alternativas metodológicas e preparar o desenho de avaliação da intervenção.

No capítulo 1, apresentam-se os antecedentes e o contexto de surgimento do programa no âmbito do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, a combinação de interesses e a sintonia de agendas entre o PN-DST/AIDS, interessado em aprofundar os temas das relações entre aids e população negra, a partir dos dados do Boletim Epidemiológico e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) interessada em promover política de ações afirmativas e o fortalecimento do sistema de cotas a partir de compromissos assumidos pelo governo. Faz-se uma breve retrospectiva dos temas conectados no programa: a questão da aids e a população negra e a política de ações afirmativas no ensino superior no Brasil nas duas últimas décadas.

No capítulo 2, introduz-se a discussão sobre os limites e as possibilidades de avaliação em saúde, apresenta-se o passo-a-passo e as etapas necessárias para o planejamento e execução de uma avaliação. Descreve-se o programa Brasil Afroatitude (a intervenção a ser avaliada), explicita-se o modelo lógico do programa, seus objetivos e efeitos esperados e a racionalidade entre intervenção e problema que se pretende resolver. A partir da análise do programa, seus pressupostos e objetivos, apresentam-se as perguntas avaliativas que o presente estudo pretende responder. Um conjunto dirigido ao Grau de Implementação do programa com base em seu modelo lógico - a descrição do programa planejado e o programa como é executado. Um segundo conjunto de perguntas dirigido à investigação da congruência, no sentido de conveniência e propriedade, entre os pressupostos da intervenção com os fins a que propõe.

No capítulo 3, apresenta-se o modelo teórico de avaliação construído para responder as perguntas avaliativas, os efeitos e as mudanças esperadas com a implementação do programa. Explicitam-se os procedimentos metodológicos, o desenho do estudo, as dimensões a serem avaliadas - *permanência*, *desempenho* e *envolvimento* - e seus indicadores, o plano de análise e a matriz de julgamento de relevância do programa.

No capítulo 4, sumariza-se a situação das dez universidades participantes do programa e apresenta-se a realidade empírica do programa na Universidade de Brasília, por meio de dados coletados em documentos do programa e em entrevistas com participantes. Analisa-se sua implantação e a compatibilidade entre o planejado e o implantado. Coteja-se o modelo teórico de avaliação construído e as dimensões escolhidas com a conformação do programa e seus efeitos.

Nas considerações finais, apresentam-se os principais achados e conclusões do estudo e as recomendações dirigidas aos gestores do programa no plano federal e gestores no âmbito da Universidade de Brasília.

## **Capítulo 1: Antecedentes e contexto de surgimento**

### **A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude**

Uma das mais peculiares características da resposta brasileira ao HIV e à aids tem sido a construção das estratégias de enfrentamento da epidemia, ancoradas não somente, nos seus aspectos bio-fisiológicos e epidemiológicos, mas também nos aspectos sociais a ela associados. Ações direcionadas à defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/aids e às populações mais vulneráveis foram desenvolvidas, simultâneas e consoantes com os princípios preconizados no Sistema Único de Saúde (SUS), inovadoras do ponto de vista das estratégias adotadas no campo da assistência e da prevenção.

Ao longo dos últimos vinte anos, diferentes grupos, movimentos e populações têm sido parceiros do Programa Nacional de DST e Aids. Esse formato de intervenção em saúde, focado em parcerias acabou configurando uma rede de articulação e diálogo com os mais diversos grupos - pastorais da igreja católica, terreiros e religiões de matriz africana, diretores de teatro, diretores de filmes de pornografia, cabeleireiros, parteiras, cartunistas, distribuidores de refrigerantes e bebidas, personalidades de mídia, trios elétricos de carnaval, quebradeiras de coco, escolas de samba, quilombolas, caminhoneiros, radialistas e diversos movimentos sociais, movimento estudantil, movimento feminista, de trabalhadores sem-terra, de profissionais do sexo, de *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, usuários de drogas e pessoas vivendo com HIV/aids.

A abertura de canais de comunicação e de espaços de discussão técnica e política para a formulação das políticas, a parceria com diferentes movimentos sociais, o apoio logístico à consolidação de trabalho em rede têm sido algumas dessas iniciativas. O financiamento de ações por meio de projetos, o apoio às ações de *advocacy*, o apoio para constituição de frentes parlamentares contra o HIV/aids, o financiamento de ações de prevenção nas paradas GLTTB, o fomento à constituição de assessorias jurídicas autônomas para defenderem os direitos das Pessoas Vivendo com HIV/Aids (PVHA) e

populações mais vulneráveis são alguns exemplos de ações em parceria apoiadas com recursos governamentais.

Preconiza-se que o apoio a essas estratégias está associado à necessidade imperativa de enfrentar alguns dos aspectos sociais diretamente relacionados à aids, como o isolamento, a exclusão, o preconceito e a discriminação e a violência de gênero, o sexismo e a homofobia. Essa dimensão ampliada de ação em saúde tem dado dinâmica à resposta brasileira à epidemia da aids. Paradoxalmente, poucos estudos têm-se debruçado a analisar em profundidade a contribuição que essas práticas, reconhecidas como inovadoras no âmbito do Sistema Único de Saúde, têm dado ao enfrentamento da epidemia.

Ações do Programa Nacional de DST e Aids voltadas para a população negra ou em parceria com organizações do movimento negro foram poucas ao longo dos últimos 20 anos. Algumas ações e financiamento de projetos foram desenvolvidos pioneiramente com populações quilombolas, com religiões de matriz africana e, especialmente, para mulheres negras. Organizações não-governamentais como: Criola/RJ, Fala Preta/SP, Rede de Religiões Afro-brasileiras, Coletivo de Entidades Negras, entre outras, tiveram apoio financeiro do PN-DST/AIDS, entre 1997 e 2002.

Em termos de eventos sobre o tema aids e população negra, o PN apoiou pela primeira vez, em 2002, o “Lai-Lai Apejo” (em iorubá significa “encontro para sempre”), encontro nacional de mulheres negras, que teve como tema: conhecer para prevenir DST/HIV e aids. O encontro ocorreu em Porto Alegre e reuniu 150 mulheres de 50 entidades de todo o Brasil<sup>2</sup>.

No âmbito de respostas oriundas da sociedade civil, fez-se a revisão do papel das instituições religiosas nas respostas à epidemia, destacando-se que muitos cultos religiosos afro-brasileiros e seus líderes rapidamente se envolveram com questões relacionadas ao HIV/aids de forma *ad hoc*<sup>3</sup>.

Líderes religiosos foram procurados por organizações como o projeto Apoio Religioso contra a Aids do Instituto de Estudos da Religião (ARCA/ISER) e a Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (ABIA) para desenvolver programas direcionados à comunidade negra no Brasil. No caso do Candomblé, no início da década de 90,

existiam as seguintes iniciativas: projeto ODÔ-YÁ que buscava levar tanto informações sobre a aids, quanto trabalhar questões mais gerais ligadas à cultura negra no Brasil. Em São Paulo, no Centro de Referência e Tratamento (CRT-AIDS), houve a criação do Grupo Especial da Cultura Afro-Brasileira e Aids (GEC/AIDS), para trabalho de prevenção e educação nos terreiros e no Centro de Convivência Filhos de Oxum. Em Salvador, o Grupo Gay da Bahia (GGB) produziu folheto específico destinado aos adeptos do candomblé<sup>4</sup>.

Essas iniciativas também estavam associadas à formação de multiplicadores de informações sobre a doença para adoção de medidas preventivas, tendo em vista características de certos rituais de iniciação e cura que fazem uso de navalhas.

O uso de navalhas individuais ou esterilizadas, com o intuito de proteger os adeptos e simpatizantes contra os riscos que poderiam ser causados pelas incisões e cortes que são feitos no corpo nessas ocasiões, foi um dos recursos utilizados pelos zeladores de orixás<sup>5</sup>.

No âmbito das ações de comunicação, o Programa Nacional de DST e Aids nunca desenvolveu campanha específica para a população negra. Somente em duas ocasiões imagens de mulheres negras foram utilizadas. A primeira em fevereiro 2000, quando o PN-DST/AIDS veiculou nas televisões uma campanha de carnaval que tinha como protagonista uma jovem negra. Essa campanha de prevenção, por meio do formato de depoimento, teve como objetivo aumentar os índices de percepção de risco da população de mulheres, a população alvo da campanha.

No anúncio, a fala da personagem alertava: “No Carnaval passado, fiquei com um cara que nunca vi. Na hora, nem pensei em usar camisinha. Uns meses depois, precisei fazer um teste e descobri que estava com o vírus da aids. Olha, se você é o cara com quem eu fiquei é melhor você fazer exame, porque eu não sei se peguei ou passei o vírus”.

Esse filme provocou intensa polêmica e manifestações de organizações do movimento negro, ao associar a aids com uma mulher negra, chegando inclusive a gerar uma ação impetrada pela Associação Brasileira de Negros Progressistas (ABNP) no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contra o Ministério da Saúde, por propaganda supostamente racista (esse processo acabou sendo arquivado).

A entidade argumentou que a campanha trata as mulheres negras como prostitutas e assassinas em potencial. O Ministério da Saúde informou que a agência de publicidade fez uma seleção com 30 mulheres de várias raças para escolher a atriz da campanha. “E que racismo seria não escolher a primeira colocada no teste pelo fato de ela ser negra”<sup>6</sup>.

O aparecimento de pessoas negras em campanhas do PN-DST/AIDS só foi retomado em 2004, por ocasião de veiculação de campanha sobre transmissão vertical do HIV e da sífilis. Tendo as gestantes e os profissionais de saúde como público-alvo, três peças para públicos distintos foram criadas - mulher nordestina, mulher jovem e mulher negra -, quando foi utilizada a imagem de uma mãe negra com seu filho.

O tema população negra e aids, de forma esporádica e fragmentada, esteve presente na agenda do PN-DST/AIDS desde 1997. No entanto, a discussão sobre políticas de ações afirmativas para a população negra chega ao PN quando da realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pela ONU, em Durban, África do Sul, em 2001. Nessa conferência, o Brasil assume o compromisso de desenvolver uma política de ação afirmativa nas diversas esferas de governo. O Ministério da Saúde delega ao Programa a responsabilidade de elaboração de uma proposta para iniciar uma política de ações afirmativas, no âmbito do Ministério da Saúde. Nesse momento, é criado no PN-DST/AIDS o Grupo de Trabalho “Ações Afirmativas”. Esse grupo, a partir da consultoria do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT/SP), desenha algumas propostas de inclusão do tema e de implementação de ações de curto, médio e longo prazo. Nessa época, também, o PN-DST/AIDS assume o compromisso de implantar no SINAN (Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação) o corte por raça e cor, iniciativa que o estado de São Paulo já havia implantado desde 2000 e que divulgou pela primeira vez em seu Boletim Epidemiológico sobre HIV/Aids, em 2001.

Com a publicação do Decreto Presidencial nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui, na esfera da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, sob a coordenação da Secretaria de Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o grupo de trabalho é retomado, do ponto de vista da discussão de compromissos de governo, com a implementação de programas de ações afirmativas no âmbito dos ministérios e do executivo federal.

Foi em São Paulo que a discussão sobre as relações entre a epidemia e a população negra tiveram expressão, principalmente a partir de 2001 com a publicação do Boletim Epidemiológico do estado apresentando dados de notificação incluindo raça/cor<sup>7</sup>.

A apresentação dos resultados da tese de doutorado de Luís Eduardo Batista, em setembro de 2002, “Mulheres e Homens Negros: Saúde, Doença e Morte”, para a equipe de prevenção do Centro de Referência em Tratamento (CRT DST/AIDS) e com a divulgação dos dados referentes à mortalidade de negros por aids, abriu a discussão sobre o processo de recadastramento para a coleta do dado cor/raça no estado. Essa discussão resultou na implantação, no CRT, do Grupo de Trabalho Etnias e Vulnerabilidade, em dezembro de 2002<sup>8,9</sup>.

Em 2003, o Boletim Epidemiológico do Programa Estadual DST e Aids trouxe novamente o tema "Raça/Cor e Mortalidade", apresentando dados qualitativos e quantitativos de estudos sobre o tema. Nessa publicação, discorreu-se sobre a ausência das questões de cunho étnico-raciais nas ações institucionais e seu impacto na vulnerabilidade da população negra.

Em 2003, com o início da gestão de Luís Inácio Lula da Silva, ocorrem mudanças na estrutura do governo. Criou-se uma secretaria específica para tratar de políticas de enfrentamento do racismo - a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); além da transformação da própria Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em ministério, passando, ambas, a serem subordinadas diretamente à Presidência da República.

Em função da repercussão na mídia, ao final de 2003, Fernanda Lopes, do Núcleo de Prevenção a Aids do Instituto de Psicologia da USP, é convidada a apresentar para os técnicos do Programa Nacional, em Brasília, os resultados de sua tese de doutorado: “Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/aids no Estado de São Paulo”. Os resultados do estudo desenvolvido em 3 serviços de referência no atendimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS, em São Paulo, revelam várias situações nas quais as mulheres negras portadoras do HIV apresentam-se mais vulneráveis à reinfecção e ao adoecimento por aids, sendo algumas experiências vividas nos serviços de saúde, no momento anterior ou posterior ao diagnóstico da infecção<sup>9</sup>.

A repercussão desses dados e a publicação do Boletim Epidemiológico de Aids, em 2004, apresentando pela primeira vez, os números segundo o quesito raça/cor, apontando uma tendência de estabilização entre a população branca e crescimento entre a população parda e preta, provocou no PN-DST/AIDS a discussão sobre o tema da desigualdade racial e da vulnerabilidade da população negra ao HIV/aids<sup>10</sup>.

Nesse cenário, as articulações entre o Programa Nacional de DST e Aids e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, também se estreitaram para além da discussão relacionada à igualdade racial, mas principalmente nos temas da homossexualidade e violência. O diálogo e a aproximação de agendas entre o PN-DST/AIDS e a SEDH ocorria desde 2001, quando foi constituído o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Esse Conselho instituído no governo Fernando Henrique Cardoso, subordinado ao Ministério da Justiça, foi criado com o objetivo de acompanhar políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção de direitos. Nesse conselho, de composição mista, incluindo representação de movimentos sociais e representações governamentais de esfera federal e estadual, o assento destinado ao Ministério da Saúde foi ocupado, na titularidade, pelo PN-DST/AIDS.

É no âmbito desse Conselho que se configura o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em abril de 2004, que teve o respaldo técnico, político e financeiro do PN-DST/AIDS. É importante destacar que as discussões sobre desigualdade racial e homofobia incitaram o Ministério da Saúde a responder às demandas oriundas do movimento negro e do movimento de *gays*, lésbicas, travestis e transgêneros. Em setembro desse mesmo ano, é instituído, no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, o Comitê Técnico Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais – CT-GLTB e o Comitê Técnico Saúde da População Negra – CT-SPN.

Paralelo ao cenário político, no campo acadêmico, os ecos das resoluções da conferência de Durban e a discussão sobre políticas de promoção da igualdade racial se encontrava bastante polarizados. Na apresentação da publicação resultante de um seminário realizado em 2001 - Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos, os organizadores “dividiram” os participantes em duas categorias, além da dos militantes, haveria a dos “pesquisadores” e a dos “pesquisadores

militantes”, sugerindo que existe o “pesquisador neutro” e o “pesquisador engajado” nessa discussão<sup>11</sup>. Essa mesma publicação reflete os diferentes pontos de vista sobre a compreensão das identidades étnicas e raciais, formulações conceituais sobre raça, classe, etnicidade e suas aplicações na área de saúde e, principalmente, a ausência de concordância sobre as melhores estratégias de eliminação da discriminação racial<sup>12,13,14,15</sup>.

Foi neste contexto, de sintonia de agendas entre o PN-DST/AIDS e a SEDH que ocorre uma primeira reunião para discussão e para proposição de estratégias de atuação conjunta. Dessa reunião, participaram técnicos PN-DST/AIDS, técnicos da SEDH e representantes das seguintes universidades: UFPR, UNEB, UnB, UEMS essas últimas fizeram uma breve apresentação de suas ações e principais dificuldades, principalmente as relacionadas à permanência e à manutenção dos estudantes. A reunião teve como objetivo verificar as possibilidades de apoio e de cooperação. Foi definida a criação de um grupo de trabalho para viabilizar a idéia de formação de uma rede em torno de um programa e não de projetos isolados de ações, que foi chamada de rede de ações afirmativas de luta contra a aids em universidades<sup>16</sup>.

Esse grupo, um mês depois, em novembro de 2004 elaborou a proposta de implementação de um programa de bolsas para alunos negros de cursos de graduação de universidades públicas, ingressos por meio da política de cotas. Essas bolsas estariam condicionadas ao compromisso desses alunos em trabalhar com o tema aids e racismo. Essa proposta foi aceita consensualmente pelo grupo. O documento final que institui o Programa, resultante dessa articulação, foi produzido com a participação das representações das universidades, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU-MEC) e de representação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR).

Em dezembro de 2004, no âmbito das atividades relativas à passagem do Dia Mundial de Luta contra a Aids, com o eixo temático “Mulher, sua história é você quem faz” é lançado oficialmente, com a assinatura de quatro ministérios e com a presença dos reitores das universidades, o Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros.

O programa beneficiou, pelo período de um ano, por meio da concessão de bolsas de estudo, quinhentos alunos negros que ingressaram pelo sistema de cotas em dez universidades públicas (estaduais e federais).

## **A construção da resposta social à epidemia da aids no Brasil: alguns aspectos**

Por razões de naturezas diversas<sup>17, 18</sup>, o surgimento das respostas sociais à epidemia teve sua origem a partir de inúmeras iniciativas geradas no interior da sociedade civil.

No contexto da luta pelas liberdades democráticas e pela democratização do país, emergem os chamados “novos movimentos sociais”, carregando a bandeira dos direitos civis e de cidadania. São “embriões” de grupos *gays* e organizações sociais comunitárias que associados a movimentos pré-existentes à aids (sanitarista e feminista, principalmente), levantam suas vozes em solidariedade às pessoas vivendo com HIV/aids e pressionando o governo para a adoção de medidas de assistência e de prevenção.

No bojo dessa mobilização, na luta pelo direito à liberdade e à igualdade, associa-se a luta pelo direito à vida. O que Herbert Daniel chamou de “vida antes da morte”, palavra de ordem que sinalizava a afirmação de direitos para as pessoas vivendo com HIV/aids e populações mais vulneráveis<sup>19</sup>. No início dos anos 80, o ainda incipiente movimento *gay* incorpora a essa agenda o “direito à diferença”. “Existimos, somos diferentes, temos especificidades, temos direitos”.

Nesse cenário, o primeiro grupo comunitário criado especificamente para responder ao estigma e à discriminação decorrente da aids é o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), em São Paulo, em 1985. Já na sua fundação, o GAPA incorpora a luta pela visibilidade e atenção à saúde de grupos até então marginalizados e a princípio identificados com a epidemia – pessoas que se prostituíam e homossexuais<sup>20</sup>.

A mobilização pelo direito à informação, à prevenção e ao atendimento médico ocorre simultânea à mobilização pela afirmação da visibilidade e pelo “direito de existir”. A epidemia da aids impõe que seja dada visibilidade a temas, grupos sociais e populações até então invisíveis e clandestinas. “Profissionais do sexo”, “homens que fazem sexo com homens”, “usuários de drogas injetáveis”, “bissexuais”, “clientes da prostituição” passam a sua revelia, a ser não somente nominados, como a existirem no discurso da saúde pública. Curiosamente, esses mesmos grupos, por uma questão de “sobrevivência”, preservavam sobremaneira sua invisibilidade. A visibilidade significava, na maioria das vezes, discriminação e exclusão.

O surgimento da epidemia da aids acrescenta novos elementos a essa discussão, principalmente os relacionados à discriminação e à exclusão, recolocando questões relativas aos direitos de visibilidade e participação política. Assim, o surgimento da aids coincide, no final dos anos 90, com discussões anteriores principalmente provocadas pelo movimento feminista na proposição de agenda para políticas públicas, com a luta política pelo reconhecimento de existência, pela promoção e fortalecimento de identidades, pelo foco na diversidade e na especificidade e pela proposição de políticas afirmativas e compensatórias <sup>21</sup>.

Nesse sentido, a resposta social à epidemia da aids no Brasil assumiu duas características bastante específicas e interligadas: a participação política dos grupos e movimentos sociais mais diretamente envolvidos e uma plataforma de ações focada nos direitos humanos. No âmbito governamental, essa diretriz, sempre tencionada pelos movimentos sociais organizados, desdobrou-se em um conjunto de iniciativas bastante peculiares, ao longo dos últimos vinte anos: a formação de uma rede de Direitos Humanos em parceria com a sociedade civil; o financiamento de assessorias jurídicas para a defesa dos direitos das PVHA e populações mais vulneráveis nas organizações não-governamentais que trabalham com HIV/aids; o apoio ao desenvolvimento institucional, captação de recursos e sustentabilidade de ONG; o apoio à capacitação em ativismo e liderança; o apoio técnico e financeiro à criação do programa federal Brasil Sem Homofobia; o apoio à realização das paradas GLTB, em todo o Brasil e inclusive para fora do país, como é o caso da doação de medicamentos anti-retrovirais de fabricação nacional para países da África.

## **A construção da agenda por ações afirmativas no ensino superior no Brasil: alguns aspectos**

A expressão “ações afirmativas” tem origem nos Estados Unidos, nos anos 60, a partir da idéia de que caberia ao Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. As políticas de ações afirmativas passam a ter visibilidade quando da promulgação das Leis dos Direitos Civis – 1964, após intensa pressão do movimento negro norte-americano, tendo sido implementadas no âmbito do mercado de trabalho, na educação superior e nos contratos governamentais <sup>22</sup>.

As Ações Afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas no combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego <sup>23</sup>.

No Brasil esse conceito tem sido objeto de várias definições que introduzem a idéia da necessidade de promover a representação e inclusão social de grupos ou pessoas submetidos à discriminação conferindo-lhes oportunidades iguais na sociedade a fim de assegurar seu acesso a bens, econômicos ou não. Uma das propostas que surgiram como resposta ao problema de como viabilizar ações no campo prático foram as políticas de cotas, reserva de vagas, ação compensatória, temas e experiências relativamente novos no debate e agenda pública brasileira <sup>24</sup>.

No Brasil, a discussão sobre ações afirmativas é bastante recente. A trajetória da discussão legislativa em torno das ações afirmativas ao longo das últimas décadas teve início em 1968, quando teria havido a primeira proposta que não chega a virar projeto de lei que dizia respeito a obrigar as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor. Nos anos de 1980, o então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, que não foi aprovado, propõe um conjunto de medidas (reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos;

incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil) <sup>24</sup>.

Recentes também são as experiências no campo de sua implantação. Em 1995, encontramos a primeira política de cotas adotada nacionalmente. Pela legislação eleitoral, foi estabelecida uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos políticos.

“De uma maneira geral, o Movimento Negro brasileiro tem sido o responsável pela introdução deste tema no debate público do país. Frequentemente o assunto é alvo de muitas críticas e resistências a sua incorporação. As críticas mais comuns destacam que políticas específicas trariam conflito e divisionismo. As críticas relacionam-se também à inadequação de políticas deste tipo, uma vez que a situação desvantajosa da população negra estaria associada ao seu baixo grau de escolaridade. Portanto, uma melhoria geral das políticas educacionais traria os benefícios esperados à população afro-brasileira” <sup>25</sup>.

O tema da desigualdade racial e políticas de ações afirmativas ganharam visibilidade no Brasil em 1995 com a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, promovida pelo movimento negro, quando foi entregue ao governo federal um Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. O Presidente da República recebe esse documento e institui, por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial, para desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra. No dia 13 de maio de 1996, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) pela Secretaria de Direitos Humanos, que estabelece como objetivo, dentre outras coisas, desenvolver ações afirmativas para os negros <sup>24</sup>.

O tema assume importância por ocasião da preparação da delegação brasileira para participar da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância em 2001. A partir dessa conferência as políticas de ações afirmativas passam a ser a estratégia principal de promoção da igualdade racial. Pesquisa realizada no período de 1999 a 2000 identificou 124 iniciativas em dez capitais brasileiras destinadas a reduzir a desigualdade racial e promover melhores oportunidades para a população afro-descendente no Brasil. Efetivamente, ainda sob os efeitos da Conferência, entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo de 2002, é que se observa a adoção de medidas no âmbito federal (em alguns

ministérios, universidades e setores do governo) e no âmbito de estados e municípios (bolsas e cotas em universidades estaduais e câmaras municipais). Os seguintes órgãos governamentais iniciaram algum tipo de medida: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Supremo Tribunal Federal; Ministério da Justiça; Instituto Rio Branco; Senado Federal; Ministério da Educação; Estado do Rio de Janeiro; Uneb – Universidade Estadual da Bahia; UnB – Universidade de Brasília; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. O governo federal ainda tomou as seguintes medidas: Decreto presidencial 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas; Plano Nacional de Direitos Humanos II que prevê a adoção de medidas de caráter compensatório <sup>26</sup>.

Cada passo no sentido de implementação de políticas afirmativas no Brasil foi acompanhada por um debate político e acadêmico sobre o papel das políticas afirmativas na promoção da igualdade racial, sobre o mito da democracia racial, além de uma exaustiva discussão no campo do direito relacionado à constitucionalidade das políticas de ações afirmativas <sup>27,28,29,30,31,32</sup>.

Especialmente o sistema de cotas para ingresso em universidades, tem sido objeto de inúmeros debates, inclusive na mídia, que foca diferentes aspectos, que questionando desde a constitucionalidade das cotas, a real capacidade dessa política em promover a igualdade racial <sup>33,34</sup>.

A política de ações afirmativas e o sistema de cotas está longe da possibilidade de consenso, seja do ponto de vista conceitual seja do ponto de vista político, as dimensões que ele articula – protagonismo, desigualdade racial, pobreza, raça e classe são, igualmente, do ponto de vista teórico, não somente conceitos, mas questões que reportam e imbricam a outros, por isso, passíveis a inúmeras interpretações.

Os argumentos contrários vão em três direções <sup>27</sup>:

1. As ações afirmativas significam o reconhecimento de diferenças étnicas e raciais entre os brasileiros, o que contraria o credo nacional de que somos um só povo, uma só raça.

2. Há aqueles que vêm em discriminações positivas um repúdio ao princípio universalista e individualista do mérito que orienta a vida pública brasileira e tem sido a principal arma contra o particularismo.

3. Para outros, simplesmente, não existem possibilidades reais de implementação dessas políticas no Brasil.

Outro argumento que tem sido alvo de polarizados debates, diz respeito às dificuldades de categorização racial, sua relação com a história da “classificação racial” no Brasil <sup>28</sup>.

Do ponto de vista do movimento negro a agenda por ações de promoção da igualdade racial passam por momentos diferenciados. Nos anos 70, o “preconceito racial”, é substituído pela “discriminação racial” o principal alvo da mobilização negra. Essa foi uma diferença crucial em relação às décadas passadas: a pobreza negra passou a ser tributada às desigualdades de tratamento e de oportunidades de cunho “racial” (e não apenas de cor). E os responsáveis por tal estado já não eram os próprios negros e sua falta de união, mas o *establishment* branco, governo e sociedade civil; numa palavra, o racismo difuso na sociedade brasileira <sup>34</sup>.

Na área educacional, até final dos anos de 1990, ações voltadas à melhoria do acesso e da permanência dos negros no ensino superior estão restritas à sociedade civil. Essas atividades vinham sendo desenvolvidas por organizações do movimento negro, por parcerias deste com empresas privadas, apenas por empresas, por entidades ligadas à igreja ou grupos de estudantes em universidades. Dentre as experiências em prática podemos identificar três tipos de ações, não necessariamente excludentes entre si: a) aulas de complementação, que envolveriam cursos preparatórios para o vestibular e cursos de verão e/ou de reforço durante a permanência do estudante na faculdade; b) financiamento de custos, para o acesso e permanência nos cursos, envolvendo o custeio da mensalidade em instituições privadas, bolsas de estudos, auxílio-moradia, alimentação e outros; c) mudanças no sistema de ingresso nas instituições de ensino superior, pelo sistema de cotas, taxas proporcionais, sistemas de testes alternativos ao vestibular <sup>24</sup>.

Nos anos 90, vários projetos de lei, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, são apresentados contendo diferentes propostas de concessão de bolsas

de estudo; uma política de reparação que, além de pagar uma indenização aos descendentes de escravos, propõe que o governo assegure a presença proporcional destes nas escolas públicas em todos os níveis; o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas; a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos. Na definição dos grupos beneficiados, os projetos estabelecem critérios exclusivamente raciais/étnicos ou sociais, ou procuram utilizar ambos os critérios. Naqueles que estabelecem grupos raciais, temos como público-alvo os negros, afro-brasileiros, descendentes de africanos, ou setores étno-raciais, socialmente discriminados, em que estaria incluída a população indígena. Há projetos específicos para a população denominada carente ou para os alunos oriundos da escola pública.

Dentre as justificativas que legitimam os projetos, encontramos referência à importância atribuída à educação, vista como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento do país; a exposição de dados estatísticos que mostram o insignificante acesso da população pobre e negra ao ensino superior brasileiro e a incompatibilidade dessa situação com a idéia de igualdade, justiça e democracia.

No âmbito do ensino superior, a primeira lei com esse perfil foi aprovada no Rio de Janeiro e entrou em vigor a partir da seleção de 2002/2003. Por meio de lei estadual, foi estabelecido que 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais fossem destinadas a alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (SADE).

A situação em janeiro de 2006 com relação às universidades públicas com sistemas de cotas é a seguinte:

<b>Reserva de vagas sociais e étnico-raciais: (alunos de escolas públicas, negros e indígenas)</b>
1. Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ
2. Universidade Estadual da Bahia – UNEB
3. Universidade Federal da Bahia – UFBA
4. Universidade Estadual de Londrina – UEL
5. Universidade Federal do Paraná – UFPR
6. Universidade Federal de Alagoas – UFAL
7. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
8. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
9. Universidade de Brasília – UnB
10. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
11. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
12. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF
13. Universidade Estadual de Goiás – UEG
14. Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT
15. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
16. Universidade Federal do Pará – UFPA (para 2008)
17. Centro Universitário da Zona Oeste – UEZO/RJ
18. Fundação Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC
19. Universidade Federal do ABC – UFABC
20. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
21. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
22. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

<b>Reserva de vagas sociais e étnico-raciais: (alunos de escola pública e indígenas)</b>
1. Universidade Estadual do Amazonas – UEA

<b>Reserva de vagas étnico-raciais (indígenas)</b>
1. Universidade Federal do Tocantins – UFT

<b>Reserva de vagas sociais (escola pública)</b>
1. Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS/DF
2. Universidade de Pernambuco – UPE
3. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
4. Universidade Federal do Piauí – UFPI
5. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

## **Capítulo 2: Planejando a avaliação**

### **Avaliação em saúde e estudos de avaliabilidade**

O campo dos estudos em avaliação, como objeto de investigação científica, começa a se configurar a partir dos anos 50, ao final da segunda guerra, quando aparece a necessidade de avaliação de políticas sociais, especialmente na educação. Esse período também coincide com a expansão dos serviços em saúde, quando são desenvolvidos e implementados, em grande escala, programas de saúde, as inovações tecnológicas na área médica, seus custos e financiamento do governo com programas sociais<sup>35</sup>.

Delimita-se a avaliação em saúde em três grandes grupos mais reconhecíveis na literatura internacional: avaliação tecnológica (focada, sobretudo, na segurança, efetividade e custo de tecnologias de produto ou processo); avaliação de programas (focada em conjuntos articulados de atividades voltadas para a população-alvo) e a avaliação de qualidade (focada em serviços assistenciais de saúde, especialmente médicos)<sup>36</sup>.

De lá para cá, o desafio do campo da avaliação em saúde tem sido o de responder um conjunto de questões gerais sobre como, com que modelo teórico, com que instrumentos metodológicos é possível discutir imputabilidade; caracterizar níveis de implementação, as relações entre intervenções e seus efeitos e capacidade de generalização.

Particularmente, na área de prevenção as dificuldades são maiores uma vez que, geralmente, esses programas não possuem normas ou padrões claramente estabelecidos, existe pouca ou nenhuma experiência prévia de sua utilização e os efeitos esperados podem variar muito em relação a contextos diferenciados. Os programas, em geral, são bastante complexos, esperam resultados múltiplos e muitas vezes resultados pouco específicos, como é o caso dos programas de HIV/aids, em que os objetivos tendem a ser ambiciosos e genéricos e extremamente vinculados às variáveis de processo e de contexto<sup>36</sup>.

O debate sobre abordagens e metodologias de avaliação de programas em HIV/aids tem

sido um imperativo para a construção de políticas de enfrentamento da epidemia consistentes e sustentáveis<sup>37</sup>. Esse desafio se potencializa quando levamos em consideração todos os âmbitos envolvidos em um programa de atenção e apoio integral ao HIV/aids, preconizados pela Organização Mundial da Saúde: atenção clínica; apoio psicossocial; apoio socioeconômico; apoio jurídico e direitos humanos <sup>38</sup>.

Isso significa que esse debate não pode estar dissociado do campo conceitual em saúde. Entretanto, tem-se trabalhado a partir do referencial analítico e da reflexão teórica em torno do conceito de Promoção da Saúde, como superação do enfoque biomédico e da crescente medicalização dos problemas sociais<sup>39</sup>. Ao interpelar criticamente esse paradigma, a Promoção da Saúde apresenta-se como um marco e uma oportunidade de propor estratégias inovadoras, em saúde, em todas as suas dimensões, contemplando a inclusão e o combate às desigualdades sociais. Meta constitucional inalcançável com os meios disponíveis no âmbito estrito dos serviços de saúde, a equidade depende da mobilização de vontades e recursos que extrapolam os limites setoriais. Assumir as desigualdades sociais como o principal entrave à saúde e à vida com qualidade para todos, e esta, como imperativo ético e exigência de uma economia sustentável, aponta para a urgência de uma ampla coalizão em prol de políticas públicas mais equânimes, efetivas e eficientes. Essas devendo envolver governos e sociedade pode ser suscitada pelo setor saúde, considerado sua amplitude e legitimidade diante das demandas sociais e do cotidiano de vida das populações.

Nessa perspectiva, redefine-se e amplia-se a abordagem tradicional dos problemas de saúde em dois sentidos: a) ultrapassa a abordagem de risco que tem o indivíduo como unidade; b) ultrapassa problemas de saúde definidos a partir de uma discussão biomédica específica e volta-se para mudanças sociais abrangentes e sustentáveis dentro de contextos socialmente definidos<sup>39</sup>.

Também sinaliza-se que o campo da Promoção da Saúde vem sendo desafiado a mostrar teorias, resultados e efeitos quer seja no fortalecimento da cidadania e do direito à saúde, quer na melhoria da qualidade de vida e do ambiente. Assim, a relação entre as iniciativas e programas multifocais e a identificação das evidências de resultados e das mudanças parece ser o fio condutor das metodologias de avaliação, atualmente em discussão. Propõem como alternativa em avaliação o que se chama abordagem “realista”, indispensável aos estudos de implantação ou de efetividade. Essa abordagem

preconiza que o potencial de generalização relaciona-se muito mais com as teorias do que com os programas propriamente ditos.

Partindo do reconhecimento da complexidade do tema e da amplitude da intervenção colocada pelo Programa Brasil Afroatitude, optou-se pela realização de um estudo de avaliabilidade e discussão de alternativas para sua avaliação.

Os estudos de avaliabilidade se inserem no âmbito do que seria a “preparação de uma avaliação”, compreendidos como o conjunto de etapas que antecedem a execução da avaliação. Esses estudos facilitam o desenvolvimento da avaliação propriamente dita e são fundamentais para racionalizar recursos, freqüentemente, escassos para o processo avaliativo.

O desenho do estudo que se pretende realizar e o recorte preferencial para sua realização será o de avaliação de implantação de programa, a partir da perspectiva de “passagem que envolve o trânsito do discurso, é, pois, uma proposição anunciada, para a condição de sua experimentação”<sup>40</sup>. O sentido de estudar a implantação como objeto de investigação é considerar essa passagem, seus aspectos teóricos e metodológicos como parte da pesquisa, sendo simultaneamente objeto de conhecimento e instrumento de intervenção.

No campo da avaliação é chamado de avaliação de implementação (no sentido de monitorar a correspondência, ou não, entre a intervenção planejada com a realmente implantada). O que se designou de avaliação de esforço e o “monitoramento” do programa e que se sintetizou como aquelas que visam a documentar e a acompanhar o nível de operacionalização de uma intervenção. A avaliação de processo envolve três tipos de perguntas básicas: o que está sendo feito? A quem está sendo feito? Como está sendo feito? <sup>41, 42</sup>

Na pesquisa avaliativa, a análise de implantação tem como propósito medir a influência da variação no grau da implantação de um programa ou intervenção nos seus efeitos. A análise de implantação discute em que medida as variações no grau de implantação interferem nos efeitos operados, além da observação em que medida os contextos organizacionais (fatores) condicionam a implantação das intervenções.



Neste estudo, assume-se a perspectiva de integrar o desenho de monitoramento de uma intervenção com a investigação das relações que essa intervenção estabelece com o contexto entre seus pressupostos, atividades e os sujeitos beneficiários desta mesma intervenção. Nesse sentido, enfatiza-se a implementação como processo que viabiliza e abre um conjunto de possibilidades de investigação. Insere-se no campo da avaliação e melhoria de programa, com foco no processo da implantação e de conformidade.

É definida pesquisa avaliativa como o procedimento que consiste em fazer um julgamento *ex-post* de uma intervenção usando métodos científicos. Essa modalidade de avaliação pode se decompor em seis tipos de análise. Interessa para fins desse estudo a chamada “análise estratégica” – analisar a pertinência da intervenção a partir do contexto em que ela foi escolhida e adotada; e a chamada “análise da intervenção”, que consiste em estudar a relação existente entre os objetivos da intervenção e os meios empregados, tanto do ponto de vista dos recursos e das atividades, como a teoria na qual a intervenção foi construída<sup>42</sup>.

A avaliação de implantação permite para verificar se aquilo que foi planejado na teoria está sendo oferecido nos serviços e como estão sendo oferecidos. Além disso, ela permite:

- a) Monitorar as atividades dos programas e seus produtos para identificar os possíveis pontos fortes e fracos na sua implantação e fazer as correções necessárias nos planos de ação;
- b) Contrastar as atividades executadas com o que foi planejado, descrever os problemas encontrados na implementação e analisar a maneira que os profissionais lidaram com a questão;
- c) Medir as variações que ocorrem na execução do programa para mais tarde serem utilizados em avaliações de resultado do programa<sup>43</sup>.

A avaliação de implantação é abordada no âmbito desse trabalho dentro de uma concepção de avaliação como: “um julgamento de valor a respeito de uma intervenção

ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões”<sup>44</sup>.

Neste estudo, pretende-se, a partir de um estudo de caso, descrever a intervenção, problematizar seus pressupostos, identificar fatores facilitadores e obstáculos no processo de implementação de programa. A identificação de fatores que interferem na implantação de uma intervenção é essencial porque complementa o monitoramento do processo (insumos e produtos) em uma dimensão explicativa, além de viabilizar a compreensão do contexto organizacional em que se implementa o programa.

Em face das características do Programa Brasil Afroatitudo, podemos então propor o desenho de um modelo de avaliação que possa ser útil aos gestores, financiadores, executores e população-alvo da intervenção.

Nesse sentido, este estudo de avaliabilidade tentou considerar todas as etapas necessárias para o seu planejamento e execução:

- A identificação do grupo de trabalho que, em uma posterior avaliação de resultados, irá interagir com a equipe de avaliação (financiadores, usuários e beneficiários potenciais da avaliação).
- Alternativas para o comprometimento dos usuários potenciais da avaliação com os usos possíveis da avaliação.
- A visibilização dos objetivos e dos efeitos esperados da intervenção, a racionalidade entre intervenção e problema e os próprios limites da intervenção a serem estudados.
- A identificação e a análise de todos os documentos e registros do programa relacionados à intervenção, que estiverem disponíveis.
- A identificação e a descrição da teoria do programa – aquilo que explicita a lógica entre o problema e a solução proposta pela intervenção.
- A descrição das diversas percepções do programa dos diferentes interessados na avaliação, caracterizando preocupações, percepções divergentes e conflitantes.
- A determinação da plausibilidade do modelo lógico do programa, inserindo-o na perspectiva de monitoramento dos processos ou atividades, dos produtos e dos efeitos.
- Identificação de dimensões críticas para possíveis avaliações de resultado<sup>45</sup>.

Tendo em vista que esse Programa está em fase de implementação (início em março/2005) considera-se que aprofundar a análise da implantação dessa intervenção, se constitui em uma oportunidade de trazer elementos empíricos para essa discussão. Além disso, pode propiciar a formulação de dimensões de avaliabilidade que possam subsidiar uma posterior avaliação do programa.

É importante destacar que a necessidade de realização de avaliação do Programa foi proposta em situação de plena participação e concordância de seus executores e participantes.

### **Identificação dos usuários potenciais da avaliação**

No caso do Programa Brasil Afroatitudes são identificados os seguintes interessados: o PN-DST/AIDS, a SEPPIR, a SEDH, a SESU/MEC, as universidades, os programas locais de DST/aids, o professor coordenador, os professores orientadores, os alunos e organizações do movimento negro dentro das universidades. Apesar dos esforços de envolver representação de alunos, desde a concepção do programa, não estão efetivamente sensibilizados e comprometidos com a necessidade de avaliação, os gestores federais e as universidades.

O estabelecimento dos critérios para definição das universidades participantes da estratégia, o número de bolsas por universidade, o perfil dos alunos beneficiários, a carga horária, a abordagem dos temas, a identificação de parcerias e o cronograma de atividades a ser cumprido, foi construído em reuniões com representantes das universidades e dos quatro setores do governo federal.

Ao longo dessas reuniões de planejamento de desenho e construção do programa, tanto o PN-DST/AIDS quanto os representantes das universidades anteciparam a necessidade de avaliar a estratégia depois de determinado tempo de implantação.

## **Descrição do programa e o modelo lógico do programa**

O Brasil Afroatitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros foi concebido com o objetivo de responder a duas lacunas: a inexistência e/ou incipiência de apoio logístico e financeiro aos alunos negros que entraram pelo sistema de cotas e da produção de conhecimento no campo das relações entre aids e população negra e racismo.

O programa foi desenvolvido com universidades públicas federais e estaduais que adotaram nos seus vestibulares o sistema de cotas para alunos negros. As bolsas deveriam ser destinadas a alunos negros cotistas de graduação e estão condicionadas a inserções desses na discussão/investigação sobre as relações existentes entre a epidemia da aids, o racismo, a vulnerabilidade e os direitos humanos. Os critérios de seleção aplicados pelas universidades deveriam ser a renda (para alunos que ingressaram no I semestre) e histórico escolar para demais alunos. Após processo seletivo, as bolsas deveriam ser distribuídas de acordo com o número de candidatos e de professores orientadores e deveriam abranger atividades de iniciação científica; intervenção comunitária na forma de extensão universitária; e atividade de monitoria para desenvolver ações acadêmicas nas disciplinas correspondentes.

O PN-DST/AIDS comprometeu-se com o financiamento dos projetos pelo período de um ano, contando com os demais Ministérios e Secretarias participantes (SEDH, SEPPIR e MEC) para o monitoramento do Programa. Ao final desse período, mediante avaliação dos resultados obtidos, para o aluno e para a universidade, a própria continuidade e ampliação do programa deverá ser avaliada. A sustentabilidade financeira dessa ação está a princípio, condicionada aos resultados esperados (permanência do aluno em seu curso regular e seu envolvimento com as atividades da bolsa) e à entrada de outros agentes financiadores, governamentais ou não.

No Programa Nacional de DST e Aids, o Afroatitude está sob responsabilidade da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos (SCDH), por ter sido considerado uma ação no campo dos Direitos Humanos. Como técnica dessa unidade do PN-DST/AIDS, além de ter participado do processo de elaboração desse

programa e ser a referência interna e externa do mesmo, fui designada para a coordenação de seu monitoramento.

O Programa apresenta um conjunto heterogêneo de objetivos e estratégias que articulam em um mesmo referencial, ações afirmativas e o enfrentamento da epidemia do HIV/aids.

A destinação de bolsas para o fomento de estudos, pesquisas e intervenções para estudantes negros de universidades públicas que ingressaram pelo sistema de cotas incentivaria a produção de conhecimento sobre os temas associados à epidemia de aids, população negra, vulnerabilidade e racismo e serviria como estímulo à permanência do aluno na universidade.

Ainda que os objetivos do Programa Brasil Afroatitude estejam nas interfaces entre as desigualdades raciais e a vulnerabilidade para o HIV/aids, essa política governamental supõe o campo das ações afirmativas como estratégia para minimizar essas desigualdades. Com esse Programa, o PN-DST/AIDS assumiu o compromisso de promover uma estratégia de fortalecimento da política de ações afirmativas, por meio de concessão de bolsa de estudos, condicionada à temática “Aids e Racismo” para estudantes negros cotistas.

O Programa Brasil Afroatitude expressa, no seu documento de lançamento, um conjunto de objetivos e resultados esperados, que estão direcionados ao PN-DST/AIDS, às universidades e aos alunos cotistas <sup>1</sup>. É, no entanto, para os alunos que o programa focaliza seus objetivos: “Viabilizar a permanência do estudante em seu curso de graduação; propiciar oportunidades de participação em atividades de iniciação científica, intervenção e monitoria focada em questões específicas da população negra; formação de estudantes negros como promotores de saúde e de qualidade de vida; produção de conhecimentos no campo da prevenção, aconselhamento e assistência as DST/aids; estímulo ao protagonismo da população negra e desconstrução do racismo e do preconceito dentro das universidades; formar profissionais multiplicadores e formadores de opinião; viabilizar o fortalecimento da auto-estima dos alunos negros; fomentar a participação e a mobilização dos estudantes, sob regime de quotas das universidades públicas, na luta contra a aids e o racismo, a partir de um enfoque

multidisciplinar e transversal junto às comunidades pobres, a partir do enfoque conceitual de ações afirmativas”.

Nesse sentido, os promotores do programa assumem como pressupostos que a concessão dessas bolsas contribuirá para a permanência do aluno em seu curso universitário, o que deverá fortalecer a política de ações afirmativas adotada pelo governo federal. A definição dessa estratégia e de seus pressupostos, por ser ancorada em decisão política, nunca antes experimentada, justifica a pertinência da investigação de seus princípios, a conexão entre atividades propostas e seus resultados e, ao término de sua execução, a avaliação de seus resultados.

## **O Modelo Lógico do Programa**

Neste estudo, assume-se a definição de intervenção e de programa como sinônimos, para descrever o objeto da avaliação, entendido como qualquer ação organizada em saúde pública com fixação de metas, utilizadas para julgamento da performance ou com propósitos comparativos <sup>46</sup>.

Para se descrever um programa é necessário usar a teoria de um programa como ferramenta para compreender o programa a ser avaliado, teria duas partes, a primeira, a teoria prescritiva, com referência a estrutura que o programa deveria ter (tratamento, produtos e processos de implementação) e a segunda, a teoria descritiva, com referência aos mecanismos causais que relacionam o tratamento utilizado no programa, o processo de implementação e os produtos <sup>47</sup>.

Neste estudo, utilizou-se o modelo lógico uma vez que ele permite descrever a teoria do programa além de comunicar, com clareza, a conexão existente entre a intervenção e os efeitos dela esperados. O desenho desse modelo constitui-se o primeiro passo para o planejamento da avaliação, devendo apresentar três aspectos fundamentais: primeiro os componentes, essenciais e secundários, do programa; as atividades relacionadas e as práticas requeridas para a execução de seus componentes; os resultados esperados, suas metas e efeitos na população-alvo <sup>48, 49, 50</sup>. Ele viabiliza uma apresentação gráfica e sistematizada das relações entre os recursos necessários para operacionalizar o programa, as atividades planejadas e seus efeitos em diferentes períodos de tempo e os resultados esperados a curto, médios e longo prazo.

A construção do modelo lógico explicita sua racionalidade subjacente, incluindo especificações sobre o problema ou comportamento visado, a população-alvo, as condições do contexto, o conteúdo da intervenção e os atributos necessários e suficientes para produzir isolada ou integradamente os efeitos esperados <sup>31</sup>. O modelo destaca os vínculos causais e fluxos entre atividades e efeitos esperados. Ele é considerado um instrumento de gestão, à medida que contribui para o monitoramento do progresso da intervenção, ao fornecer um plano claro de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas e dos resultados esperados.

A utilização do modelo lógico, embora seja uma ferramenta importante dos estudos de avaliabilidade, não pressupõe a comparar a teoria do programa com outras experiências. Isto é, o modelo assume a intervenção como a melhor alternativa para resolver o problema identificado. Como limitação, o modelo é apenas a representação da realidade, mas não é a realidade e, normalmente, não inclui efeitos além daqueles esperados <sup>51</sup>.

O modelo é apresentado no quadro a seguir:

## QUADRO 1: MODELO LÓGICO DA INTERVENÇÃO - PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE

Insumos	Atividades	Produtos	Resultados
	<p>Identificar o coordenador do programa</p> <p>Promover a troca de experiências entre as universidades participantes</p> <p>Criar a Rede virtual Afroatitude</p>	<p>10 de coordenadores do programa identificados</p> <p>01 videoconferência realizada</p> <p>01 <i>Home page</i> elaborada</p>	<p>Coordenadores aptos a elaborarem projeto e coordenarem o programa</p> <p>Intercâmbio e divulgação das atividades entre as universidades participantes</p> <p>Fortalecimento da resposta das universidades com programas de ações afirmativas para estudantes negros</p>
Coordenador do Programa nas universidades	<p>Elaborar e enviar projeto para o PN-DST/AIDS</p> <p>Constituir comissão de acompanhamento nas universidades</p> <p>Identificar professores orientadores</p>	<p>10 de projetos elaborados e enviados</p> <p>10 comissões criadas</p> <p>Nº. professores orientadores identificados</p>	<p>Efetivação de parceria entre o PN-DST/AIDS e as universidades</p> <p>Efetivação de parcerias entre universidade e atores locais</p> <p>Efetivação de rede de professores</p>
Professores orientadores	<p>Selecionar os alunos cotistas participantes</p> <p>Inserir e orientar os alunos em atividades de extensão, monitoria e iniciação científica previstas na bolsa</p>	<p>500 de alunos cotistas selecionados</p> <p>500 alunos inseridos nas atividades de extensão, monitoria e iniciação científica previstas na bolsa</p>	<p>Aumento na capacidade de manutenção dos alunos em seu curso regular</p> <p>Inserção dos alunos bolsistas em atividades de extensão, monitoria e iniciação científica previstas na bolsa</p>
Alunos cotistas bolsistas	<p>Desenvolver as atividades segundo a modalidade de bolsa para o qual foram selecionados</p>	<p>500 bolsas afroatitude utilizadas em atividades de extensão, monitoria e iniciação científica previstas na bolsa</p>	<p>Permanência do aluno bolsista na universidade</p> <p>Aumento de intervenções comunitárias dirigidas à população negra</p> <p>Aumento da participação dos alunos negros em atividades de monitoria</p> <p>Aumento da participação dos alunos negros em atividades de iniciação científica</p>
Programa Nacional	<p>Analisar e aprovar os projetos</p> <p>Liberar os recursos</p> <p>Elaborar plano de monitoramento e avaliação</p> <p>Realizar seminário nacional de apresentação de resultados</p> <p>Promover publicação dos resultados</p>	<p>10 de projetos analisados e aprovados</p> <p>Recursos liberados</p> <p>Plano de monitoramento e avaliação elaborado</p> <p>01 Seminário Nacional realizado</p> <p>01 Publicação realizada</p>	<p>Aumento do nº. de estudos e pesquisas de graduação sobre HIV/aids, racismo e vulnerabilidade</p> <p>Implementação do Programa Brasil Afroatitude avaliado</p> <p>Aumento do nº. de parceiros para garantir a sustentabilidade de programa</p> <p>Sistematização dos resultados do Programa Brasil Afroatitude</p>

## **As perguntas avaliativas**

A análise da matriz lógica e da conexão entre os pressupostos, objetivos, processos, produtos e resultados do programa Brasil Afroatitude permite verificar se a intervenção ocorre para cumprir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a permanência do aluno negro cotista em seu curso universitário;
- Propiciar ao aluno cotista de primeiro semestre a participação em atividades de iniciação científica, extensão comunitária, ensino e monitoria;
- Estimular o aluno cotista ao envolvimento com os temas aids e racismo e suas interfaces;
- Fomentar a produção de conhecimento sobre o tema aids e racismo e suas interfaces nas universidades participantes do programa.

Nesse estudo, foi dada ênfase na implantação, no sentido de problematizar os pressupostos teóricos do programa (as relações entre a concessão das bolsas e as atividades a ela relacionadas) e sua contribuição para a consecução dos objetivos propostos pelo Programa.

Pretendeu-se neste estudo responder a dois tipos de perguntas avaliativas. Um conjunto dirigido ao Grau de Implantação do programa com base em seu modelo lógico, a descrição do programa planejado e o programa como é executado. As relações entre o planejamento e sua implementação, portanto, perguntas avaliativas relacionadas às atividades e aos produtos previstos na intervenção.

O processo de implementação das bolsas e as atividades a ela relacionadas foram implantados? Essa implementação fez-se em consonância com o preconizado? Ou seja, as bolsas foram direcionadas para alunos negros cotistas? Sua concessão foi vinculada preferencialmente aos temas aids e racismo e suas interfaces?

Um segundo conjunto de perguntas avaliativas insere-se na investigação da congruência, no sentido de propriedade, entre os pressupostos da intervenção com os fins a que propõe. Na verificação da coerência entre a agenda e os pressupostos propostos pelo Programa e se poderão provocar os resultados esperados.

Esse segundo conjunto de perguntas avaliativas estabeleceu seu foco no aluno – beneficiário direto do programa, o sujeito e objeto da intervenção. Nesse sentido, os alunos negros cotistas, que receberam as bolsas foram privilegiados como unidade de análise para a avaliação do programa.

Assim, com foco no aluno, as seguintes perguntas foram formuladas: o programa pode contribuir para a permanência com qualidade do aluno em seu curso universitário? A concessão de incentivo, por meio de bolsa de estudos, pode contribuir para com o estímulo à participação do aluno? O Programa pode contribuir para o interesse pelo aluno, das relações entre desigualdades raciais e a vulnerabilidade para o HIV?

Para facilitar a compreensão das relações entre componentes do programa e dimensão da avaliação considerada, apresenta-se um quadro resumo das perguntas avaliativas descritas a seguir:

<b>Questões relacionadas à implementação do programa</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• O processo de implementação das bolsas e as atividades a ela relacionadas foram implantados?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Essa implementação fez-se em consonância com o preconizado? Ou seja, as bolsas foram direcionadas para alunos negros cotistas, de baixa renda e preferencialmente no I semestre de seu curso?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A concessão da bolsa foi vinculada preferencialmente aos temas (aids e racismo) e contemplando cotistas de diferentes cursos de graduação?</li></ul>

### **Questões relacionadas à propriedade do programa**

- O programa contribuiu para a permanência do aluno cotista em seu curso universitário?
- A concessão de bolsa de estudos contribuiu para a participação do aluno cotista em atividades de iniciação científica, extensão comunitária, monitoria e ensino?
- O programa contribuiu para o envolvimento do aluno cotista com os temas aids e racismo?

## Capítulo 3: O modelo teórico da avaliação

Nesta investigação buscou-se um desenho avaliativo orientado por um modelo teórico<sup>52</sup>. A construção de um modelo teórico de avaliação tem como objetivo explicitar os aspectos teóricos metodológicos de análise (suas dimensões, indicadores e os valores utilizados na avaliação), descrevendo-se, a partir das perguntas avaliativas, o processo de constructo da avaliação. Desta forma, o modelo, além de apresentar o elemento descritivo, permite a identificação da racionalidade existente entre o desenho do programa e os efeitos esperados (modelo lógico do programa).

O modelo teórico está relacionado aos efeitos e às mudanças esperadas a curto, médio e longo prazo que um programa pretende atingir, bem como os recursos e atributos do programa necessários ao alcance dos objetivos propostos.

O modelo teórico pode ser construído a partir de diversas fontes como: resultados de pesquisas prévias; experiências, idéias e perspectivas de diversos grupos de interesse (avaliadores e gestores); e, por meio de conhecimento produzido pelas ciências sociais<sup>42</sup>. Sugere-se que o modelo teórico a ser construído deva conter elementos das diversas fontes de geração de dados e conhecimentos disponíveis no momento de implementação de determinado programa ou serviço, a fim de incorporar tanto a participação dos grupos de interesse, quanto a possibilidade de releitura da realidade a partir de contribuições externas.

Descrever e identificar as dimensões da avaliação e estabelecer suas relações com os componentes do programa é um desafio, à medida que as avaliações em saúde, em sua grande maioria, podem ancorar-se em normas e parâmetros previamente definidos, o que não é o caso de uma intervenção como a do Programa Brasil Afroatitude.

Por se tratar de um programa inovador, em que não existem padrões ou normas preestabelecidas na literatura, no conhecimento científico ou pela história cultural da comunidade, essa investigação se propôs a realizar um estudo de avaliabilidade, no sentido de contribuir para o desenvolvimento posterior da avaliação propriamente dita.

Nesse cenário, optou-se por um modelo teórico de avaliação que contemplasse verificar o grau de implantação do programa, bem como a propriedade da intervenção e a congruência entre seus objetivos propostos e a possibilidade de alcançá-los. Conseqüentemente a abordagem de avaliação escolhida foi uma avaliação interna, formativa e focada no processo de implantação do programa.

Para responder essas perguntas, foi necessário definir os indicadores relacionados aos dois componentes da intervenção (insumos e atividades) relacionadas à implementação da intervenção e (produtos e resultados) relacionadas à propriedade da intervenção.

Nesse sentido priorizaram-se três objetivos: a) aplicar o estudo de avaliabilidade a uma situação específica e desenvolver o modelo para ser utilizado como ferramenta de avaliação para o Programa; b) verificar o grau de implementação do programa; e c) verificar os efeitos nos alunos participantes do programa.

Como o aluno é o foco final da ação, o modelo teórico de avaliação teve como objetivo acompanhar a implementação do programa a partir dessa perspectiva: a inserção do aluno no Programa.

Nesse sentido, as seguintes dimensões foram levadas em consideração para a realização do trabalho:

- Permanência como aluno
- Desempenho como bolsista
- Envolvimento com o tema

Para fins deste estudo adotam-se as seguintes definições para cada um desses atributos:

***Permanência*** será considerada, no âmbito deste estudo e dentro do contexto onde ele se insere (graduação universitária), como aquele atributo que diz respeito à permanência do aluno bolsista na universidade, constância e assiduidade do aluno em sala de aula, em todas as disciplinas regulares de seu curso universitário, nas quais ele esteja matriculado. Está associada à capacidade de assimilação dos conteúdos das disciplinas regulares, execução dos trabalhos escolares e aprovação nas disciplinas do curso.

***Desempenho*** será considerado, no âmbito deste estudo e dentro do contexto onde ele se insere (graduação universitária), como a capacidade do aluno bolsista em articular os conhecimentos adquiridos na execução dos trabalhos e atividades da bolsa em sua vida acadêmica. Está associado ao desempenho e envolvimento do aluno com as atividades da bolsa.

***Envolvimento*** será considerado, no âmbito deste estudo e dentro do contexto onde ele se insere (graduação universitária), como a capacidade do aluno bolsista em articular os conhecimentos adquiridos sobre os temas aids e racismo nas atividades referentes à concessão da bolsa em sua vida acadêmica e extra acadêmica. Está associado ao envolvimento pessoal do aluno com os temas do programa.

A medida de sucesso do Programa Brasil Afroatitudo a ser considerada é a permanência dos alunos participantes do programa nas universidades, com aprovação nas disciplinas regulares, desenvolvendo as atividades associadas à concessão da bolsa de estudos, envolvido com os temas aids e racismo articulando esses conteúdos na sua vida acadêmica e pessoal.

## **Considerações Éticas**

A avaliação é uma atividade que envolve pesquisa e que envolve pelo menos duas naturezas distintas de preocupação ética: as que dizem respeito aos seus resultados e fornecimento de informações que poderão legitimar, melhorar ou interromper uma intervenção, estando situados no campo da ação política, o que envolve diferentes atores com diferentes objetivos; e as que dizem respeito aos seus informantes e/ou objetos de sua investigação.

Para além das questões relativas ao processo de avaliação em si, todas as etapas do trabalho envolvem limites e parâmetros que dialogam com escolhas e tomadas de decisão que repercutem de forma diferenciada para os atores envolvidos nesse processo.

O presente estudo envolveu, basicamente, análise de documentos e a realização de entrevistas com participantes do Programa na Universidade de Brasília. Esses procedimentos, análise de documentos e realização de entrevistas, foram realizados exclusivamente, pelo pesquisador. Previamente, todos os envolvidos, por meio de reunião foram informados dos objetivos e procedimentos do estudo. O termo de consentimento foi apresentado individualmente a cada um dos participantes. Para tanto, foi solicitada autorização da reitoria da Universidade de Brasília para realização desse estudo que concordou prontamente com os objetivos do estudo e com a presença da pesquisadora para fins de coleta de dados nas dependências da universidade.

A realização do campo e da coleta dos dados só teve início após a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/ENSP e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília.

## **Procedimentos Metodológicos**

A abordagem metodológica utilizada foi o estudo de caso único, com níveis de análise imbricados<sup>55</sup>. Para tanto, se procedeu à investigação utilizando método qualitativo, privilegiando a avaliação formativa. O Programa Brasil Afroatitudo foi analisado na sua dimensão unitária, por meio de um de seus componentes representados por um subprograma. Quanto aos níveis de análise, optou-se pelo estudo dos indicadores operacionais do Brasil Afroatitudo, relacionados à estrutura e aos processos. Para a verificação do grau de implementação, incorporaram-se, basicamente, duas fontes de dados: a análise documental e realização de entrevistas.

### **Desenho do estudo**

Como estratégia de pesquisa utilizou-se estudo de caso, o qual oferece a vantagem de uma observação intensiva e particularizada da implantação, que ainda sem representar uma “amostragem”, permite somente generalizações analíticas. Esse estudo<sup>40</sup> é uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos em seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Responde a perguntas do tipo “como” e “por quê”, contribuindo para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Essa abordagem é adequada quando for difícil diferenciar os efeitos produzidos pela intervenção dos que podem ser atribuídos às características do meio de implantação.

Para a análise de implantação do programa Brasil Afroatitudo, optou-se pela abordagem de caso único. Entende-se por estudo de caso único, desenhos que contemplem fenômenos raros, incomuns ou aqueles que tenham características críticas ou reveladoras e que por suas características, pode ser generalizável a proposições teóricas e não a populações ou universos. O caso único, por definição se refere a uma experiência única, singular, mas que por fundamento lógico pode testar modelos ou teorias. Para fins de aumento da validade do constructo, utilizaram-se diferentes fontes de evidências (análise de documentação e registros em arquivos e realização de entrevistas).

## **Universidade caso**

Foi definida a Universidade de Brasília como subprograma a ser analisado. O estudo compreendeu o período de dezembro de 2005 a agosto de 2006.

A Universidade de Brasília foi escolhida como campo para o estudo de avaliabilidade, tendo em vista os seguintes aspectos: foi a única a implantar o Programa no prazo previsto, março de 2005 e a primeira universidade a selecionar os alunos para as bolsas de estudo. Esse fato fez com que, além do cumprimento do calendário, tenha sido a universidade que apresentou maior período de implementação e execução do programa, o que permitiu uma análise de maior profundidade do processo de implementação. Além disso, foi considerado que a investigação dessa universidade poderia fornecer subsídios mais consistentes para a realização de uma posterior avaliação de resultados do Programa Brasil Afroatidade.

## **Instrumentos e técnicas de coleta**

Para a realização desse estudo optou-se pela utilização de método qualitativo a partir do campo das Ciências Sociais, tendo como universo investigativo as relações e julgamentos dos diferentes atores sobre a intervenção no qual participam ou tem um interesse direto, entendendo que suas reações e vivências fazem parte da construção da intervenção, de seus efeitos e resultados<sup>53, 54</sup>.

Tem-se clareza que a escolha da metodologia qualitativa, especialmente no meu caso, que no momento da investigação ocupava dois lugares referenciais distintos: o de responsável institucional pelo programa, objeto desse estudo, e aluna de mestrado investigando esse mesmo programa. Nesse sentido, a elaboração do desenho dessa avaliação, a escolha dos componentes e suas dimensões e a construção das matrizes de julgamento foram submetidas aos demais participantes diretamente envolvidos com a formulação, execução e monitoramento do programa, técnicos da Secretaria de Ensino Superior de Ministério da Educação; técnicos da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Considera-se ao trabalhar-se com metodologia qualitativa e com um estudo de caso único que não está em questão o tema da representatividade. Dessa forma este estudo não pode ser considerado representativo do conjunto de casos componentes do programa, nem permite generalização.

### **Fonte e coleta de dados**

A técnica de coleta utilizada foi a entrevista sendo que a coleta dos dados ocorreu no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006. O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas<sup>56</sup>.

Basicamente dois tipos de dados foram coletados: dados primários coletados especificamente para esse estudo e dados secundários, documentos do programa (projetos, relatórios, atas de reuniões e documentação oficial) obtido no Programa Nacional de DST e Aids e na Universidade de Brasília. Dados foram coletados também por meio da realização de entrevistas dirigida semi-estruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas.

### **Definição dos entrevistados e realização das entrevistas**

Os alunos participantes do programa foram definidos como o grupo social principal a ser abordado, pois são os sujeitos que possuem os atributos que se deseja conhecer. Trabalhou-se com um grupo pequeno de informantes, com dois recortes: sexo e área de conhecimento de seu curso de graduação, buscando cobrir o conjunto de experiências que se pretende captar<sup>56</sup>.

Professores participantes do programa também foram ouvidos, respeitando-se os mesmos recortes utilizados na escolha dos alunos, quais sejam oriundos de diferentes áreas de conhecimento e de ambos os sexos. Além desses, foram entrevistados interessados diretamente no programa. As entrevistas em número de quinze foram assim distribuídas: sete entre os alunos, quatro entre os professores participantes e quatro entre interessados no programa.

Foi utilizado um roteiro de entrevista em que foram elencados blocos de questões referentes ao ingresso na universidade; ingresso no programa, atividades da bolsa. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente nas dependências da Universidade de Brasília.

Aos entrevistados foi explicitada minha função como coordenadora responsável pelo programa Brasil Afroatitude e naquele momento específico, como aluna de um curso de mestrado em avaliação.

### **Plano de Análise e Indicadores**

Para que uma avaliação aconteça são necessários indicadores capazes de operacionalizar fatos, processos e situações. Em função dos objetivos do avaliador, do conceito e da forma por meio dos quais pretende-se produzi-los, serão construídos indicadores distintos. Outro ponto que tem importância fundamental na escolha ou elaboração dos mesmos é a quantidade e qualidade das informações disponíveis sobre o que se pretende avaliar. Um dos fatores que determina o grau de “avaliabilidade” ou a possibilidade de ser avaliado de determinado programa ou serviço é a facilidade em identificar seus objetivos, por meio dos quais pode-se produzir indicadores pertinentes no caso em que estes não são definidos em princípio.

Foram elaboradas duas matrizes de relevância, uma primeira, para julgamento do grau de implantação do programa e uma segunda, para julgamento dos efeitos esperados do programa na população-alvo.

Essas matrizes foram submetidas à apreciação dos técnicos dos quatro setores do governo envolvidos no projeto. Foi realizada consulta e posterior pactuação do conteúdo final da matriz, da relevância de cada um de seus componentes, bem como da pontuação atribuída a cada um deles. Cada componente do programa foi contraposto às dimensões consideradas e categorizado em muito relevante (RR) e relevante (R), de maneira a definir as dimensões mais estratégicas para as atividades. Essa categorização subsidiou a definição da pontuação para o estabelecimento do grau de implantação e as dimensões da avaliação.

## **Análise e Julgamento do Grau de Implementação**

Para verificação do grau de implementação do programa e seus indicadores foram atribuídos pesos e pontuações específicas para cada componente. Componentes com ações implantadas receberam dez pontos e componentes com as ações não-implantadas, receberam zero pontos. O cálculo do escore do grau de implementação do programa Brasil Afroatitude foi obtido pelo somatório dos valores encontrados para cada um de seus componentes. A partir do escore alcançado, classificou-se o Grau de Implementação em quatro categorias:

Implantado

Parcialmente implantado

Incipiente

Não-implantado

## **Definição de projeto 100% implementado**

Aquele que criou mecanismos de divulgação e de seleção para os alunos e professores; que constituiu um Comitê de Acompanhamento; que preencheram as 50 vagas com alunos negros cotistas, preferencialmente de I semestre e de diferentes cursos de graduação; aquele que envolveu os alunos em atividades de pesquisa, de extensão e de monitoria; que concedeu as bolsas preferencialmente vinculadas aos temas aids e racismo; que previu atividades relacionadas ao tema do programa; que gerou visibilidade dentro e fora da universidade; que envolveu professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento; que fez parceria com diferentes setores (Coordenação local de DST/Aids; governo local; ONG/aids; movimento negro e que garantiu espaço físico para ações do programa).

## QUADRO 2: MATRIZ DE JULGAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Indicadores de Implantação	Pontuação	
	5	10
Existência de mecanismos de seleção para os alunos		X
Existência de mecanismos de seleção para os professores	X	
Existência de Comitê de Acompanhamento do Programa	X	
Existência do Comitê de Acompanhamento com participação de alunos		X
Preenchimento das 50 bolsas para alunos negros		X
Preenchimento das 50 bolsas para alunos negros, preferencialmente de I semestre	X	
Vinculação da bolsa aos temas (aids e racismo)	X	
Existência de atividades associadas ao tema aids e racismo		X
Carga horária dedicada às atividades da bolsa		X
Visibilidade e inserção do programa no âmbito da universidade		X
Visibilidade e inserção do programa fora da universidade	X	
Participação de professores em atividades do programa	X	
Adesão de professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento		X
Criação de novos Projetos de pesquisa ou extensão a partir do programa		X
Realização de atividades de formação para os alunos		X
Realização de parcerias com setores governamentais	X	
Realização de parcerias com organizações não-governamentais	X	
Custeio de bolsas extra programa, por iniciativa da universidade		X
Destinação de espaço físico para o programa	X	
Destinação de espaço específico para o programa em home page	X	
<b>Total de Pontos: 150</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

### Pontuação:

**10 Pontos: Muito Relevante**

**05 Pontos: Relevante**

## Quadro 1: Implantação

Objetivos	Indicador	Parâmetro	Fonte
Criação de mecanismos de seleção para os alunos	Mecanismo de seleção – alunos	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Criação de mecanismos de seleção para os professores	Mecanismo de seleção – professores	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Constituição de Comitê de Acompanhamento do Programa	Comitê de Acompanhamento	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Constituição de Comitê com participação dos alunos	Nº de alunos participando do Comitê	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Preenchimento das 50 vagas para alunos negros	Nº de vagas oferecidas/Nº de vagas preenchidas	> 40: 10 30 A 39: 5 < 30: 0	Entrevista /Relatórios
Preenchimento das 50 vagas preferencialmente para alunos de I semestre	Nº de vagas oferecidas/Nº de alunos de I Semestre	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Associação da bolsa aos temas (aids e população negra)	Nº de bolsas nos temas	Com associação: 5 Sem assoc: 0	Entrevista /Relatórios
Existência de atividades associadas os temas (aids e racismo)	Nº de atividades	Com ativid: 10 Sem ativid: 0	Entrevista /Relatórios
Tempo dedicado às atividades da bolsa	Carga Horária da bolsa	12 h /sem: 10 > 12 h/sem: 5 < 12 h/sem: 0	Entrevista /Relatórios
Visibilidade do programa no âmbito da universidade	Mecanismos de divulgação (eventos, banner, folder)	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Visibilidade do programa fora da universidade	Inserção na mídia	C/ matérias na mídia: 5 S/ matérias na mídia: 0	Entrevista /Relatórios
Participação de professores em atividades do programa	Participação de professores	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Adesão de professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento	Nº de Áreas de conhecimento	> 10: 10 5 A 9: 5 < 2: 0	Entrevista /Relatórios
Criação de novos projetos de pesquisa ou extensão a partir do programa	Novos projetos de pesquisa ou extensão	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Realização de atividades de formação para os alunos	Eventos e seminários	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Realização de parcerias com setores governamentais	Parcerias com governo	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Realização de parcerias com organizações não-governamentais	Parcerias com organizações de base comunitária	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Custeio de bolsas extra programa, por iniciativa da universidade	Nº de bolsas extras	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Destinação de espaço físico para o programa	Espaço físico	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Destinação de espaço específico na home page da universidade	Espaço Home page	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
<b>Total de Pontos:</b>			

**Parâmetros para o grau de implantação:**

<b>Pontuação</b>	<b>Percentual</b>	<b>Grau de implantação</b>
> 115	> 75%	Implantado
75 ~114	50 ~ 75%	Parcialmente implantado
40 ~ 74	25 ~ 49%	Incipiente
< 40	< 25%	Não-implantado

Fonte: Cosendey, 2003.

## **Análise e Julgamento das dimensões de Permanência, Desempenho e Envolvimento.**

Para verificação das dimensões de *Permanência*, *Desempenho* e *Envolvimento* foram atribuídos pesos e pontuações específicas para cada componente. Componentes com objetivos alcançados receberam dez pontos e componentes com objetivos não alcançados receberam zero pontos. O cálculo do escore do grau de implementação do programa Brasil Afroatitude foi obtido pelo somatório dos valores encontrados para cada um de seus componentes. A partir do escore alcançado, classificou-se o Grau de Implantação em quatro categorias:

Objetivos alcançados

Objetivos parcialmente alcançados

Objetivos incipientemente alcançados

Objetivos não alcançados

### **Definição de permanência alcançada**

Cinquenta alunos negros, cotistas, recebendo a bolsa, pelo período de um ano, matriculados e aprovados em todas as disciplinas regulares do seu curso nos dois semestres de vigência da bolsa.

### **Definição de desempenho alcançado**

Cinquenta alunos negros, cotistas, recebendo a bolsa pelo período de um ano, desenvolvendo as atividades como bolsista em iniciação científica, extensão comunitária e monitoria, associando os temas da bolsa às disciplinas regulares de seu curso de graduação e participando de atividades (acadêmicas, ou não) relacionadas à bolsa.

### **Definição de envolvimento alcançado**

Cinquenta alunos negros, cotistas, recebendo a bolsa pelo período de um ano, desenvolvendo as atividades como bolsista em iniciação científica, extensão comunitária e monitoria, envolvidos com os temas aids e racismo, associando às atividades do programa às disciplinas regulares de seu curso de graduação, participando de atividades (acadêmicas ou não) relacionadas ao programa.

### QUADRO 3: MATRIZ DE JULGAMENTO DE PROPRIEDADE DO PROGRAMA

#### Permanência, Desempenho e Envolvimento

Indicadores de Permanência, Desempenho e Envolvimento	Pontuação	
	5	10
Aprovação nas disciplinas		X
Constância na universidade		X
Inserção em atividades de Inic. Cient./ Ext. Comun./Monitoria		X
Cumprimento das atividades da bolsa		X
Participação como ouvinte/palestrante em eventos, seminários e congressos sobre temas da bolsa	X	
Recebimento de premiações, custeio para participação em eventos e outros benefícios decorrentes de atividades da bolsa		X
Publicação de trabalhos sobre temas da bolsa	X	
Participação nas atividades do programa		X
Participação em atividades e espaços relacionados ao programa (ONG, movimento negro)	X	
Recebimento de premiações, custeio para participação em eventos e outros benefícios decorrentes de atividades do programa		X
Publicação de trabalhos sobre temas do programa	X	
Existência de voluntários no programa		X
<b>Total de Pontos: 100</b>	<b>20</b>	<b>80</b>

#### Pontuação:

**10 Pontos: Muito Relevante**

**05 Pontos: Relevante**

## Quadro 2: Permanência, Desempenho e Envolvimento

Permanência/Desempenho/Envolvimento	Indicador	Parâmetro	Fonte
Aprovação nas disciplinas	Nº total de bolsistas/Nº de bolsistas aprovados nas disciplinas	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios
Constância na universidade	Nº total de bolsistas/Nº de bolsistas matriculados	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios
Inserção em atividades de Iniciação Científica, Extensão Comunitária e Monitoria	Nº total de bolsas/Nº de bolsistas	50 bolsas: 10 + de 50 bolsas: 5	Entrevista /Relatórios
Cumprimento das atividades da bolsa	Nº de alunos recebendo bolsa por 12 meses	50 alunos: 10 Até 60 alunos: 5 > de 60 alunos: 0	Entrevista /Relatórios
Participação como ouvinte/palestrante em eventos, seminários e congressos sobre temas da bolsa	% de alunos participando de atividades	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios
Recebimento de premiações, custeio para participação em eventos e outros benefícios decorrentes de atividades da bolsa	Alunos recebido premiações	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Publicação de trabalhos sobre temas da bolsa	Alunos com trabalhos publicados	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Participação nas atividades do programa	% de alunos participando de atividades	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios
Participação em atividades/espços relacionados ao tema do programa (ONG, mov. negro)	% de alunos participando de atividades	> 50%: 5 < 50%: 0	Entrevista /Relatórios
Participação como ouvinte/palestrante em eventos, seminários e congressos sobre temas do programa	% de alunos participando de atividades	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios
Recebimento de premiações, custeio para participação em eventos e outros benefícios decorrentes de atividades do programa	Alunos recebido premiações	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios
Publicação de trabalhos sobre temas do programa	% de alunos com algum trabalho publicado	> 10%: 10 5%: 5 Nenhum: 0	Entrevista /Relatórios
Existência de alunos voluntários no programa	Não bolsistas participantes do programa	Com: 5 Sem: 0	Entrevista /Relatórios
<b>Total de Pontos: 100</b>			

**Parâmetros para o grau de permanência e adesão:**

<b>Pontuação</b>	<b>Percentual</b>	<b>Grau de Permanência, Desempenho e Envolvimento</b>
> 75	> 75%	Objetivos alcançados
50 ~ 75	50 ~ 75%	Objetivos parcialmente alcançados
25 ~ 49	25 ~ 49%	Objetivos incipientemente alcançados
< 25	< 25%	Objetivos não alcançados

Fonte: Cosendey, 2003.

#### **QUADRO 4: MATRIZ DE JULGAMENTO - PONTUAÇÃO POR DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO**

O quadro abaixo apresenta a pontuação máxima que o programa pode receber no caso de preencher e cumprir todos os requisitos pactuados nas matrizes de implantação e propriedade:

<b>Índices de Implementação</b>	<b>Índices de Permanência Desempenho e Envolvimento</b>	<b><math>\Sigma</math> Componente</b>
<b>150</b>	<b>100</b>	<b>250</b>

## Capítulo 4: O Afroatitudo nas Universidades

### A implantação nas dez universidades

Para viabilizar a implantação do programa, foi constituído no plano federal um grupo gestor (constituído por técnicos do Programa Nacional de DST e Aids, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria de Ensino Superior, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). O seguinte cronograma, pactuado entre o grupo gestor e as universidades deveria ser seguido na implantação do programa:

### Resumo do cronograma de execução nas universidades

Ação	Prazo
Estruturação da equipe de coordenação do Programa nas universidades	1ª quinzena de dezembro 2004
Levantamento de dados e elaboração do perfil dos estudantes público-alvo das ações do Programa: dados sociodemográficos, escolares e socioeconômicos.	2ª quinzena de dezembro 2004
Envio dos Projetos elaborados pelas universidades ao Programa Nacional de DST e Aids	15 janeiro 2005
Seleção dos Alunos	Fevereiro/abril 2005
Lançamento local do programa	Março/maio 2005
Vídeo Conferência	Mês 5
Envio de relatório parcial com ações desenvolvidas	Mês 6
Seminário Nacional – compartilhar experiências	Novembro/ dezembro 2005
Envio de relatório analítico – relatório de progresso final	Mês 12
Envio de relatório geral comparado entre as universidades participantes. Consolidado a ser elaborado por Grupo de Trabalho de Avaliação da Rede	Mês 14

Fonte: PN-DST/AIDS: Afroatitudo: programa integrado de ações afirmativas para negros. Brasília, 2005.

Em janeiro de 2005, as dez universidades aptas a participarem do programa, (públicas e com sistema de cotas vigente para ingresso de alunos negros) submeteram suas solicitações de adesão, enviando ao PN-DST/AIDS de um plano de ação, sob a forma de projeto: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Estadual da Bahia; (UNEB); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

Os projetos foram analisados pelos técnicos do grupo gestor que doravante trabalhariam em duplas, no acompanhamento e supervisão dos projetos enviados por cada uma das universidades.

Uma vez analisados e aprovados os projetos, o grupo-gestor reuniu-se para fazer um balanço geral dos projetos recebidos bem como a verificação se eles estavam em consonância com as diretrizes preconizadas pelo programa. Duas ações foram identificadas como necessárias para a continuidade do processo: a necessidade de comunicar com mais clareza para os professores-coordenadores dos projetos os objetivos do programa, principalmente no que tange à articulação entre os temas aids e racismo e a necessidade de promover uma reunião com esses professores para afinar a compreensão dessa proposta e os mecanismos de sua implantação.

Em março de 2005, foi realizada uma primeira reunião, em Brasília, com os representantes das universidades (alguns professores coordenadores e também reitores), nessa ocasião foi solicitado que houvesse uma atividade de capacitação em Brasília para os participantes do programa. Esse seminário teria como objetivo discutir a apropriação coletiva dos temas do programa e subsidiar sua implantação nas universidades.

Essa proposta foi acatada pelo grupo-gestor e em abril de 2005 é realizada uma oficina de dois dias “Aids e Racismo: refletindo sobre as ações do Programa Brasil Afroatitude”, conduzida por um facilitador e palestrantes externos que teve como objetivo a integração dos participantes e o compartilhamento de experiências. Nessa oficina, foram abordados os seguintes temas: a percepção do racismo e sua desconstrução; desigualdades raciais no Brasil; a construção da resposta social da epidemia; o racismo como fator de vulnerabilidade, ativismo e liderança em

HIV/aids. Nesse seminário participaram 49 pessoas - coordenadores e professores das universidades e técnicos do PN-DST/AIDS, SEPPIR, SEDH e SESU-MEC.

A implantação do projeto não cumpriu o cronograma originalmente previsto - pagamento das bolsas deveria coincidir com o ao letivo – março de 2005 a março de 2006. Problemas de natureza administrativa, principalmente os referentes ao repasse do recurso para as universidades fez com que o início de implantação dos projetos sofresse atrasos e seguisse calendários diferentes em cada universidade. O Programa Nacional de DST e Aids ao conveniar e repassar recursos sob a forma de projetos considera a contagem de sua vigência a partir da assinatura de contrato e da data de depósito do recurso em conta corrente. A data de início legal do projeto em cada universidade é apresentada abaixo:

1. Universidade Montes Claros/UNIMONTES – janeiro de 2006
2. Universidade Estadual Mato Grosso do Sul /UEMS – outubro de 2005
3. Universidade Federal Alagoas/UFAL – julho de 2005
4. Universidade Federal do Paraná/UFPR – julho de 2005
5. Universidade de Brasília/UNB – junho de 2005
6. Universidade Estadual da Bahia/UNEB – junho de 2005
7. Universidade Federal da Bahia/UFBA – junho de 2005
8. Universidade Estadual de Minas Gerais/ UEMG – maio de 2005
9. Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ – maio de 2005
10. Universidade Estadual de Londrina/UEL – maio de 2005

Como se pode verificar, houve alteração no quadro das universidades participantes: a UNIFESP de São Paulo (por problema relativo a pendências em outro projeto) não concretizou a adesão e a UNIMONTES de Minas Gerais, que não tinha sido contatada na fase inicial e já havia realizado seu vestibular em 2005 pelo sistema de cotas, foi incluída posteriormente no programa.

### **Situação em janeiro de 2006**

Em janeiro de 2006 o PN-DST/AIDS e o grupo-gestor – responsável pelo acompanhamento técnico do programa organizam um cronograma de visitas para a realização de uma supervisão “in loco” a todos os projetos. Essa atividade foi realizada de comum acordo com as universidades,

tendo em vista a proximidade de começo de ano letivo e entrada de novos cotistas pelo vestibular 2006. Foi considerado estratégico verificar o andamento da implantação do projeto e das atividades já executadas até aquele momento.

De forma rápida, inclusive em um contexto de greve nas universidades federais, foi refeito o roteiro de supervisão e nove universidades foram visitadas (a Unimontes por estar em fase de implantação não foi incluída no monitoramento) e por isso não há dados disponíveis. O grupo gestor resolveu priorizar os seguintes aspectos: a adequação entre o planejado e o executado com ênfase na forma e no processo de implementação. As universidades, por sua vez, foram orientadas a viabilizar a realização de dois encontros (um com os professores orientadores e um com os alunos bolsistas) com os técnicos do grupo gestor.

Os relatórios enviados por cada universidade e os produzidos a partir das visitas de supervisão, fornecem dados que permitem visualizar, ainda que de forma preliminar, a diversidade dos processos de implantação do programa em cada universidade. Algumas informações estão incompletas, uma vez que à época da entrega desses relatórios, nem todas as informações estavam disponíveis, conforme apresentados a seguir:

**QUADRO 5: RESUMO DA SITUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES**

Univer	Repasse	Seleção	Cand.	Selec.	Prof.	Áreas	Alunos	Trabal.	Parcerias	Volunt.	Preserv.
<b>UEL</b>	05/05	Entrevista	64	50	38	Todas	Sim	19 posters 20 comum. orais	Coor. Mun. Aids Ong/aids - ALIA NEAB	Sim	Sim
<b>UERJ</b>	05/05	Entrevista	133	50	12	Hum Bio Med	Sim	-	Coor. Mun. Aids; Coor. Est.. Aids; C.Cult. Morro da Mangueira; C.Cult. Cartola Univ. Veiga de Almeida	-	-
<b>UEMG</b>	05/05	Entrevista	42 (1ª cham.)	50	10	Edu Artes	-	-	Ong/aids – GAPA; Vivher	-	-
<b>UNB</b>	06/05	Entrevista	103	58	23	Todas	Sim	Sim	Coord. Aids Enegres-ser NEAB	Sim	-
<b>UNEB</b>	06/05	Edital Apresentação de Projetos	89	50	49	19 Deptos	Não	Sim, 05	Rádio Comunitária Antena Afro Convênios ONG Okanbi Secretaria Municipal de Reparação Secretaria de Saúde Municipal	-	-
<b>UFBA</b>	06/05	Entrevista	106	50	20	Hum/Exa Bio/Med	Não	-	Secretaria Est. Saúde Secretaria Mun. Saúde UNIAFRO Conexão de Saberes/MEC	Sim	-
<b>UFPR</b>	07/05	Entrevista	50 (02 chama.)	50	12	Todas	-	Sim	NEAB Centro de Estudos Violência e Seg. Pública Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos	-	Sim
<b>UFAL</b>	07/05	Entrevista	94	50	21	Todas	Sim	Sim - Posters	Coor. Mun/Est. Aids; Nucleo Temático Mulher e Cidadania; Grupo CONVHIVER Grupo Filhos do Axé Grupo Gay Alagoas Sec. Educação/ Sec. Mulher/ Cidadania e Direitos Humanos/ Defesa e Proteção das Minorias	Sim	Sim
<b>UEMS</b>	10/05	Entrevista	21 (1ª cham.) 29 (2ª cham)	50	29	Hum/Exa Bio/Méd Tecno	Sim	-	Coord. Est. Aids Coord Mun. Aids	-	-
<b>UNIMON</b>	01/06	Entrevista	-	50	24	-	-	-	-	-	-

## **Legenda do Quadro:**

**Data de repasse:** data em que o recurso entrou na conta da universidade

**Forma de seleção:** prova, entrevista, projeto apresentado pelo aluno

**Nº de candidatos:** número total de alunos que se interessaram pela bolsa

**Nº de selecionados:** número de bolsas preenchidas pelo afro e por outras bolsas extras

**Nº de professores:** número total de professores envolvidos durante a execução do projeto

**Áreas de conhecimento:** áreas dos alunos e professores envolvidos no projeto

**Participação dos Alunos na Comissão/Comitê do Programa:** existência de representação dos alunos na comissão

**Apresentação de alunos:** existência de trabalhos apresentados por alunos em eventos, congressos, seminários

**Existência de parcerias:** existência de parceiros governamentais e não governamentais no projeto

**Existência de voluntários:** existência de alunos envolvidos no projeto como voluntários, não recebendo bolsas

**Distribuição de Preservativos:** existência de preservativos disponíveis para o projeto

**Observação:** o campo com travessão significa que a informação não estava disponível.

## **Universidade Estadual Mato Grosso do Sul /UEMS**

### **Forma de Seleção**

Foram publicados editais concomitantemente pelas 03 Pró-Reitorias (Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, de Pesquisa e de Ensino). Editais publicados na Instituição, inclusive na página da UEMS, nos primeiros meses de outubro e novembro de 2005 e os segundos no mês de março de 2006.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Humanas e Sociais: 29  
Agrárias Biológicas e da Saúde: 14  
Tecnológicas e Exatas: 08

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Humanas e Sociais: 18  
Agrárias Biológicas e da Saúde: 07  
Tecnológicas e Exatas: 04

### **Ações de Capacitação Implantadas**

Reunião e encontros periódicos com professores e bolsistas, e organizando o 1º Encontro dos Universitários Negros da UEMS para os dias 12 e 13 de junho de 2006 e realização de uma Oficina com o grupo DST/Aids do MS, inclusive com o projeto PSE.

### **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Estão inseridos no planejamento e na organização das atividades.

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não-previsto**

Ainda não é possível descrever grandes impactos, mas, existe toda uma movimentação, uma mobilização, isso mexeu nas relações professor-aluno, professor-aluno-universidade. Reforçou o debate sobre o racismo principalmente no espaço acadêmico.

### **Dados sobre percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

É um projeto importante para se perceber como negro. É um despertar de consciência das coisas que acontecem com a população afro-descendente e as razões que geraram o preconceito e a discriminação.

### **Dados sobre a percepção dos professores participantes**

O projeto mexeu com professores e a instituição, visto que nos primeiros editais a procura ficou abaixo da expectativa, porém nos últimos, faltou vaga para projetos e bolsas. Os professores estão divulgando a ação em rádios, TV e jornais, demonstrando o quanto acreditam na intervenção nos processos discriminatórios por meio da educação.

### **Formas de parcerias**

A parceria estabelecida foi com a equipe estadual de DST/aids, mas ocorre ainda de maneira muito tímida.

### **Comissão de acompanhamento**

Publicaremos até o final do mês os nomes dos membros da Comissão de Acompanhamento e avaliação dos cotistas.

### **Existência de Ações para Sustentabilidade do Projeto**

Está partindo dos alunos a organização de atividades no sentido de possibilitar a sustentabilidade do projeto. Com as parcerias isso ainda não foi possível.

## **Universidade Federal Alagoas/UFAL**

### **Forma de Seleção**

O vestibular de 2005 foi o primeiro com cotas para negros na UFAL. Passaram 194 estudantes. Destes, 79 se inscreveram para concorrer às bolsas do Projeto Afroatitude. A seleção dos 50 bolsistas foi realizada pela Pró-reitoria estudantil e teve como critérios renda familiar baixa. Todos foram entrevistados. Foram selecionados 33 mulheres e 17 homens. No início, dois estudantes desistiram por motivos de problemas de saúde, 1 retornou e outro não aceitou, pois precisava trabalhar.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Administração: 2  
Ciências Biológicas: 1  
Ciências Econômicas: 4  
Comunicação Social: 3  
Direito: 1  
Educação Física: 3  
Enfermagem: 3  
Eng. Civil: 1  
Eng. de Agrimensura: 1  
Eng. Química: 2  
Filosofia: 1  
Geografia: 1  
História: 2  
Letras: 4  
Matemática: 1  
Medicina: 1  
Pedagogia: 8  
Psicologia: 4  
Química: 1  
Relações Públicas: 2  
Serviço Social: 3  
Teatro: 1

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Saúde: 09  
Educação: 01  
Humanas: 06  
Exatas: 01

## **Ações de Capacitação Implantadas**

Foi realizado um grande seminário no mês de novembro de 2005, financiado pela Coordenação Estadual de DST/aids com a presença de todos os bolsistas e tutores onde foram discutidas as temáticas de Aids e Raça. Este momento foi considerado fundamental para o entrosamento de todos e implementação das ações do projeto. Organizado pela Pró-reitoria de extensão por meio de um edital. Em 04 e 05 de janeiro houve a apresentação dos projetos para os Núcleos da UFAL para caso houvesse interesse, escrevessem o projeto. Um comitê científico selecionou projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão para toda universidade. Para o Afroatitude, 13 projetos foram selecionados, mas dois saíram depois, restando 11 ao final. Há também 2 tutores que fazem parte da ONG Grupo Gay de Alagoas. Seminário sobre ações afirmativas e Projeto Afroatitude: acolhimento, integração e fortalecimento; outras 5 capacitações em DST/aids nas seguintes temáticas: drogas, homossexualidade, sexualidade e gênero, papel da imprensa/mídia e prevenção e saúde).

## **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Os estudantes têm participado de projetos na comunidade e também em ONG (atividades de educação física para PVHA).

## **Existência de algum impacto educacional previsto e não-previsto**

Tivemos alunos dos cursos de medicina, ciências sociais que se engajaram no projeto como voluntários; Atendendo aos princípios do SUS e a atenção básica, cadastramos os cartões para atendimento nos ambulatórios do Hospital Universitário; ofertamos exames de acuidade auditiva, exames de acuidade visual, exames preventivos ginecológicos já que das 33 meninas apenas duas haviam freqüentado um ginecologista, vacinação contra a Hepatite B, restaurante universitário para 50% (a cota disponível naquele momento, 10% para residência universitária); 07 alunos distribuídos em ONGs/AIDS (Pessoa soropositiva, ONG/gay e Secretaria da Educação e Saúde da Mulher e População Negra; Produção de um informativo (INFO/AIDS) criado pelos bolsistas de jornalismo e relações públicas (comunicação social).

### **Dados sobre percepção dos estudantes envolvidos no Projeto**

Foi solicitado aos estudantes que escrevessem em uma lauda o que o Projeto mudou em suas vidas e as críticas. As avaliações foram trazidas para Brasília. Posteriormente, cada bolsista também teve a oportunidade de expor verbalmente sua opinião para os presentes. O que percebemos é que participar do projeto empoderou os estudantes, houve crescimento pessoal e acadêmico. Há hoje a conscientização de sua negritude e entendimento das causas históricas do racismo no Brasil. A união entre os bolsistas os fortalece contra o preconceito que ainda há na UFAL contra as cotas para negros. Há um problema geral com relação à utilização do Restaurante Universitário (que é pequeno): por receberem a bolsa, os estudantes do Afroatidade não estão incluídos entre os 200 estudantes de menor renda da UFAL que podem utilizar o restaurante. Como muitos ficam o dia inteiro na universidade para as aulas e as atividades do Afroatidade, há um custo alto para se alimentarem nos restaurantes ao redor da universidade. Outros só se alimentam de lanches, nesta situação.

### **Dados sobre a percepção dos professores envolvidos no Projeto**

Foi realizada uma reunião com os professores tutores e o coordenador do projetos, Jorge Riscado. Todos os presentes entendem sobre o Afroatidade e o apóiam. Reconhecem a importância do projeto no empoderamento dos estudantes cotistas contra as críticas e os preconceitos que eles sofrem na universidade. Pelo fato de os alunos bolsistas serem muito pobres, temem que com o encerramento das bolsas muitos não consigam continuar os estudos. Com relação à implementação das ações dos projetos, os tutores reclamam da falta de recursos para a compra de material como papel e cartucho para impressora e também para o transporte dos bolsistas para as atividades de extensão.

### **Formas de parcerias**

Com a CE-DST/AIDS, CM-DST/AIDS de Maceió, Secretaria da Mulher e Secretária das Minorias. Em reunião com o vice-reitor da Universidade, ficou prevista uma reunião para estabelecer estratégias para a sustentabilidade do Projeto como articular com a FAPEAL (Fundação de Apoio à pesquisa de Alagoas) e inserir alguns bolsistas do Afroatidade em outros Projetos da UFAL como PIBIC e PET.

### **Comissão de Acompanhamento**

Representante de aluno (rodízio de 3 em 3 meses), Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria Estudantil, 3 ONG: Grupo conviver, Filhos do Axé e GGAL, Secretaria Estadual da Mulher, Secretaria Estadual de Minorias, Coordenação Estadual de DST/aids e Coordenação Municipal de DST/aids de Maceió e coordenador Jorge Riscado. Periodicidade: houve reunião no 4 mês e no 6 mês do Projeto.

### **Existência de Ações para sustentabilidade do projeto**

Em reunião com o vice-reitor da Universidade, ficou prevista uma reunião para estabelecer estratégias para a sustentabilidade do Projeto como articular com a FAPEAL (Fundação de Apoio à pesquisa de Alagoas) e inserir alguns bolsistas do Afroatitudo em outros Projetos da UFAL como PIBIC e PET.

## **Universidade Federal do Paraná/UFPR**

### **Forma de seleção**

A equipe de Supervisão realizou reunião presencial com os bolsistas.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Agrárias: 04  
Biológicas: 04  
Educação: 01  
Exatas: 03  
Humanas e Letras: 17  
Jurídicas: 04  
Saúde: 11  
Sociais aplicadas: 01  
Tecnológicas: 02  
Terra: 01

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento:**

Doze professores orientadores envolvidos em todo o Projeto e não por área de conhecimento.

### **Ações de capacitação implantadas:**

Após 6 meses de cursos de capacitação na questão étnico-racial e na DST/aids, os alunos foram em caminhados para trabalhos comunitários no Vale do Ribeira, em escolas públicas, no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e no Centro de Estudos sobre Violência e Segurança Pública, além de estarem presentes em todos os eventos oficiais da Universidade que envolveram a comunidade (Feira de Profissões, Festival de Inverno de Antonina, recepção aos calouros na matrícula, gincana cultural da universidade).

### **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Os alunos bolsistas que trabalham no Vale do Ribeira, assim como os que se dirigem às escolas públicas, apresentam oficinas de políticas afirmativas, racismo e preconceito e oficinas de sexo seguro. Apoiados em conhecimentos anteriormente adquiridos na capacitação e em bibliografia

atualizada, desenvolvem ações corpo a corpo em salas de aula e em eventos específicos da UFPR, como os já citados acima e em eventos de outra natureza, como os cursos preparatórios para o ENEM, Fórum de atividades formativas da graduação etc. Os alunos que estão no NEAB se revezam no atendimento externo do núcleo, bem como nas tarefas do dia-a-dia. Todos estão envolvidos em pesquisas específicas do NEAB, atualmente compilando e monitorando dados da pesquisa: representação do negro na mídia impressa paranaense. Os alunos bolsistas que estão no Centro de Estudos sobre Violência e Segurança Pública desenvolvem estudos com população carcerária, agentes penitenciários e escolas.

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não-previsto**

Não previsto: O projeto recebeu a primeira colocação no Fórum de atividades formativas da graduação, com o painel Prevenção de DST/Aids no Vale do Ribeira. Alguns bolsistas também tiveram a iniciativa de levarem as oficinas do projeto para suas próprias salas de aula e usarem deste conhecimento para a preparação de aulas a serem ministradas em seus estágios disciplinares e outras ações curriculares fora do âmbito do projeto. Pessoas negras que trabalham em serviços gerais na SEAE (Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos do Paraná) tiveram sua auto-estima fortalecida apenas por verem tantas pessoas negras frequentando o local e trouxeram seus filhos pequenos para que eles pudessem pensar em um dia ir para uma Universidade. Previsto: Todos os bolsistas são unânimes em afirmar que sem a bolsa e sem o apoio do grupo Afroatitude não teriam podido frequentar seus cursos nem obter desempenho adequado. Todos se sentem capacitados para discutir em seu ambiente universitário ou fora dele, sobre políticas afirmativas, racismo e preconceito e todos estão capacitados para atuar como multiplicadores em prevenção de DST/aids.

### **Dados sobre a percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

Os alunos relataram o quanto foi importante à bolsa de estudos e os cursos de capacitação de relações étnico-raciais e de DST/aids, que duraram 6 meses e que foi uma mudança radical na vida dele. Houve questionamentos quanto ao valor recebido pelas bolsas, mas quanto ao prazo das mesmas. Consideram-se aptos agora a colaborar com projetos de extensão comunitária nas áreas propostas pelo Programa.

### **Dados sobre a percepção dos professores envolvidos no projeto**

A UFPR realizou uma chamada pública sobre os temas do Programa e só se inscreveram dois professores. A prof. Rita Esmanhoto do Programa Permanente de Prevenção da Aids da UFPR, do Departamento de Saúde Comunitária e o Prof. Paulo Vinícius coordenador do NEAB/UFPR. Posteriormente, foram acrescentados mais 3 professores. A Universidade optou por trabalhar com estruturas e programas institucionais já existentes, como o Programa de Inclusão Social do Vale do Ribeira, o NEAB e o Centro de Estudos sobre Violência e Segurança Pública.

### **Formas de parcerias**

Parceria com a Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos do Paraná, em seus programas de inclusão social, em especial no Vale do Ribeira, por meio de um convênio guarda-chuva com a UFPR.

### **Existência de Ações para sustentabilidade do projeto**

Estuda-se a possibilidade de recursos que não o de bolsas através do projeto de ações afirmativas da Pró-Reitoria de Graduação. Não há, no entanto, nenhuma previsão para recursos de bolsas.

## **Universidade de Brasília/UnB**

### **Forma de seleção**

Por meio de carta e telefone foram feitos contatos com os 103 estudantes classificados pela Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS nos grupos 1 e 2 dos programas de assistência estudantil, que ingressaram na Unb pelo sistema de cotas em 35 cursos diferentes no 2º semestre de 2004 na Universidade de Brasília. Destes, 65 demonstraram interesse e dispunham de tempo necessário para participar do programa, correspondendo a taxa de 63% do total da listagem. Esses estudantes foram inscritos e entrevistados a respeito de seus interesses e habilidades.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Administração: 02  
Agronomia: 01  
Arquitetura e Urbanismo: 02  
Artes Plásticas: 01  
Biblioteconomia: 04  
Ciências Biológicas: 03  
Ciências Contábeis: 01  
Ciências Políticas: 02  
Ciências Sociais: 05  
Comunicação Social: 02  
Engenharia Florestal: 01  
Engenharia de Redes: 02  
Física: 02  
Geografia: 01  
História: 04  
Letras: 06  
Matemática: 01  
Medicina: 01  
Nutrição: 01  
Pedagogia: 11  
Química: 01  
Serviço Social: 04

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Departamento de Sociologia: 01

Departamento de Enfermagem: 02  
Departamento Saúde Coletiva: 02  
Departamento Serviço Social: 02  
Diretoria Desenvolvimento Social: 01  
Faculdade de Comunicação: 01  
Faculdade de Medicina: 03  
Instituto de Artes: 01  
Instituto de Biologia: 02  
Instituto de Psicologia: 03

### **Ações de capacitação implementadas**

Finalizada essa etapa de seleção, os estudantes foram convidados a participar do Curso: Tópicos Especiais em Política Social – Saúde Sexual e Reprodutiva. 55 estudantes participaram do curso oferecido intensivamente de 07 a 11 de março no Confort Suits Hotel, com carga horária de 40h. Ao longo do semestre foram desenvolvidos reuniões e seminários de acompanhamento e avaliação com previsão de mais 20h, computando um total de 60h. Para a participação e aprovação no curso serão atribuídos 4 créditos, como disciplina optativa de domínio conexo. Além disso, outros estudantes interessados e membros do NEAMCES – Núcleo de Estudos e Ações Multilaterais de Cooperação em Educação e Saúde – fizeram o curso, totalizando 65 participantes. Os alunos se inseriram em 25 projetos de diferentes professores.

### **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Pela participação nos cursos ministrados, seminários e engajamento nos projetos e programas por meio de relatórios periódicos mensais de desempenho semestrais, descritivos e analíticos. Visitas a serviços, ONG, Casas de Apoio e PN-DST/AIDS.

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não previsto**

O impacto educacional previsto é a formação de novos pesquisadores e a inserção de alunos negros em pesquisas de iniciação científica. Outro impacto não previsto foi a parceria com diversos grupos acadêmicos para desenvolvimento de trabalho. Os alunos desenvolveram trabalhos junto a comunidades carentes.

### **Dados sobre percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

Os estudantes falam da importância da leitura e estudos para qualificação acadêmica e científica das atividades, bem como a importância de registro de todas as atividades desenvolvidas, tanto para um acompanhamento do desenvolvimento acadêmico individual e dos projetos, quanto para o registro da história do programa. Dois estudantes do afroatidade participaram da relatoria da I Conferência Distrital de Igualdade Racial.

### **Formas de parcerias**

O Afroatidade da UnB tem buscado sempre trabalhar em parceria com os diversos representantes dos movimentos negros da Universidade de Brasília e outros.

### **Comissão de acompanhamento**

A comissão de acompanhamento é formada por um representante dos decanatos de pós-graduação, graduação, programa institucional de bolsas de iniciação científica, decanato de extensão, decanato de assuntos comunitários, diretoria de desenvolvimento social, centro de convivência negra, núcleo de estudos afro-brasileiros, gerência de DST/Aids do GDF.

### **Existência de ações para sustentabilidade do projeto**

O Programa tem buscado apoio de novos parceiros para ajudar financiamento, para ampliar o número de vagas.

## **Universidade Estadual da Bahia/UNEB**

### **Forma de seleção**

O calendário sofreu atraso em função da greve de funcionários técnicos administrativos e dos professores que se iniciou em maio tendo se estendido até o final de julho. Com a aprovação do projeto foi publicado o primeiro Edital de Convocação em julho.

Foram inscritos 89 projetos abrangendo 19 departamentos, sendo 50 projetos selecionados e 17 contemplados. Os projetos encaminhados pelos alunos, com supervisão dos professores orientadores, atendeu às diversas áreas do conhecimento, não limitando-se às áreas de Ciências Sociais ou Humanas.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Iniciação Científica: 25

Monitoria de Ensino: 05

Monitoria de Extensão: 20

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Iniciação Científica: 20

Monitoria de Ensino: 05

Monitoria de Extensão: 18

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não previsto**

Alguns alunos, a partir do projeto, desenvolveram pesquisa na área de agricultura familiar, atendendo a população carente do semi-árido baiano; programas de rádio denominado Antena Afro na região de Irecê falando ao público jovem sobre drogas, DST e telejornais abrangendo uma área de mais de 300km. Intervenção a partir de julho em todos os Departamentos da UNEB na difusão das políticas de DST e ações afirmativas desenvolvida na Universidade com a participação da comunidade.

A elaboração dos projetos pelos bolsistas foi totalmente inovadora dentro do âmbito da Universidade do Estado da Bahia, pois o projeto era do aluno e não do professor orientador. Obtivemos uma resposta satisfatória por parte do corpo docente, bem como a solicitação de mais bolsas para atender mais de 8.000 alunos cotistas.

### **Dados sobre a percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

De acordo com os alunos, o aprender de novos conhecimentos enriquece a vida acadêmica, bem como a pessoal, pois na opinião dos bolsistas o que os deixam mais participativos em relação à proposta do projeto, ser de origem intervencionista, buscando com isso a integração entre universidade e comunidade, ao mesmo tempo em que gera condições de permanência para os bolsistas na Universidade. Outro ponto apontado pelos alunos foi à interiorização dos projetos não ficando somente restrito a capital permitindo assim uma maior abrangência do projeto. A solicitação quase diária ou mensal nos nossos contatos é a necessidade de continuação do Programa, pois há um impacto social na vida de cada bolsista.

### **Dados sobre a percepção dos professores participantes**

Até o presente momento, três dos professores já envolvidos na coordenação e mais de dez no acompanhamento do projeto asseguram a importância do mesmo para legitimação da política de cotas adotada pela instituição, desde 2003. Existe receptividade de todos os diretores de Departamento, somado o compromisso de intensa divulgação. Em última análise, é consenso que a grande importância do Programa Brasil Afroatitude, está na natureza metodológica de seu conjunto de ações que levam o aluno à construção da autonomia necessária a produção da reflexão crítica.

### **Formas de parcerias**

Foram realizados contatos com diversos segmentos da sociedade civil, com órgãos do poder público municipal e estadual, visando à regulamentação e à participação destes atores no processo de acompanhamento do Projeto em todos os municípios onde a Universidade possui departamentos. No que diz respeito à ordem legal tais parcerias tomaram o formato de convênios, já firmados como instrumento de cooperação entre a universidade e estas instituições.

### **Comissão de acompanhamento**

O acompanhamento do projeto está sendo feito por integrantes das Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa e Graduação e sob a Coordenação do CEPAlA. Integram este Comitê: (09) nove professores e (03) três técnicos da Universidade. O Comitê ficou responsável pela análise, parecer e classificação dos projetos. Além disso, 03 professores ficaram à disposição do Projeto, para avaliação dos resultados e envio dos relatórios exigidos pelo Ministério da Saúde.

### **Existência de ações para sustentabilidade do projeto**

A viabilização, por parte do Ministério da Saúde, de 50 bolsas, faz com que a Universidade planeje a possibilidade de disponibilizar mais 10 bolsas, perfazendo, assim, um total de 60 alunos afrodescendentes cotistas beneficiados. Além disso, os recursos referentes às despesas de consumo e de material permanente já estão garantidos, pela UNEB, até outubro de 2006. No mais têm-se, ainda, o livre uso dos instrumentos de divulgação interna, a saber: a TV, a rádio e a gráfica universitária. Desta forma, além dos recursos do Ministério da Saúde, está também assegurada à contrapartida da Universidade, o que possibilitará a execução do Projeto dentro do cronograma de execução reestruturado pela UNEB.

## **Universidade Federal da Bahia/UFBA**

### **Forma de seleção**

No processo seletivo, 106 estudantes se inscreveram e destes 50 foram selecionados; por complicações existentes no repasse dos recursos para a UFBA, somente no mês de agosto os estudantes começaram a assinar os contratos necessários para o recebimento das bolsas. As atividades acadêmicas tiveram início no mês de agosto juntamente com o calendário da UFBA para o segundo semestre de 2005.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Arquitetura: 11  
Biblioteconomia: 2  
Ciências Sociais: 9  
Economia: 6  
Enfermagem: 2  
Engenharia: 4  
Estatística: 1  
Filosofia: 3  
História: 3  
Medicina: 1  
Museologia: 1  
Psicologia: 2  
Secretariado Executivo: 1  
Teatro/Música: 4

### **Ações de capacitação implementadas**

Os alunos foram convidados a participar em um curso regular oferecido no curso de Ciências Sociais - Curso Monográfico de Sociologia – cujo tema será Juventude, Desigualdade e Conhecimento, sob a minha coordenação. Nesse curso serão discutidas as diversas abordagens teóricas para o conceito de juventude, a partir de enfoques que tratam de temas como mercado de trabalho, educação, sexualidade, participação política, globalização e cultura. Outra atividade foi à participação dos estudantes em um Ciclo de Seminários, tratando de temas diversos, como ação afirmativa no ensino superior, racismo no Brasil, Aids entre outros, realizados mensalmente e em conjunto com dois outros projetos que integram o Programa de Ação Afirmativa da UFBA

- o Conexões de Saberes (MEC) e UNIAFRO (MEC). Estes projetos também prevêm a seleção de estudantes beneficiados pelas cotas, além de outras atividades.

### **Formas de parcerias**

Em relação às parcerias, o Afroatitude na UFBA manteve contatos com a Secretaria das Reparações do Município de Salvador e com a Secretaria de Saúde do Município de Salvador, e estão em curso negociações para detalhar o modo como estes darão apoio ao Projeto.

## **Universidade Estadual de Minas Gerais/ UEMG**

### **Forma de seleção**

Quarenta e dois alunos cotistas se candidataram e os mesmos foram selecionados. Após o andamento do projeto, outros alunos começaram a se interessar pelo Projeto e por isso uma nova seleção foi realizada para preencher as vagas restantes.

### **Número de alunos por área de conhecimento**

Design Gráfico: 11 alunos

Artes Visuais: 04 alunos

Design de Produtos: 01 aluno

Escola de Música: 02 alunos

Faculdade de Educação:

Pedagogia: 23 alunos

Escola Guignard: 01 aluno (projeto da Faculdade de Educação)

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Escola de Design: 03 coordenadores

Escola de Música: 01 coordenador

Faculdade de Educação: 05 coordenadores

### **Ações de capacitação implementadas**

Os alunos foram orientados a leituras de bibliografia sobre os temas da bolsa, a participarem de exibição e análise de filmes, além de participarem de visita às comunidades e OSC (GAPA, VHIVER, entre outros).

### **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Por meio de participação em eventos, em centros acadêmicos, na comunidade e nos serviços. Visita às comunidades; encontros e debates nas escolas da UEMG com os professores coordenadores; Visitas às bibliotecas para fundamentação teórica por meio de leituras; participação do evento Abolição Contemporânea - 13 de Maio, onde foi feito o Lançamento do

Programa Brasil Afroatidade (que contou com a presença do Reitor, Pró-reitores, presidente da Câmara de Vereadores, deputados e vereadores e do presidente do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra). Os assuntos abordados no evento foram: Processo de Cotas na UEMG; Homicídios – “A morte tem cor”; Implementação da Lei 10639/03; Acesso à Educação Superior; O negro no Mercado de Trabalho; A Discriminação do Negro na Universidade; A Reforma Universitária; Integração Racial.

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não-previsto**

O principal objetivo que norteou o projeto Brasil Afroatidade, inserido nas Ações Afirmativas, foi de fortalecer as bases de sustentabilidade dos alunos cotistas e bolsistas inscritos no Projeto, tanto na manutenção física destes na Universidade, quanto na orientação acadêmica. Um fato importante foi o desenvolvimento do Projeto em linhas de pesquisa e extensão, ao qual constatamos adequação da unidade acadêmica ao perfil do Projeto. As unidades da UEMG possuem, em grande parte, condições adequadas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão em temas tangentes, com o apoio técnico dos professores orientadores. A atuação dos alunos afro-descendentes como pesquisadores bolsistas proporcionou um caráter especial à pesquisa, no sentido de que essa se configurou academicamente como ação afirmativa para universitários negros. Durante as atividades metodológicas do projeto, contou-se com a colaboração das coordenações de ensino e centros de extensão de cada unidade para o desenvolvimento de algumas atividades (confirmação e adesão dos alunos à pesquisa; fornecimento do material bibliográfico inicial; divulgação de eventos abertos sobre ações afirmativas entre afro-descendentes; encontros periódicos com professores; organização da rotina dos grupos operativos; reuniões mensais para sistematização da temática abordada na pesquisa), em que esses temas assumiram um caráter interdisciplinar envolvendo os diversos cursos oferecidos pela UEMG, possibilitando o reforço às ações afirmativas de desconstrução do racismo e de preconceito às pessoas vivendo com Aids, tendo sua relevância na prevenção e na regularização junto às organizações entidades afins. As relações estabelecidas entre os alunos e professores envolvidos no projeto, com os demais alunos e professores de diversos projetos e disciplinas, contribuíram para o fortalecimento da adaptação dos alunos ingressos à universidade pelo sistema de cotas. A grande esperança destes professores é que sejam realizados mais

programas como este com a finalidade de viabilização do acesso e permanência daqueles que são normalmente excluídos pela sociedade.

### **Dados sobre a percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

Durante reuniões realizadas com estudantes cotistas negros participantes do Programa Brasil Afroatitude, e utilizando-nos também de relatos de professores, pode-se apreender o impacto deste programa na vida acadêmica e pessoal dos alunos. A percepção dos alunos é indicativa da necessidade do Programa para sua manutenção na Universidade e também para a elevação de sua auto-estima. Muitos mencionaram que a percepção pessoal que tinham de si melhorou consideravelmente como classe e como pessoa, uma vez que se sentiram capazes de produzir e trabalhar sem achar que são menos merecedores que outros. Também, foi verificado, por parte dos alunos, a necessidade de se manter uma maior associação, pois, são oriundos da rede de ensino público e de famílias de baixa renda. Por iniciativa própria, os alunos criaram uma página na internet cujo objetivo é discutir, analisar e definir, juntamente com seus coordenadores, as estratégias de melhoria do Programa. Detectaram pontos positivos no contato com negros soropositivos. Aqueles que fizeram intervenção em hospitais, clínicas e postos de saúde, perceberam o senso de esperança dessas pessoas. O Programa além do incentivo à vida acadêmica, beneficia o aumento do rendimento escolar em todas as disciplinas.

### **Dados sobre a percepção dos professores envolvidos no projeto**

Os professores revelam a expectativa que, de alguma forma, as atividades de pesquisa e extensão executadas pelos alunos cotistas possam contribuir para o fortalecimento das medidas no combate à epidemia. Durante o desenvolvimento das atividades, não sabiam exatamente a extensão e o grau de dificuldades que iriam enfrentar, como seria o aproveitamento individual de cada aluno participante do projeto, por isso o acompanhamento tornou-se fundamental para a realização da pesquisa e sua abrangência. Muitos desses professores eram contrários à questão das cotas, mas, com o desenvolvimento do programa, tomaram ciência da dificuldade que os negros têm para ingressar e permanecer na universidade. Constataram a importância de abordar

o preconceito e o racismo. Ressalvas quanto ao aproveitamento dos resultados das pesquisas, pois julgam necessário fazer a extensão deste projeto a outras pesquisas acerca do tema.

### **Formas de parcerias**

Nesse primeiro momento foram feitos estudos, pesquisas e visitas às comunidades – VHIVER, GAPA, VIVESTE entre outras.

### **Comissão de acompanhamento**

O comitê de acompanhamento está realizando o trabalho permanente junto aos bolsistas, com reuniões para discutirem dúvidas e resultados e supervisionando as atividades inerentes ao projeto.

### **Existência de ações para sustentabilidade do projeto**

Existe um projeto em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para apoiar os alunos cotistas negros das Universidades Públicas de Minas Gerais

## **Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ**

### **Forma de seleção**

Na UERJ o programa teve as seguintes características: as 50 bolsas foram divididas entre dois projetos da universidade: um desenvolvido no NESA (núcleo que desenvolve ações voltadas para a saúde do adolescente) e o outro no Departamento de Enfermagem. A seleção dos alunos foi feita separadamente por cada um desses setores sob a forma de edital direcionado aos alunos e divulgado no âmbito da universidade. Para o Departamento de Enfermagem foi realizada seleção pública interna com a divulgação por meio de cartazes por todas as unidades da UERJ campus Ilha Grande, São Gonçalo, Friburgo e Duque de Caxias. Segundo o coordenador, houve 48 alunos inscritos e selecionados para uma prova de conhecimentos gerais com questões que envolviam temas aids, igualdade racial, cidadania.

### **Número de estudantes e professores por área de conhecimento**

No NESA os 25 alunos (20 da área de humanas e 05 da área biomédica) sob a orientação de cinco professores, foram subdivididos em dois grupos: pesquisa – *Adolecentro* e Atendimento – prevenção, seminários racismo e etnia.

No Departamento de Enfermagem foram selecionados para entrevista 35, havendo a classificação dos 25, das seguintes áreas: 05 humanas, 05 biologia, 02 odontologia, 02 nutrição e 10 biologia.

### **Ações de capacitação implantadas**

As atividades de pesquisa sobre discriminação racial e saúde. Capacitações e oficinas de prevenção com o grupo: adolescentes e cotistas. A capacitação foi realizada a partir de oficinas sobre etnia e saúde, DST/aids e racismo. O projeto envolveu voluntários da comunidade.

### **Formas como os estudantes estão inseridos no projeto**

Os alunos estão envolvidos em ações de prevenção nas comunidades onde residem e nas adjacências (Mangueira e Vila Izabel); participaram da passeata do 1º de dezembro; participaram de entrevistas na mídia.

Mantêm um trabalho na favela do Vidigal com alunos cotistas, adolescentes e com a ajuda dos enfermeiros e alguns médicos que já atendem lá, buscam dar maior clareza ao racismo e a informar a população sobre as DST/Aids

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não-previsto**

Um resultado não-previsto foi o apoio do Centro Cultural Cartola e adesão como voluntários de alunos de outra Instituição, a Veiga de Almeida.

### **Dados sobre a percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

A percepção dos alunos é positiva com participação em diversos momentos, intervenções e como já comprovado já fizemos duas matérias em canal de comunicação (televisão). O interesse em participar das rodas de conversa sobre racismo e o seu papel dentro da Universidade.

### **Dados sobre a percepção dos professores envolvidos no projeto**

A contribuição em integração no ensino pesquisa e extensão, validado e reconhecido pelas intervenções e ações em diversos seguimentos; os encontros com estudantes para rodas de conversas sobre o racismo e o papel do estudante cotista, pois até bem pouco tempo não se falava de ação ou qualquer forma de comunicação.

### **Formas de parcerias**

Parceria com a Secretaria Municipal do Estado. Foi firmada parceria com a Coordenação Estadual e Municipal de DST/Aids, Centro Cultural Morro da Mangueira (no que se refere às atividades de intervenção, prevenção e material didático, com mulheres negras de uma forma lúdica e cultural);

Na Universidade Veiga de Almeida, integração nos processos de intervenções em praças, no carnaval, nos ensaios e palestras, agora estamos integrados com o Projeto do Hospital São Francisco de Assis e estamos estudando a possibilidades de aumento das bolsas.

### **Comissão de acompanhamento**

Existe um Comitê de monitoramento formado pelos professores coordenadores, 01 professor, e 02 alunos representante dos cotistas e adolescentes. Os alunos têm reuniões semanais às quartas-feiras e um sábado por mês.

Há também um comitê de monitoramento formado pelo professor coordenador, por um professor, um representante da diretora da universidade e um aluno representante do grupo. As reuniões a cada 15 dias (2/mês).

### **Existência de ações de sustentabilidade do projeto**

Com a parceria da Universidade Veiga de Almeida há possibilidades de aumento das bolsas e algumas ações com a Secretaria de Saúde do Estado.

## **Universidade Estadual de Londrina/UEL**

### **Forma de seleção**

Pelo do edital específico, apresentaram-se para concorrer à bolsa 64 estudantes. Estes passaram por seleção e classificação, tendo como critério a situação de carência sócio-econômica. Os catorze estudantes que foram selecionados e que não foram contemplados com bolsa do projeto UEL/Afroatidade foram beneficiados com uma bolsa do Programa de Inclusão Social da Agência de Fomento do Estado do Paraná, Fundação Araucária, destinada a estudantes que se inscreveram no vestibular da UEL pelo Sistema de Cotas oriundos da escola pública ou, ainda, com a Moradia Estudantil da UEL. Devido a esta distribuição de benefícios institucional, não houve lista de espera no Projeto UEL/Afroatidade na primeira chamada do Edital. Cabe ressaltar que o sistema de cotas da UEL tem como critério basilar que o candidato (negro ou não) tenha cursado a escola pública. Dos 50 estudantes selecionados para o UEL/Afroatidade, 06 desistiram pelo fato de optarem por trabalhar e 02 estudantes desistiram do curso, por razões de ordem pessoal. Assim, em 02/09/05 abriu-se um novo Edital para as novas inscrições e seleção para essas 08 vagas. Neste segundo Edital, houve 36 inscritos, também selecionados por carência socioeconômica. Até novembro de 2005 foram incorporados 08 alunos, completando 50 bolsistas. Porém, até o mês de maio de 2006 houve desistências de alunos pelos seguintes motivos: necessidade de inserção no mercado de trabalho (03), desistência do curso (01), opção por outra modalidade de bolsa (PIBIC/CNPq – 01), avaliação dos professores orientadores e da comissão de acompanhamento de alunos que não se incorporaram academicamente ao Projeto (04), somando 09 desistências, totalizando, em 31 de maio de 2006, 41 bolsistas efetivos e 32 professores orientadores. Cabe ressaltar que todos os estudantes bolsistas foram inseridos em projetos de pesquisa, extensão ou ensino, cadastrados na Instituição, iniciando suas atividades em junho de 2005.

### **Número de estudantes por área de conhecimento**

Agronomia: 01

Arquitetura: 01;

Artes Cênicas: 01;

Ciência da Computação: 01;

Ciências Biológicas: 01;  
Ciências Contábeis: 01;  
Ciências Econômicas: 01;  
Ciências Sociais: 02;  
Comunicação Social (Jornalismo ou Relações Públicas): 02;  
Design em produto: 01;  
Direito: 01;  
Educação Artística: 01;  
Educação Física: 02.  
Enfermagem: 01;  
Engenharia: 01;  
Farmácia: 01;  
Filosofia: 01;  
Física: 01;  
Geografia: 02;  
História: 02;  
Letras: 07;  
Matemática: 01;  
Medicina: 01;  
Odontologia: 01;  
Pedagogia: 04;  
Psicologia: 01;  
Química: 01;  
Serviço Social: 03;  
Zootecnia: 01;

### **Número de professores orientadores por área de conhecimento**

Agronomia: 01;  
Artes Cênicas: 01;  
Biblioteconomia: 01  
Ciências Biológicas: 03;  
Ciências Sociais: 04;  
Comunicação Social (Jornalismo ou Relações Públicas): 02;  
Educação Física: 01;  
Enfermagem: 01;  
Engenharia: 01;  
Farmácia: 01;  
Geografia: 01;  
História: 03;  
Letras: 05;  
Odontologia: 01;  
Pedagogia: 03;  
Química: 01;  
Serviço Social: 03;  
Zootecnia: 01;

### **Ações de capacitação Implantadas**

Durante os meses de abril, maio e junho de 2005 foram realizadas atividades na Universidade referentes aos dois temas principais do projeto: Pré-Conferência Regional Norte do Paraná Pela Promoção da Igualdade Racial, nas datas de 29 e 30 de abril de 2005; II Encontro de Aids e Saúde Mental, nas datas de 30 e 31 de maio e 01 de junho de 2005; Mesa-redonda sobre Sistema de Cotas na Universidade Brasileira, na data de 09 de junho de 2005. Em agosto de 2005, com a participação dos professores orientadores na elaboração e execução da proposta houve nova capacitação, com a seguinte pauta: apresentação do Projeto UEL/Afroatitude com proposta de capacitação continuada dirigida aos estudantes bolsistas, dos professores e técnicos que participam do Projeto; realização de convite a um professor orientador e de um técnico para comporem a Comissão de Acompanhamento do Projeto UEL Afroatitude.

A partir de setembro os alunos participaram de Oficinas programadas acerca das temáticas do preconceito, racismo e prevenção de DST/aids, culminando com ato público no Campus, no dia 1º de dezembro. Em janeiro e fevereiro de 2006 os alunos participaram de novas cinco oficinas sobre: Iniciação científica, Luta por Direitos, O que a aids tem a ver comigo? O que o Racismo tem a ver comigo? Desigualdade e Violência. Encerrando com o I Seminário do projeto UEL/Afroatitude, com proposta de Programa de Formação continuada a complementar a ser desenvolvido até junho de 2006, com acentuação na educação de pares. Até maio de 2006 foram desenvolvidas três oficinas em parceria com as ONGS: Associação de Londrina de Aids – ALIA e Núcleo Londrinense de Redução de Danos, curso sobre Civilização Africana e implantação de plano de disponibilização de preservativos no Serviço de Bem Estar à Comunidade – SEBE/UEL, com cota mensal disponível, por meio de convênio com a Coordenação Municipal de Prevenção. Nos dias 23,24 e 25 do mês de maio de 2006, o Projeto UEL/Afroatitude participou com outras entidades do município e região, do planejamento e organização do III Encontro Regional de Aids e Saúde Mental, realizando no dia 26 de maio o seu II Seminário, com mesa redonda sobre Ações Afirmativas e Luta por Direitos e apresentação de comunicações orais

e pôsteres dos trabalhos de iniciação científica, desenvolvidos pelos alunos bolsistas, após um ano de participação no projeto.

### **Forma como os estudantes estão inseridos no projeto**

A Universidade Estadual de Londrina optou em inserir os alunos bolsistas em iniciação científica, por meio de projetos cadastrados de pesquisa, extensão e ensino. Portanto, cada aluno tem um professor orientador, com obrigatoriedade de dedicação de 12 horas semanais ao seu projeto específico, com apresentação de relatório mensal à coordenação do projeto UEL/Afroatitude. Paralelamente são obrigados a participar de atividades planejadas pela coordenação de formação continuada e complementar (encontros, seminários, oficinas e debates a respeito dos temas do Programa Brasil Afroatitude), geralmente nos finais de semana, para não prejudicar suas atividades curriculares. Os estudantes também participam no planejamento e organização dos eventos sobre os temas do projeto realizados pela UEL.

Desde o mês de novembro de 2005, os alunos bolsistas contam com um representante na Comissão de Acompanhamento Projeto.

### **Existência de algum impacto educacional previsto e não previsto**

Segundo os professores houve inserção mais rápida do estudante nas atividades de pesquisa, ensino ou extensão bem como na vida universitária, com engajamento nos grandes debates sobre temáticas atuais desenvolvidos na Instituição e pela sociedade civil, a exemplo dos grupos ativistas do movimento negro e das entidades que lutam contra o preconceito e racismo, inclusive em relação aos portadores do HIV/aids. Essa inserção teve impacto significativo no rendimento acadêmico dos alunos e acentuada superação das dificuldades didático-pedagógicas encontradas pelo estudante, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos ética e socialmente com os problemas da sociedade brasileira, um dos objetivos principais do projeto político pedagógico da UEL.

### **Dados sobre percepção dos estudantes envolvidos no projeto**

Durante o I seminário do projeto UEL/Afroatitude, ocorrido em janeiro/fevereiro de 2006, foi possível observar o significado e o impacto do projeto para a formação dos alunos bolsistas. Segundo suas próprias percepções, a inserção no projeto significa “formação para toda a vida”, maior integração na vida universitária, oportunidade de melhor formação acadêmica, identidade entre pares, aprendizado contínuo, aprender a olhar o outro, entre outras observações e percepções positivas. Porém, essas percepções também desenvolveram olhar crítico em relação à instituição, a exemplo da falta de infra-estrutura para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas (acervo bibliográfico, rede de informática, laboratórios e equipamentos), condição vivenciada pela maioria das Universidades públicas do país. Cabe ressaltar que essas percepções foram registradas na ocasião do monitoramento do Projeto, no encerramento do I Seminário, no início do mês de fevereiro de 2006, quando estiveram presentes as profissionais do MS Milda Jodelis e Angela Donini. Cabe ressaltar, outrossim, que a maneira como, atualmente, os alunos bolsistas se percebem e percebem o Projeto, pode ser observada pela significativa adesão, participação e envolvimento nos eventos e atividades coletivos programados pela coordenação, especialmente a partir da consolidação das atividades de formação continuada e complementar: oficinas, debates, palestras e ações sobre as temáticas do programa Brasil Afroatitude. Os resultados do II Seminário do projeto, realizado no dia 26 de maio, foi exemplo concreto dessa adesão e envolvimento. Todos os alunos apresentaram sua produção acadêmica, com exceção de duas alunas, que estão amparadas por lei específica. Uma com licença maternidade e outra para tratamento de saúde. Foram 19 pôsteres e 20 comunicações orais.

### **Dados sobre a percepção dos professores envolvidos no projeto**

Os professores orientadores avaliam constantemente seus bolsistas, por meio de relatórios mensais, os quais são entregues para a coordenação para registro e arquivo. De acordo com estes relatórios, é possível perceber o estabelecimento de uma parceria por parte deles com o projeto, haja vista a preocupação com a formação acadêmica dos alunos, bem como com a participação nas atividades de formação continuada e complementar. Segundo os professores orientadores, o projeto UEL/Afroatitude conferiu maior responsabilidade dos alunos com a

formação acadêmica, permitiu com que eles tivessem, mais cedo, contato com a iniciação científica, proporcionando maior maturidade e compromisso com os cursos e, conseqüentemente, com atividades extracurriculares importantes para a formação geral e de cidadania. Cabe ressaltar a percepção de muitos professores sobre a contribuição do projeto em criar um espaço público de ação política na Universidade, onde circula o debate, o confronto de idéias, a luta por direitos e a desconstrução do preconceito.

### **Formas de parcerias**

Coordenação Municipal de DST e Aids de Londrina; Associação de Londrina de Aids-ALIA; Núcleo Londrinense de Redução de Danos; Ambulatório de Moléstias Infecto contagiosas/Aids do Hospital Universitário da UEL. unidades e profissionais da UEL envolvidos diretamente, a exemplo do Serviço de bem Estar à Comunidade – SEBEC e Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos – NEAA. Inclusive, hoje, no Campus da UEL, existe local para disponibilização de preservativos, como cota mensal doada pela Coordenação Municipal de Prevenção.

### **Comissão de acompanhamento**

Desde a elaboração do projeto UEL/Afroatitude, houve a elaboração das propostas de forma colegiada, com a participação dos três setores da UEL envolvidos: Pró-Reitoria de graduação – PROGRAD, Serviço de Bem-Estar à Comunidade – SEBEC e Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos – NEAA, que tem a representação na Comissão de Acompanhamento. Essa Comissão tem a participação de representante dos professores orientadores, representante dos bolsistas e da Coordenação Municipal de Aids de Londrina. Foi com base nas discussões e acompanhamento do projeto por essa comissão que foi possível a consolidação das atividades de formação continuada e complementar junto aos bolsistas, bem como a retomada de decisões importantes, quando necessárias, em relação ao redirecionamento do projeto na UEL.

### **Existência de ações para sustentabilidade do projeto**

Estabelecimento de Programa de Formação continuada e complementar aos alunos bolsistas; reuniões e organização de eventos com a sociedade civil organizada e com a prefeitura municipal de Londrina que trabalham com as temáticas do programa Brasil Afroatitude; reuniões

periódicas com os docentes envolvidos nos projetos de iniciação científica em que os bolsistas foram inseridos; inserção de professores da UEL, com conhecimento nos temas do projeto, no processo de capacitação dos estudantes; organização de programas de rádio, em parceria com a Rádio Universidade, sobre as temáticas do projeto; apoio e envolvimento da administração da UEL (Reitoria e Pró-Reitorias); integração das ações, projetos e programas já em desenvolvimento na instituição dirigidas às temáticas do programa Brasil Afroatitude, especialmente do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos e do Serviço de Bem-Estar à Comunidade – SEBEC.

## **A Universidade de Brasília: um estudo de caso**

A Universidade de Brasília foi inaugurada em abril de 1962, dois anos depois da inauguração de Brasília. Ao longo de sua existência teve papel estratégico no cenário acadêmico e político nacional inclusive pela proximidade geográfica com o poder. Exatamente por essa proximidade foi uma das universidades mais atingidas pela ditadura instalada com o golpe militar de 1964. A universidade se constitui em importante foco de resistência, o que provocou invasões, prisões e interrupções de aulas ao longo de todo o período da ditadura. Com a democratização, em 1984, a universidade teve seu primeiro reitor eleito pela comunidade universitária.

Dados da Secretaria de Planejamento da universidade mostram que, em 2004, a UnB contava com 396 laboratórios, 51 departamentos, 22 institutos e faculdades, 14 centros, cinco decanatos, cinco órgãos complementares (Biblioteca Central, Centro de Informática, Centro de Produção Cultural e Educativa, Editora Universidade de Brasília, Fazenda Água Limpa e Hospital Universitário), três secretarias e um hospital veterinário. O campus universitário Darcy Ribeiro tem 3,95 milhões de metros quadrados (395 ha), equivalente a 33 estádios do Maracanã. Abriga cerca de 1.300 professores, 2.300 funcionários e 20.000 alunos, oferecendo 62 cursos de graduação, 58 de mestrado, 38 de doutorado e 106 especializações.

Segundo dados divulgados pela reitoria, em alguns cursos, a concorrência ultrapassa 60 candidatos por vaga, sendo o vestibular da UnB é um dos mais concorridos do país, com mais de 30 mil candidatos para menos de 2.000 vagas por semestre.

A Universidade de Brasília foi uma das instituições que procurou adotar mecanismos alternativos para selecionar os candidatos aos seus diversos cursos. Até 1996 a forma de ingresso foi exclusivamente por meio de vestibular, quando então é introduzido o Programa de Avaliação Seriada (PAS). O PAS consiste em avaliar o aluno ao longo do ensino médio, ou seja, por etapas. O candidato inscrito no PAS participa de um processo de avaliação que se inicia ao término da 1ª série do ensino médio e se encerra ao término da 3ª série.

O programa consiste em provas aplicadas ao término de cada uma das séries do ensino médio. Os melhores colocados ao final das três etapas estão automaticamente aprovados para a universidade. O objetivo do PAS é o de estimular as escolas a prepararem melhor o aluno, desde o primeiro ano do ensino médio.

### **A política de Ações Afirmativas na Unb**

A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a instituir o ingresso pelo sistema de cotas. A discussão sobre as cotas na UnB tem tido muita visibilidade. Dois momentos particularmente foram intensamente debatidos e acompanhados pela imprensa, pelos ativistas do movimento negro e por intelectuais das principais universidades brasileiras: o processo de discussão para aprovação do sistema entre os anos de 1999 e 2003 e o processo de implementação e homologação dos candidatos inscritos no primeiro vestibular pelo sistema de cotas entre 2004 e 2005. Para fins de exemplo, pesquisa no *site* de buscas na Internet – *Google Acadêmico* (sistema de buscas de publicações acadêmicas) gerou 435 páginas com de artigos, resumos e citações sobre o tema.

Com a realização do primeiro vestibular pelo sistema de cotas no 2º semestre de 2004, a questão da homologação dos candidatos realizada por fotos e entrevista por uma comissão foi objeto de polêmica, nos editoriais de jornais e no meio acadêmico. Artigo de Maio & Santos apresentado no XXVIII Encontro da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Anpocs, Caxambu, Minas Gerais, em 2004 desencadeou um polarizado debate em torno do tema da classificação racial e o papel da antropologia nesse processo. Esse artigo acabou provocando um debate no campo da antropologia com posicionamento inclusive da Associação Brasileira de Antropologia e com uma publicação de um dossiê sobre o tema na revista “Horizontes Antropológicos” da Universidade federal do Rio Grande do Sul, no qual 22 autores comentam o artigo de Maio & Santos<sup>58</sup>.

Vários autores<sup>59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67</sup> têm relatado e analisado o processo de discussão e aprovação do sistema na UnB.

Esse debate tem girado principalmente em torno de três eixos: um de natureza teórica, (centrada nas origens e causas da desigualdade), um de natureza política (centrada nos

princípios constitucionais da universalidade e da equidade e nas consequências da adoção dessas políticas) um de natureza operacional (centrada no “como” e “quem” define os beneficiários dessa política).

O tema polêmico, inclusive dentro da UnB motivou uma pesquisa e dissertação de mestrado *Não Deixando a Cor Passar em Branco: o Processo de Implementação de Cotas para Estudantes Negros na UnB*, defendida em março de 2006. A dissertação, Belchior (2006) apresenta os atores e fatos que levaram à aprovação do sistema de cotas na UnB e mostra que esse processo foi resultado de um esforço de alguns professores, estudantes, movimentos sociais e pela própria administração da universidade.

O debate sobre discriminação racial já estava presente da Universidade de Brasília desde 1998, quando o primeiro negro a ingressar no Programa de Doutorado em Antropologia foi reprovado em disciplina obrigatória no primeiro semestre de curso. O aluno recorreu da reprovação, provocando uma crise que se arrastou por dois anos dentro da universidade, até que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) lhe concedeu os créditos de aprovação na matéria. Esse fato ficou conhecido como o “Caso Ari”<sup>65</sup>.

Em 2001, enquanto o projeto de cotas ainda estava em elaboração, estudantes negros acusaram seguranças particulares de agressão em frente ao Centro Comunitário da UnB. A denúncia reforçou a necessidade de se rever a questão racial na universidade, que na década de 80, chegou a ter os muros pichados com a frase *Morte aos negros*<sup>68</sup>.

A discussão sobre ações afirmativas ganhou intensidade após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação, Xenofobia, Intolerância Correlata em 2001, nesse mesmo ano, a relatora da comitiva brasileira, Edna Roland esteve participando de evento na universidade<sup>59</sup>. É nessa mesma época, que se começa a discussão para a implementação de um sistema de ingresso por cotas. Essa discussão foi promovida na universidade pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), coordenado pelo professor Nelson Inocêncio, pelo movimento negro estudantil, Enegre-ser, pelo movimento estudantil, pelo DCE, Centros Acadêmicos e pelos pesquisadores do Departamento de Antropologia, José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato da UnB<sup>59</sup>.

Esses professores elaboraram em 2002 “Uma proposta de cotas para estudantes negros na universidade de Brasília” que foi apresentada para discussão nos diversos departamentos. A proposta foi posteriormente analisada pelos conselheiros Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) durante onze meses. Em junho de 2003, é aprovada, pelo Conselho, com 24 votos a favor, um contra e uma abstenção, a reserva de vagas para afro-descendentes e indígenas <sup>67</sup>.

A proposta aprovada passou a se chamar “Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial” e consiste em um conjunto de medidas que pretendem promover a inclusão social de negros e indígenas por meio do acesso ao ensino superior, em um contexto de Políticas de Ação Afirmativa. Três pontos básicos (acesso, permanência e implementação) são apresentados para alcançar esse objetivo <sup>69</sup>.

<b>Acesso</b>
1. Disponibilizar, por um período de 10 anos, 20% das vagas do vestibular da UnB para estudantes negros, em todos os cursos oferecidos pela universidade.
2. Disponibilizar, por um período de 10 anos, um pequeno número de vagas para índios de todos os estados brasileiros, sempre como resposta às demandas específicas de capacitação colocadas pelas nações indígenas e apenas à medida que contem com secundaristas qualificados para preenchê-las.
3. Implementar uma ação afirmativa de cunho social nas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal. Essa ação consistirá no desenvolvimento de um Programa de Acompanhamento permanente, nas escolas públicas do Distrito Federal, especialmente em regiões de baixa renda da cidade, dos alunos interessados em se inscrever no vestibular.

## **Permanência**

1. A Universidade de Brasília aloca bolsas de manutenção para os estudantes indígenas e para aqueles estudantes negros em situação de carência, segundo os critérios usados pela Secretaria de Assistência Social da UnB.
2. A UnB, em parceria com outras instituições como a Funai, propiciará moradia para os estudantes indígenas. Além disso, concederá preferência nos critérios de moradia para os estudantes negros em situação de carência.
3. A UnB se dispôs a implementar três programas relacionados diretamente com o Plano de Metas: tutoria, avaliação e ouvidoria.

## **Implementação**

1. Será nomeada uma Comissão para Implementação do Plano de Metas, a ser constituída e integrada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. (CEPE)
2. Paralelamente aos trabalhos da Comissão, a UnB realizará uma campanha de publicidade nas escolas do Distrito Federal, onde estudam a maioria esmagadora dos potenciais candidatos para as propostas de ação afirmativa por membros do CEPE.
3. Para fins de acompanhamento do processo de integração racial, será introduzido o quesito cor, tanto por autoclassificação como segundo as categorias do IBGE, nas fichas de inscrição ao vestibular e nas fichas de registro dos candidatos aprovados.

## **O Sistema**

Para concorrer às vagas reservadas por meio do sistema de cotas para negros, o candidato deverá ser de cor preta ou parda, declarar-se negro e optar pelo sistema de cotas. No momento da inscrição, o candidato deverá assinar uma declaração específica relativa aos requisitos exigidos para concorrer pelo sistema de cotas. O pedido de inscrição e uma foto, que será tirada no momento da mesma, serão analisados por uma comissão, formada por

representantes de movimentos sociais ligados à questão, especialistas no tema, que decidirá pela homologação ou não pelo sistema de cotas. Antes da aplicação das provas, o Cespe – órgão da UnB responsável pelo vestibular – divulgará, no Diário Oficial da União, na Internet e em seus quadros de avisos uma lista com a homologação das inscrições pelo sistema de cotas. Os candidatos que se inscreverem pelo sistema de cotas, mas não tiverem suas inscrições homologadas não perderão a inscrição. Além de poderem entrar com recurso, estarão automaticamente inscritos pelo sistema universal.

O edital permite que a comissão convoque os candidatos para esclarecer qualquer dúvida sobre o pedido da inscrição ou o recurso. As inscrições pelo sistema de cotas para negros serão aceitas somente pessoalmente em cinco postos no Distrito Federal e outros sete espalhados por cidades de Goiás e Minas Gerais. Não poderão ser realizadas pela Internet, por terceiros com procuração, via fax ou via postal. Caso seja verificada falsidade nas declarações e/ou irregularidade nas provas e/ou nos documentos apresentados, a inscrição, as provas e/ou o registro do candidato poderão ser anulados a qualquer tempo.

Todos os candidatos, cotistas ou não, têm de atingir uma nota mínima para classificação. Para ser classificado nas provas do vestibular, todo candidato, seja do sistema universal ou do Sistema de Cotas para Negros, deve obter, no mínimo:

- Nota maior que zero na prova de Língua estrangeira;
- 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais;
- 10% da nota na prova de Ciências da Natureza e Matemática;
- 20% da nota no conjunto das provas.

Após a classificação, as vagas reservadas ao sistema de cotas para negros serão ocupadas. Após seu preenchimento, os demais candidatos ao sistema de cotas que tiverem argumento final superior ao dos candidatos do sistema universal ocuparão as vagas totais oferecidas pela UnB, considerando-se os valores decrescentes dos argumentos finais de cada curso.

Na mesma reunião em que foi aprovado o plano de metas, foi deliberada também a constituição de uma comissão composta por membros do CEPE para operacionalizar a proposta. Em todo o ano de 2003, os membros dessa comissão e convidados (advogados,

jornalistas, representantes do movimento negro, assessores para relações raciais do senado e da câmara representantes do MEC e da SEPPIR, professores coordenadores de Neab de outras universidades públicas) trabalharam no levantamento de dados e na organização e participação em seminários sobre o tema, Moura 2004<sup>59</sup>.

A UnB implantou em junho de 2004 (no 2º Vestibular do ano) o Sistema de Cotas, que atraiu 4,4 mil estudantes de um total de 23,5 mil inscritos – 18,6% dos candidatos. Para eles, foram destinados 20% do total de vagas. Dos 4.385 cotistas inscritos no plano, 4.173 tiveram suas inscrições homologadas. Das 392 vagas destinadas aos negros, 378 foram ocupadas - 96,4% do total.

Segundo informação disponível na *home page* da universidade, com relação à recepção e apoio ao estudante que ingressou pelo sistema de cotas, logo depois do registro desses alunos na universidade, a UnB traça o perfil socioeconômico dos estudantes. Do ponto de vista socioeconômico, na medida da necessidade, há os programas que atendem a estudantes de baixa renda – bolsa alimentação, bolsa livro e bolsa permanência.

Do ponto de vista acadêmico, a UnB dispõe de um acompanhamento chamado Serviço de Orientação ao Universitário (SOU) que oferece aos alunos de graduação questões gerais da vida universitária, sejam de ordem acadêmica ou psicopedagógica. O SOU identifica necessidades educativas e pessoais dos alunos. Depois disso, encaminha-o para atendimento específico, seja com coordenadores de curso, professores ou instâncias existentes na Unb como o Programa de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (PPNE), o Hospital Universitário de Brasília (HUB) e o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) do Instituto de Psicologia.

No aspecto cultural, a Unb conta com os trabalhos do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) ligado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). Criado desde 1986, o núcleo desenvolve pesquisas, pensando o negro como sujeito da história brasileira. Outro ponto de apoio a esses estudantes é o Enegre-ser (Coletivo de Estudantes Negros na UnB). O grupo, aberto somente para estudantes negros, reúne-se todo sábado de manhã para promover eventos, debates, ou ler textos ligados à intelectualidade negra <sup>69</sup>.

Atualmente, dados de junho de 2006, estudam na UnB 1.120 alunos que ingressaram na instituição por esse sistema, avaliados em exames vestibulares.

### **O Afroatidade na UnB**

A reitoria da UnB escolheu para coordenar o programa um professor do Departamento de Serviço Social, Coordenador do Núcleo de Estudos e Ações Multilaterais de Educação em Saúde (NEAMCES) e Coordenador do Pólo de Prevenção com experiência no campo da saúde e HIV/aids e com atuação em no campo da educação em saúde e políticas sociais.

A Unb submeteu ao Programa Nacional de DST e Aids para aderir ao Brasil Afroatidade o projeto intitulado: “Estudantes negros e afros-descendentes na Universidade de Brasília: uma proposta intersetorial de inclusão social”.

Conforme descrição do plano de trabalho o projeto previa:

- 1) Levantamento de trabalhos, pesquisas e atividades no campo do Ensino, Pesquisa e Extensão, realizados por professores, estudantes e técnicos da UnB que tenham como eixo temático as DST/HIV/aids, em sua transversalidade e complexidade;
- 2) Contatos e Negociações com coordenadores de projetos/ núcleos e de atividades acadêmicas para definição de programas específicos de inserção dos estudantes cotistas;
- 3) Constituição da Comissão Gestora do Programa Afroatidade, composta por representantes dos vários projetos envolvidos;
- 4) Realizar estudos sociodemográficos e estabelecer critérios de seleção para engajamento dos estudantes cotistas no Programa Afroatidade;
- 5) Estabelecer contatos com cotistas inscritos e convite para participação no Afroatidade;
- 6) Seleção dos estudantes interessados;
- 7) Preparação dos estudantes para engajamento nos projetos selecionados (capacitação específica);
- 8) Promover curso de capacitação sobre conhecimentos específicos sobre HIV/DST/aids, como preparação para o engajamento dos estudantes nos projetos;
- 9) Articular projetos para definir/ formatar proposta da Unb, que deverão envolver:
  - 9.1) Ensino: inserção dos temas na formação profissional, na graduação e pós-graduação, por meio de disciplinas curriculares, de módulo livre, com atribuição de créditos a atividade de extensão;
  - 9.2) Pesquisa: Implementar um projeto para viabilização do Programa, e inserir os estudantes cotistas nos projetos de pesquisa em curso, acordado com coordenadores;
  - 9.3) Extensão: negociar inserção dos estudantes cotistas em projetos de extensão em curso (de preferência de Ação Contínua);

- 10) Definir indicadores, procedimentos e instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos estudantes nos vários projetos;
- 11) Programação de atividades complementares, de aprofundamento sobre temas específicos (seminários temáticos);
- 12) Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelos estudantes, com a participação dos professores coordenadores;
- 13) Promover seminários semestrais para apresentação de trabalhos e experiências realizadas;
- 14) Elaborar um programa de educação permanente, visando o aprofundamento de temas específicos, envolvendo todos os estudantes bolsistas;
- 15) Organizar uma publicação contendo os trabalhos de pesquisas e experiências realizadas ao longo do período de vigência;
- 16) Buscar alternativas para a expansão do programa, envolvendo outras possíveis fontes de financiamento.

O projeto previa ainda como metas:

- Incentivar o fortalecimento e/ou criação de núcleos e centros de pesquisa especializada nos estudos de temas concernentes aos aspectos socioeducacionais e culturais das populações afro-brasileiras, bem como a implementação de políticas sobre diversidade nos sistemas de ensino;
- Estimular a implantação de políticas afirmativas de acesso e permanência da população afro-brasileira no ensino superior;
- Incentivar pesquisas sobre processos educativos voltados para o conhecimento de matrizes africanas;
- Identificar e coletar informações acerca das populações afro-brasileiras, com o fito de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a diversidade nos sistemas de ensino;
- Produzir e avaliar materiais didáticos referentes às relações ético-raciais da sociedade brasileira;
- Realizar estudos que propiciem a formulação e avaliação de ações afirmativas para afros-descendentes;
- Criar instrumentos de intercâmbios entre os núcleos de estudos afro-brasileiros e outros grupos acadêmicos correlatos, com o objetivo de subsidiar políticas institucionais do sistema de ensino;
- Fomentar a consolidação de experiências de pesquisa e extensão na área de formação de professores para superação de práticas de racismo e de discriminação;
- Estimular a criação e desenvolvimento de programas de estudos africanos, na perspectiva sociocultural e étnica.

## **A discussão e análise dos dados**

O presente estudo foi construído a partir de uma perspectiva qualitativa, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete alunos bolsistas – beneficiários do programa e com quatro professores orientadores. Com o propósito de obter diferentes pontos de vista com relação ao programa, foram entrevistados outros quatro outros participantes, utilizando o critério de interesse, proximidade e/ou ligação direta ou indireta com sua implantação: um diretor do Programa Nacional de DST e Aids, uma ativista do movimento negro, um funcionário da universidade responsável pelo apoio aos cotistas e o professor coordenador do programa.

Em consonância com os objetivos do estudo e no sentido de responder as perguntas avaliativas e tomando como referência avaliação do grau de implantação e os conceitos de *Implantação, Permanência, Desempenho e Envolvimento*, procurou-se identificar, na análise das entrevistas, processos que possibilitaram maior ou menor participação, envolvimento e autonomia, a partir da implantação do programa na universidade. Nesse sentido, as entrevistas foram analisadas a partir de núcleos de conteúdo construídos e organizados conforme quadro abaixo:

<b>Dimensões</b>	<b>Aspectos focalizados</b>
1. Implantação	Origens do programa, seleção, atividades da bolsa, Comissão de Monitoramento.
2. Permanência	<p>Entrada na universidade, percepções sobre as cotas e o ser cotista.</p> <p>Entrada no programa, aprovação nas disciplinas.</p> <p>Percepções sobre a bolsa e permanência.</p>
3. Desempenho	<p>Atividades da bolsa.</p> <p>Conexão entre bolsa, o programa e as disciplinas.</p> <p>Percepções sobre o programa e seus conteúdos.</p>
4. Envolvimento	<p>Participação nas atividades do programa.</p> <p>Participação em atividades, eventos e espaços relacionados aos temas do programa.</p>

### Perfil dos entrevistados: alunos

Foram entrevistados sete alunos beneficiados pelo programa, de ambos os sexos e de diferentes cursos de graduação, conforme quadro abaixo:

<b>Aluno</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Curso</b>	<b>Tema da bolsa</b>	<b>Departamento</b>
<b>N.M.</b>	F	19	Ciências Sociais	Transexualidade e seus aspectos legislativos e políticos	Sociologia
<b>R.T.</b>	M	23	Geografia	Impacto do sistema de cotas em sites como o Orkut	Psicologia
<b>L.M.</b>	F	23	Biologia	Amplificação e clonagem dos genes correspondentes à gp41 e à gp120 de HIV	Biologia
<b>A.R.</b>	M	23	Serviço Social	Reação da Universidade de Brasília ao sistema de cotas	Saúde Coletiva
<b>L.C.</b>	F	21	História	Relatoria da Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial - DF	Núcleo de Estudos Afro Brasileiros
<b>R.E.</b>	M	19	Economia	Percepção de estudantes universitários sobre às campanhas educativas sobre o HIV/aids	Enfermagem
<b>M.R.</b>	F	20	Letras	Saúde e prevenção nas escolas	Serviço Social

Nas entrevistas foram abordadas questões sobre a adesão e participação e suas percepções a respeito da bolsa de estudos e do programa, seus temas, objetivos. Os alunos foram

entrevistados a partir do seguinte roteiro: primeiramente foi solicitado que o aluno se apresentasse e falasse sobre sua entrada na UnB pelo sistema de cotas, a entrada no programa Brasil Afroatitude e o trabalho desenvolvido como bolsista. Em seguida o aluno foi convidado a falar sobre os temas associados ao programa e suas atividades.

O primeiro núcleo de conteúdo destacado nas entrevistas diz respeito ao processo de implantação do programa na UnB:

## Implantação

Os alunos tomaram conhecimento do programa, antes do início das aulas, por meio de correspondência e telefonema anunciando sua implantação e a oferta das bolsas de estudo:

*Eu me lembro do dia quando o coordenador me ligou na minha casa eu abracei a minha mãe e comecei a chorar e quando a gente estava fazendo o treinamento ele contou essa estória e eu levantei o dedo toda sem gracinha e falei: “fui eu que chorei quando você ligou”. (LC)*

*Eu fui o primeiro aluno a procurar o coordenador, quando ele mandou a carta, eu liguei antes assim. Tem uma vaga ai, ai eu liguei pra ele... oh! A gente ainda vai fazer o processo ainda, você tá interessado? Ai eu fui e falei com ele. (AR)*

Os alunos destacaram que na fase inicial da implantação, o programa esteve mais relacionado aos temas associados ao HIV/aids em detrimento dos temas associados à discussão do racismo e políticas de ação afirmativa:

*A universidade não estava preparada, os professores não estavam capacitados pra isso, então a demanda por projetos raciais foi bem pequena aí os professores até inscreveram vários projetos, mas tudo só sobre aids.(NM)*

*Foi o início totalmente equivocado, já que no Projeto, se achava que existam pessoas capacitadas pra trabalhar com isso, na Universidade. Eles tinham uma idéia de que o aluno cotista teria uma consciência de sua racialidade. (RT)*

Essa fala aponta para a percepção dos alunos, de que os temas conectados pela bolsa, principalmente os relacionados ao racismo e as ações afirmativas, eram de alguma maneira “novos” para a universidade, o que não deixa de ser significativo, em uma universidade onde a adoção do sistema de cotas gerou tanta polêmica e debate. Ou seja, a adoção das cotas não tinha gerado, até então, projetos de pesquisa sobre o tema no interior da universidade.

O programa previa a existência de um comitê assessor em cada universidade. No caso da UnB exigiram do professor coordenador, uma participação mais ativa nos rumos, formato e inclusive na gestão do programa:

*Na verdade os alunos começaram a se reunir aos sábados, porque a gente precisava saber como estava caminhando. (MR)*

*Foi montada uma comissão, são seis alunos e o professor coordenador, analisamos casos, conversamos e se leva pra reunião de sexta-feira, não é tão obrigatório assim, é bom que as pessoas venham pra que todos saibam o que está acontecendo no Afroatitude, saber da programação, aí todas as decisões o grupo todo legitima.(RE)*

*As reuniões do afro [Afroatitude] são duas semanais, já teve exibição de filme temática racial, DST, atividades temáticas de algumas pessoas falando questão racial, Nelson Inocência, Frei Davi, Enegrecer. (LM)*

## **Permanência**

Sobre a entrada na universidade, os entrevistados fizeram referência às dificuldades de acesso, percepções sobre as cotas, ao mesmo tempo em que manifestam a alegria pela aprovação:

*Eu não queria fazer vestibular porque eu achava que ia ser muito difícil, por já ter tentado há um tempo atrás e não ter conseguido, aí surgiu as cotas, não tinha um pingão de consciência racial, eu acreditava que a concorrência era menor, aí fiz. (RE)*

*Entrar na UnB foi a melhor coisa da minha vida. Nunca senti uma sensação que se possa comparar com a que eu senti no dia em que passei. A felicidade maior da minha vida, Essa universidade é a minha vida, eu amo estar aqui na UnB. (NM)*

O programa utilizou prioritariamente, como critério para a concessão das bolsas a renda do aluno (em 2004 entraram na UnB 476 cotistas negros), sendo que as bolsas disponíveis eram em número de cinquenta. Ou seja, a prioridade foi dada para alunos de baixa renda. Nesse sentido, com relação ao papel desempenhado pela bolsa do ponto de vista financeiro, a fala dos alunos participantes é incisiva:

*A bolsa foi outra alegria na minha vida né? O fato de você ter passado na UnB, dá de cara com uma realidade forte. Primeiro de tudo era a passagem. Fora a bendita xerox, por semestre você gasta no mínimo R\$ 200,00. Então eu entrei em pânico. Ficava muito amargurada, em ver a minha mãe trabalhar de 2ª a domingo no salão, sentada o dia inteiro com a coluna arruinada, fazendo unha para ganhar R\$ 40,00 e me dava R\$ 30,00. (LC)*

*Eu vinha de manhã, trazia lanche de casa, as xerox dividia entre 3, 4 alunos e aí a gente trocava os textos e assim que eu tava me virando, antes da bolsa. Depois da bolsa eu comecei a tirar xerox de todas, um alívio, realmente. (AR)*

*Eu trabalhava o dia inteiro de garçom, mais de oito horas, que é o permitido pela Constituição, eu não tinha tempo de estudar, estava todo mundo desempregado lá em casa, tava só eu trabalhando. (RT)*

Percebe-se que a bolsa, como incentivo financeiro, teve um peso na entrada dos alunos, na universidade. Na fala dos alunos, também há destaque para o papel desempenhado pelo Afroatitude como “porta de entrada”, do ponto de vista de sua inserção na universidade e no meio acadêmico:

*Chegando na Universidade ele não se sente pertencente a Universidade. Muitos não têm coragem, até hoje admitir dentro da Universidade que é cotista. No afroatitude, eles deram a oportunidade do aluno, pertencer a Universidade, porque começa a descobrir o significado do sistema de cotas, a luta racial e o quão importante é a democratização do acesso, a questão do mérito.(AR)*

*É tão difícil estar inserido num projeto de pesquisa dentro de uma Universidade e o Afro te dá essa oportunidade, ele te dá o suporte financeiro, mas também ele te dá o suporte acadêmico, o suporte cultural, sabe intelectual. (LC)*

## Desempenho

Os alunos, quando questionados sobre a carga horária, as atividades associadas à bolsa, as exigências colocadas pelo programa e o seu desempenho referiram-se principalmente as dificuldades de conciliar atividades, participação em reuniões e os estudos:

*Eu estou fazendo duas coisas ao mesmo tempo. Uma atividade de extensão que é saúde e prevenção nas escolas, e a pesquisa sobre a reação da Universidade ao sistema de cotas. Estou conseguindo administrar. Aí a gente está fazendo 12 horas na pesquisa, aí o que sobra, assim umas 4, 5 horas, eu faço com o pessoal de prevenção nas escolas.(AR)*

*No início eram seis horas de leitura mais ou menos: como usar a metodologia quantitativa e qualitativa, o termo de consentimento livre e esclarecido, porque o professor não queria dar tudo construído não, ele falou que a gente que tinha que construir. (AR)*

*Esse mês foi meio conturbado porque eu tenho que cumprir doze horas, estão faltando algumas horas para que eu complete. Eu uso ônibus também pra estudar porque eu moro em Santa Maria eu levo três horas do meu dia andando de ônibus e essas três horas eu venho lendo. (RT)*

Com relação à conexão entre os temas do programa – aids e racismo - e o conteúdo das disciplinas, as falas não foram unívocas. Alguns relataram debater os temas em sala de aula ou com colegas. Como os alunos beneficiados são de diferentes cursos de graduação, possivelmente em função de seu curso, houve maior ou menos possibilidade de conectar os temas com conteúdos das disciplinas:

*Eu acho que o tema racismo ele é extremamente importante como a aids. O que estou querendo dizer com isso é que se você não consegue*

*colocar significados para os negros a questão da aids passa a não fazer sentido para os negros e aí fica ineficiente e ineficaz o controle da epidemia.(AR)*

*A discussão que eu já levei na aula foi sobre cotas é mais complicado porque tem aqueles que são contra e aqueles que são omissos, mas a voz do omissos se junta com os contra. (RE)*

*Eu comecei a trabalhar mais com aids e racismo depois que eu entrei no afroatitude é que nós pudemos trocar experiência, conversar com os outros alunos. (LM)*

*Na verdade eu acho que todo estágio da bolsa, na maioria, não tem nada a ver com a área que você está estudando. Eu já fiz três estágios junto com o afroatitude e eu acho que nenhum deles tem a ver com a minha área. É enriquecedor pra você como profissional,mas digamos que não vai fazer muita influência na sua vida profissional. (RE)*

## **Envolvimento**

Independente do curso de graduação, os alunos entrevistados mostraram-se mobilizados pelos temas do programa. Três deles participaram, em 2005, com o apoio da universidade, do “Educaids” (Encontro Nacional de Educadores para Prevenção das DST/Aids) em São Paulo, dois alunos, do encontro anual da SBPC, em Florianópolis, e outros dois fizeram referência à participação da Conferência pela Promoção da Igualdade Racial em Brasília, como atividade de extensão.

*Fomos, acho que umas nove pessoas pro Educaids. Foi tudo maravilhoso, tinham vários educadores, de aluno só tinha a galerinha do afro, cada um contando uma experiência que tinha tido na época do ensino médio. A Comissão me colocou para presidir a mesa, e eu fiquei regulando o horário das pessoas, no debate e eles não falaram nada absolutamente, eu fiquei como palestrante. Foi muito gostoso. (LC)*

*Eu dei muito valor no afro, foi um momento de muita experiência, os melhores amigos que eu fiz aqui na UnB são do Afro. As pessoas que eu tenho mais contato, que eu tenho mais afinidade, que sabem dos*

*meus problemas, que vivem coisas semelhantes às minhas, então aqui, o afro foi especial para mim. (MR)*

*Estamos organizando a primeira jornada de saúde e prevenção na UnB, uma semana sobre homofobia, racismo, saúde da população negra, inclusão, acesso democrático, juventude e sexualidade. Além dos estudantes da Universidade nós convidamos duzentos alunos de nível médio das escolas públicas. (AR)*

*Você vê pessoas falando sobre desigualdade racial, econômica, indicando bibliografias, você vai compra um livro, depois compra outro. Se tiver uma oportunidade, a pessoa vai querer estudar rebater um argumento, enfim isso é pessoal, mas o afroatitude te dá essa oportunidade de se posicionar. (LM)*

### Perfil dos entrevistados: professores

Foram entrevistados quatro professores participantes do programa na qualidade de orientadores, de ambos os sexos e de diferentes formações e departamentos, conforme quadro abaixo:

Nome	Sexo	Formação	Departamento	Tema de Pesquisa
<b>M.F</b>	F	Engenharia Civil	Engenharia Civil	Procedimentos para monitoramento de espaços urbanos.
<b>N.I.</b>	M	Comunicação	Artes	Racismo e desigualdade racial – Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.
<b>E.A</b>	M	Biologia	Ciência da Saúde	Aids – Biologia Molecular do HIV
<b>P.B</b>	F	Antropologia	Saúde Coletiva	Aids – Adesão às terapias anti-retrovirais em pessoas vivendo com HIV/aids

Aos professores primeiramente foi solicitado que falasse sobre sua adesão e participação no programa Brasil Afroatitude, o processo de seleção dos alunos e o trabalho desenvolvido pelo seu(s) bolsista(s). Em seguida, o professor foi convidado a falar sobre as atividades e desempenho dos alunos, bem como sobre o envolvimento com os temas da bolsa e do programa.

## Implantação

Os professores tomaram conhecimento e de o programa por meio de contato feito pela reitoria da universidade e posteriormente pelo professor designado para coordenar o programa. Quanto ao convite, adesão e seleção dos bolsistas:

*A reitoria convocou para uma reunião e pede professores interessados para trabalhar com alunos que tinham entrado pelo sistema de cotas, me pareceu que era o momento em que eu podia estar contribuindo na universidade e com uma questão na qual eu acredito. (PB)*

*Eu respondi o e-mail perguntando se alguém da área de Engenharia Civil poderia orientar já que o projeto se relacionava à saúde, aí ele disse que eu podia. (MF)*

*Houve então uma entrevista, basicamente a que sempre faço com todos os alunos para escolha de bolsistas. Na verdade a seleção vem depois quando você vê realmente até que ponto ele quer fazer pesquisa, até que ponto ele quer envolver-se mesmo. (EA)*

Um dos professores manifesta sua surpresa com o fato do programa, que beneficia alunos negros cotistas, ter sido uma iniciativa do Ministério da Saúde:

*Porque quando eu soube do Afroatitudo, a gente tinha expectativa que um programa desses, poderia sair do MEC e acabou saindo do Ministério da Saúde, então achei super-interessante e eu nem sabia que o Ministério da Saúde estava avançando a ponto de apresentar uma proposta. (NI)*

## Permanência

Todos os professores disseram-se surpreendidos com a proposta do programa de associar a permanência do aluno cotista a um incentivo financeiro, por um lado e a inserção em atividades acadêmicas (de pesquisa, extensão e monitoria) por outro.

Foi destacada a interdisciplinaridade do programa e principalmente a prioridade dada a alunos de I semestre, recém ingressando na universidade e sem nenhum conhecimento prévio:

*E aí havia vários desafios: Em primeiro lugar são calouros, estão colocando o pé na universidade. Isso foi um processo muito interessante. Eu decidi ficar inicialmente com um projeto que trabalharia a adesão às terapias anti-retrovirais. Fiquei com um aluno de C. Sociais que não sabia nada de nada de saúde, e dois de Física! (PB)*

*Tenho certeza que muitos alunos, ao ser retirada essa bolsa não terão condições de se manter, de pagar o xerox, o transporte. Então evidentemente que o Afroatitudo cria um fato aqui dentro. (EA)*

*Eu acho que o número de alunos de classe social mais baixa elevou muito aqui na UnB, nos últimos anos. ah, inclusive esse projeto, quando me veio lá a Afroatitudo, eu pensei que eram alunos de outros países, eu não pensei que eram alunos brasileiros. Porque eu nem tava ligada nesse sistema de cotas.(MF)*

## Desempenho

Com relação ao cumprimento das atividades da bolsa e o desempenho dos alunos como bolsistas, a experiência dos professores com seus bolsistas foram diferenciadas. É importante considerar que o programa beneficiou alunos de diferentes cursos de graduação, das áreas humanas, exatas, biomédicas, assim como professores de diferentes departamentos e formações. Essa característica originalmente prevista de interdisciplinaridade provocou, em alguns casos, consonância entre o curso do aluno e a atividade da bolsa e, em outros não:

*Ela (aluna do curso de Medicina) trabalhou com o projeto de amplificação de vírus e sequenciamento do vírus de pacientes em começo de infecção, ela era muito inteligente, trabalhava aqui duas a três vezes por semana (EA).*

*O aluno das C. Sociais incorporei dentro da disciplina “Saúde e Sociedade” onde eu toco a questão de gênero, de classe e de raça. Recebi uma aluna de Artes, foi uma experiência muito interessante, porque uma menina que queria ser artista plástica e não tinha contato nenhum com a saúde, não conhecia sobre a epidemia da aids, mas entramos. (PB)*

*A princípio me indicaram duas alunas, só apareceu uma, mas não foi uma boa, eu me dediquei em torno de no mínimo umas três tardes com ela, mas ela sumiu sistematicamente. Eu vi que a situação estava muito difícil. Ela não tinha nenhum conhecimento de informática. Eu nem forcei também. (MF)*

Ainda assim, segundo um professor entrevistado o programa:

*Teve um efeito fundamental ele institucionalizou um fato, o programa criou mecanismos para que alunos negros tivessem uma inserção na vida acadêmica e de pesquisa da universidade, isso é claro, isso para mim é evidente. (NI)*

## **Envolvimento**

Essa característica do programa de envolver alunos de diferentes cursos de graduação e professores de diferentes departamentos e formações, também teve reflexo no envolvimento com o programa. Os professores quando indagados sobre o compromisso e envolvimento dos alunos com as atividades da bolsa e do programa também relataram alguma heterogeneidade, fato que possivelmente deve ter ocorrido com as experiências dos demais cinquenta bolsistas:

*Ele se tornou meu monitor, na verdade ele é mais que monitor, ele mesmo me disse ontem “eu sou sua sombra”, por que está sempre atrás de mim em tudo. Então é uma pessoa que se envolveu muito em todas as atividades. (PB)*

*A bolsa terminou agora, quando fez um ano. Ela produziu trabalhos, trabalhou com um aluno de mestrado e vai apresentar um pôster, um trabalho dela muito legal, eu acho. Mas eu continuo em contato com ela, certamente agora ela vai se dedicar muito mais ao seu curso. (EA)*

*Mas eu acho que foi uma experiência absolutamente fundamental que precisa ser avaliada e recuperada, no sentido de como institucionalizar uma atividade como essa. (NI)*

### **Perfil dos entrevistados: outros atores envolvidos com o programa**

Foram entrevistadas também quatro pessoas envolvidas com o programa, que por sua vinculação institucional, participaram de sua formulação, ou acompanharam o processo de sua implantação na Universidade de Brasília, conforme o quadro abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Formação</b>	<b>Vinculação Institucional</b>
<b>R.B</b>	M	Médico, com especialização em psiquiatria	Diretor-adjunto do Programa Nacional de DST e Aids
<b>J.J</b>	M	Psicólogo com mestrado em Psicologia Social do Trabalho	Assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas da Universidade de Brasília
<b>M.A</b>	M	Psicólogo, com mestrado em Serviço Social e doutorado em Políticas Sociais	Professor Coordenador do Programa Afroatitude na UnB
<b>A.L.</b>	F	Graduação em História e Direito e mestrado em Direito Público	Ativista do Enegreser – coletivo formado por estudantes negros de Brasília que funciona nas dependências da UnB.

### **Implantação**

Com relação às origens do programa, as entrevista referendam os achados na documentação oficial do programa – a sinergia das agendas entre setores governamentais e a carência de produção sobre os temas da bolsa e suas conexões:

*Então, nós sentamos com todas as áreas do programa para ver de que maneira nós poderíamos atuar efetivamente, tendo como referência principal a questão da vulnerabilidade da população negra. Isso foi ficando muito claro para nós, faltava uma posição do Ministério da Saúde a respeito. (RB)*

É interessante verificar o destaque dado as resistências que o programa encontrou, tanto no momento de sua formulação, quanto depois no momento de sua implantação, fato que reproduz o que a literatura tem mostrado, quando da implantação de políticas de ações afirmativas e da adoção do sistema de cotas nas universidades públicas:

*Houve resistências em todos os momentos, até o final, na organização da cerimônia de lançamento no gabinete do ministro. A principal era a negação de que esse programa pudesse ajudar a estabelecer uma política racial no país, que ele seria racista por dividir a sociedade e acabar com a democracia racial existente em direção a um conflito étnico e racial. (RB)*

Quanto à implantação propriamente dita, o processo foi executado conforme o pactuado na ocasião da aprovação do projeto. O coordenador do programa, por iniciativa própria, antes do começo das aulas e início das atividades dos alunos como bolsistas, realizou um seminário sobre os temas do programa para os alunos, com participação de vários convidados, inclusive representantes dos ministérios participantes (PN-DST/AIDS/SEDH/MEC/SEPPPIR):

*Então nós enviamos cartas e telefonamos, fizemos entrevistas, selecionamos esses estudantes e programamos um curso de 60 horas e que virou também uma disciplina com o apoio da Gerência de DST/aids do DF. Um curso sobre saúde sexual e reprodutiva e prevenção das DST e aids. (MA)*

No momento inicial da implantação, apareceram, segundo os entrevistados, indefinições de papéis entre o coordenador a administração da universidade:

*Havia uma confusão entre os cotistas e os bolsistas do Afroatitude na UnB, mais amplo que envolve outras questões, mas, nem todo mundo*

*quer estar trabalhando com HIV/aids então houve essa questão no começo, uma discussão sobre atribuições e aí eu acho que a gente trabalhou bem essa questão. (JJ)*

## **Permanência**

Em consonância com o preconizado ainda na concepção do programa, para a administração da universidade com relação ao papel desempenhado pela bolsa na inserção e permanência do aluno na universidade, o programa e a bolsa devem estar associados a atividades acadêmicas e produção científica:

*A bolsa deve estar em função de um estudo, de um trabalho, não é porque é carente que tem que ficar recebendo bolsa sem nenhum contraponto. Não pode ser apenas um repasse de recursos, tem que ter um acompanhamento acadêmico. (JJ)*

A resistência de alguns professores a política de ações afirmativas e cotas na UnB aparece com alguma frequência, além da questão do futuro das bolsas, uma vez que o projeto foi previsto para ser executado em um ano. Segundo o professor coordenador do programa:

*Já chegou ao ponto, quando o aluno erra uma pergunta durante a aula, o professor comentar: “há você parece que é cotista”. Se associa a ausência de mérito ou baixo rendimento a questão dar cor, da raça e ao sistema de entrada na universidade. Então, infelizmente isso é uma coisa que ainda existe muito e eu acho que o Afroatitudo, uma das missões dele é contribuir para desconstruir isso.(MA)*

*A minha experiência com o Afroatitudo, eles se mantêm na universidade, eles têm tido altas oportunidades de acesso às questões da universidade. Que eu saiba nenhum estudante do Afroatitudo evadiu. O problema é a questão da renovação. (MA)*

## Desempenho

Com relação ao desempenho dos bolsistas e o cumprimento das atividades da bolsa, e principalmente a perspectiva de interdisciplinaridade, verifica-se a visão de conjunto, que aparece na fala do coordenador do programa e também entre os demais entrevistados:

*No começo nos tínhamos alunos atuando em extensão, iniciação e monitoria, mas hoje 99% dos estudantes do Afroatitude estão participando de projetos de pesquisa com bolsa PIBIC (programa de Inventivo a bolsas de Iniciação Científica do CNPq. (MA)*

*Os professores coordenadores não se cansam de elogiar os estudantes de outras áreas e que estão participando de um projeto de uma área específica. Então eu acho que isso acabou sendo enriquecedor para ambos para o professor e seu grupo de pesquisa e pro estudante do Afroatitude. (MA)*

*O estudante do Afroatitude tem sido muito bem avaliado pelos professores orientadores e coordenadores de projetos de pesquisa. Ele dá credibilidade em mostrar que o estudante negro, o estudante cotista reúne as mesmas condições e as mesmas dificuldades que qualquer outro estudante que tenha sido admitido pelo sistema universal.(MA)*

*Eu tenho certeza que esses estudantes serão intelectuais dentro da universidade, que vão melhorar aquele índice de 1% dos professores universitários negros. Vão dar mais visibilidade a questão racial e do preconceito dentro da universidade. (JJ)*

## Envolvimento

Conforme é possível verificar na fala do diretor do PN, o programa estava inserido em uma perspectiva focada em dois efeitos: a permanência e inclusão do aluno, mas também a possibilidade de produção de conhecimento. Nesse sentido, o programa teria também como efeito desejado o compromisso e envolvimento dos alunos bolsistas para com temas e atividades a eles relacionados:

*Você quando estabelece uma bolsa no Afroatitude para um estudante negro não podemos esquecer que ele tem uma família, que ele está em uma comunidade. Então os números que o programa abrange é muito significativo. Com isso você fez uma inclusão incrível. (RB)*

*Alguns nos procuraram querendo participar como voluntários do Afroatitude, poucos, a maioria ainda está perdida, perdida não, não está engajada na universidade, o próprio estudante cotista tem dificuldade de se colocar como negro e como cotista. (MA)*

Do ponto de vista do (Enegre-ser) movimento negro dentro da universidade o programa não levou em consideração a opinião dos principais interessados na sua formulação:

*O programa não foi apresentado, ele chegou como um pacote, depois de uma conversa no Ministério da Saúde e UnB direto. Apesar do susto, a gente falou: bom pelo ao menos vai haver bolsa pra alunos né. Agora nosso conhecimento do Afroatitude é de uma experiência legal porque têm coisas positivas: primeiro aglutina, une os cotistas, porque os alunos são muito dispersos e eles começam a discutir questões raciais mesmo que indiretamente. (LF)*

Algumas especificidades do processo de implantação merecem destaque, demonstrando que entre o planejado e o realizado houve, além de alterações de percurso, efeitos não originalmente previstos, como aumento no número de projetos e a ampliação com recursos da universidade para mais oito bolsas:

*No começo tínhamos 25 projetos, porque alguns professores têm mais de um projeto, os alunos que foram selecionados são de vários cursos nós temos alunos de pedagogia, serviço social, engenharia florestal, medicina, biologia. Surgiram professores coordenando projetos na área de sexualidade, violência, da desigualdade racial e de gênero, direito, advocacy. Hoje nós temos 34 projetos diferentes onde estão alocados 58 estudantes. (MA)*

Outro efeito não esperado do programa foi o movimento desencadeado pelos alunos de ter uma participação mais efetiva na gestão do programa:

*Foi montada uma comissão, são seis alunos e o professor coordenador. A gente delibera e leva pra reunião de sexta-feira, aí todas as decisões o grupo todo legitima. Analisamos cada caso com o professor, depois se contata a pessoa, não respondendo durante um mês, não tendo nenhum tipo de informação, a gente leva a decisão pro plenário. (AR)*

A administração da UnB, dois meses depois do início da implantação do Afroatitude, implantou um setor específico “Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas” e destinou um espaço físico o “Centro de Convivência Negra” dentro da universidade. Esse espaço passou a ser também a sede do programa Afroatitude:

*Essa parte de convivência o Afroatitude é o que tem mais bem implementado. A sede do Afroatitude virou um local de visita, intercâmbio de informações e amizades, então isso é uma coisa muito positiva, ele tem sido uma referência de convivência e relacionamento na universidade. (MA)*

Outro aspecto que apareceu no decorrer da implantação foram as relações institucionais e pessoais entre os diferentes atores - alunos, professores, administração universitária de apoio aos cotistas e principalmente com o movimento negro dentro da UnB:

*Desde o começo nós tivemos muitas dificuldades com o Enegre-ser, primeiro, a crítica era a questão da aids e o pouco viés de racismo e também porque professor era branco. Muitos estudantes eram do Enegre-ser e do Afroatitude, e aí chegava lá no Enegre-ser falando mal da gente e chegavam aqui falando mal do Enegre-ser.*

O diagnóstico do número inexpressivo de projetos associados ao tema racismo realizado pelo Enegre-ser, provocou mobilização nos alunos participantes junto ao professor coordenador:

*No afroatitude não poderia ter nenhum branco, principalmente o professor Coordenador, mas aí a gente entende que não é bem assim, esse espaço é um espaço negro, mas o branco pode cooperar sim, pode participar sim. (AL)*

*Aí a gente viu, quantas matérias que falam de racismo, tem duas em toda a Universidade. Então se a gente quisesse que os alunos do*

*afroatitude trabalhassem com o tema do racismo, o que a gente ia fazer com os outros 48? Então decidimos solicitar, por edital que os professores fizessem projetos especialmente voltados para saúde na população negra. E essa era a crítica do Enegre-ser. (MA)*

*O que a gente viu é que os professores não estavam aptos pra isso, aí nós fizemos um segundo plano onde entra as outras atividades fora as horas de pesquisa obrigatória dentro do afroatitude. Dentro daquele limite, é compromisso estarem aqui conosco nas quartas e terças feiras, para participar de atividades temáticas. (MA)*

Outra questão que acabou aparecendo ao longo da implantação do programa e que acabou tendo que ser abordada foi a necessidade de atendimento psicológico para os alunos:

*Na medida em que nós íamos abrindo espaços para esses estudantes negros, eles começaram a trazer pra nós, uma série de problemas pessoais, emocionais, de depressão. Nós temos hoje uma psicóloga atendendo no Afroatitude e ela tem uma lista de estudantes interessados, enorme, não está dando conta. A gente foi procurar o Conselho Regional de Psicologia aqui do DF, pra ver se eles não querem fazer uma parceria conosco, um banco de horas pra estar atendendo. Por que a quantidade de problemas psicológicos e emocionais que esses estudantes têm trazido pra nós coordenadores do programa é uma coisa preocupante, sempre associado à questão do racismo e do preconceito. Isso me chamou muita atenção de traumas que as pessoas relatam, de serem vítimas de situações violentas anteriores a entrada na universidade. Por exemplo, existem pichações dentro da universidade “fora negros”, além de comentários e constrangimentos que os alunos relatam que sofrem dentro de sala de aula. (MA)*

## **Conclusões e Principais achados**

Este estudo teve como objetivo descrever, analisar e avaliar a implantação do Programa Brasil Afroatitudo na Universidade de Brasília. Esse programa foi lançado pelo Programa Nacional DST e Aids do Ministério da Saúde em dezembro de 2004, em conjunto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR - e com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC, destinado a alunos negros de graduação que ingressaram em universidades públicas por meio do sistema de cotas.

A Universidade de Brasília é uma universidade diferenciada, não somente em função de sua excelência acadêmica e da produção científica, mas também pela proximidade com o governo federal e das relações que estabelece com a estrutura do Estado. Essa proximidade física propicia por um lado maior possibilidade de acesso às esferas decisórias do governo e maior visibilidade e peso político no cenário universitário brasileiro. A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a instituir o ingresso pelo sistema de cotas. Toda essa discussão sobre as cotas na UnB tem sido acompanhados pela imprensa, pelos ativistas do movimento negro e por intelectuais das principais universidades brasileiras, principalmente o processo de discussão para aprovação do sistema entre os anos de 1999 e 2003 e o processo de implantação do primeiro vestibular entre 2004 .

A UnB foi uma das dez universidades que aderiram ao programa Brasil Afroatitudo em março de 2005. Todas as universidades participantes tiveram autonomia para implantarem o programa de acordo com sua realidade, desde que se comprometessem com alguns critérios mínimos pré-estabelecidos. Quais sejam: destinação das bolsas de estudo, financiadas pelo Programa Nacional de DST e Aids, para alunos negros cotistas, de baixa renda, preferencialmente de I semestre, de qualquer curso de graduação, para trabalhar com os temas aids e racismo.

A partir da análise documental e da análise das entrevistas, mapearam-se aspectos relacionados a implantação e a propriedade do programa na Universidade de Brasília.

Apesar da existência de diferentes contextos institucionais e realidades bastante diferenciadas em cada uma das universidades, acredita-se que por meio da descrição e análise da implantação desse programa na UnB pode contribuir para formulação de um modelo de avaliabilidade. Espera-se que esse modelo possa contemplar os componentes da intervenção e seus possíveis efeitos e que possa ser útil, para fins de monitoramento e avaliação do programa, não somente para a Universidade de Brasília como para as demais universidades participantes.

Acredita-se que uma das contribuições desse estudo tenha sido a possibilidade de um registro datado da implantação do programa e da opinião, em alguns momentos convergentes, em outros, conflitante, de alguns de seus participantes, alunos, professores e outros atores também envolvidos com o programa.

A primeira consideração, verificada ao longo do estudo, diz respeito ao processo de implantação do programa na Universidade de Brasília. Foi possível constatar-se que em linhas gerais, o programa foi implantado, conforme originalmente preconizado.

A seleção dos potenciais beneficiários foi realizada de acordo com os critérios pré-estabelecidos: alunos negros, cotistas, de I semestre e com declarada carência. Cento e três estudantes foram considerados aptos a receberem a bolsa. Classificados pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) - órgão da administração da UnB, nos grupos 1 e 2 dos programas de assistência estudantil, que ingressaram pelo sistema de cotas em trinta e cinco diferentes cursos no 2º semestre de 2004, foram contatados por carta e telefone. Destes, sessenta e cinco demonstraram interesse e dispunham de tempo necessário para participar do programa, sendo selecionados após entrevista.

Para esses sessenta e cinco alunos foi organizado um curso 60 horas em março de 2005 sobre saúde sexual e reprodutiva e prevenção das DST e Aids, como o objetivo de introduzi-los no tema saúde da população negra e das DST/Aids.

Como o número de bolsas era de 50 e o número de participantes era maior, a reitoria da UnB responsabilizou-se pelas oito bolsas suplementares.

A seleção dos professores orientadores foi realizada por meio de divulgação dentro da universidade sob a forma de edital, privilegiando temas direta ou indiretamente ligados a questão da saúde e ao HIV/aids.

Ao longo do primeiro anos de execução do projeto foram ocorrendo substituições entre os alunos e também entre os professores, preferencialmente foi buscada a associação entre a vaga com área de formação do estudante. Alguns alunos não permaneceram no programa pelo período previsto de um ano, porque conseguiram uma bolsa de maior valor dentro da própria universidade ou porque passaram em concursos.

Inicialmente, os alunos foram inseridos em atividades de ensino, pesquisa e extensão, posteriormente as bolsas passaram a fazer parte de um projeto PIBIC (programa de Incentivo a bolsas de Iniciação Científica do CNPq). Foi recomendada aos professores ligados à extensão que os associasse a bolsa a uma pesquisa a ser submetida ao PIBIC.

O monitoramento das atividades dos bolsistas, o plano de trabalho de cada aluno, seu desempenho e frequência são realizados pelo professor orientador. O professor e o aluno encaminham periodicamente relatórios para a universidade e para a coordenação do afroatidade. O projeto original previa a formação de um comitê assessor ao programa com participação de alunos e professores. Na UnB foi constituída uma comissão gestora do programa, com participação de alunos escolhidos pelo coletivo do afroatidade, e com delegação deliberativa.

A reitoria da universidade demarcou a ênfase do programa, ao convidar para coordená-lo um professor claramente associado ao tema de pesquisa aids. Esse fato gerou tensão e até descontentamento entre alguns alunos, professores e representantes do movimento negro na universidade, uma vez que ambos os temas deveriam ser privilegiados na execução do programa e no critério de concessão da bolsa.

Entre as maiores dificuldades encontradas na implantação do programa, destaca as relações de tensão e conflito estabelecidas com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e o EnegreSer - coletivo de estudantes negros da universidade. Essa tensão esteve relacionada a dois fatos:

- A crítica na ênfase do programa aos temas associados à aids
- A crítica ao fato de o coordenador do programa ser branco

Essa crítica realizada, principalmente no processo inicial da implantação do programa provocou alterações no seu rumo e estimulando seu coordenador a buscar alternativas para suprir eventuais lacunas. Posteriormente, foi recomendado que os projetos deveriam trabalhar com temas e problemas transversais que estivessem diretamente associados não só violência à questão do HIV/aids, mas também às questões ligadas ao racismo e à população negra: desigualdade de gênero, ações afirmativas, violência, sexualidade, sistema de cotas, desigualdade racial, entre outros.

Foi possível observar que o programa na Universidade de Brasília teve um apoio muito efetivo da administração da universidade. Além de *home page* específica administrada pelos alunos, houve a destinação de espaço físico para as atividades do programa e, com recursos próprios, a destinação de mais oito bolsas complementares para beneficiar todos os alunos selecionados.

Com base nos dados obtidos, pela análise documental e realização das entrevistas, observou-se que na Universidade de Brasília o programa teve um índice de implantação maior que 75%, conforme apresentado no quadro abaixo:

## QUADRO 6: IMPLANTAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Implantação	Indicador	Parâmetro	Fonte	Unb
Criação de mecanismos de seleção para os alunos	Mecanismo de seleção – alunos	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Criação de mecanismos de seleção para os professores	Mecanismo de seleção – professores	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
Constituição de Comitê de Acompanhamento do Programa	Comitê de Acompanhamento	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
Constituição de Comitê com participação dos alunos	Nº de alunos participando do Comitê	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Preenchimento das 50 vagas para alunos negros	Nº de vagas oferecidas/Nº de vagas preenchidas	> 40: 10 30 A 39: 5 < 30: 0	Entrevista /Relatórios	10
Preenchimento das 50 vagas preferencialmente para alunos de I semestre	Nº de vagas oferecidas/Nº de alunos de I Semestre	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
Associação da bolsa aos temas (aids e população negra)	Nº de bolsas nos temas	Com associação: 5 Sem assoc: 0	Entrevista /Relatórios	5
Existência de atividades associadas os temas (aids e racismo)	Nº de atividades	Com ativid: 10 Sem ativid: 0	Entrevista /Relatórios	10
Tempo dedicado às atividades da bolsa	Carga Horária da bolsa	12 h /sem: 10 > 12 h/sem: 5 < 12 h/sem: 0	Entrevista /Relatórios	10
Visibilidade do programa no âmbito da universidade	Mecanismos de divulgação (eventos, banner, folder)	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Visibilidade do programa fora da universidade	Inserção na mídia	C/ matérias na mídia: 5 S/ matérias na mídia: 0	Entrevista /Relatórios	5
Participação de professores em atividades do programa	Participação de professores	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	0
Adesão de professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento	Nº de Áreas de conhecimento	> 10: 10 5 A 9: 5 < 2: 0	Entrevista /Relatórios	10
Criação de novos projetos de pesquisa ou extensão a partir do programa	Novos projetos de pesquisa ou extensão	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Realização de atividades de formação para os alunos	Eventos e seminários	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Realização de parcerias com setores governamentais	Parcerias com governo	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
Realização de parcerias com organizações não-governamentais	Parcerias com organizações de base comunitária	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	0
Custeio de bolsas extra programa, por iniciativa da universidade	Nº de bolsas extras	Sim: 10 Não: 0	Entrevista /Relatórios	10
Destinação de espaço físico para o programa	Espaço físico	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
Destinação de espaço específico na home page da universidade	Espaço Home page	Sim: 5 Não: 0	Entrevista /Relatórios	5
<b>Total de Pontos:</b>				<b>140</b>

Com relação à propriedade da intervenção e seus efeitos na população-alvo, observou-se que, nos aspectos relacionados à *Permanência, Desempenho e Envolvimento*, o programa conseguiu atingir os objetivos originalmente previstos.

Quanto à permanência, não houve desistência de curso nem abandono da universidade por nenhum dos 50 alunos participantes do programa, durante o período de abrangência desse estudo. Pela análise das entrevistas foi possível verificar que a bolsa de estudos, como incentivo financeiro à manutenção do aluno na universidade ocupou um papel fundamental.

Com relação ao desempenho do aluno como bolsista, a grande maioria cumpriu os compromissos assumidos com a bolsa e permaneceu como bolsista do programa. Houve algumas alterações e substituições de projeto e de professor orientador, com o objetivo de promover aproximação entre a área do professor orientador e o curso de graduação do aluno. Cinco alunos foram desligados do programa e do recebimento da bolsa por desinteresse ou por não cumprirem com as atividades previstas.

Foi possível verificar pelo relato dos alunos, apesar do acúmulo de atividades (disciplinas cursadas, atividades da bolsa e atividades do programa) que, além da aprovação nas disciplinas, os alunos tiveram acesso à experiências acadêmicas e extra-acadêmicas, a partir das atividades da bolsa. Foi verificada a participação de vários alunos apresentando trabalhos ou como participantes em congressos e seminários.

Com relação ao envolvimento com os temas do programa, entre os entrevistados observou-se que os mesmos conseguiram, em alguns casos, estabelecer conexões entre os temas do programa às disciplinas em curso e a sua vida pessoal, quando relatam levar os temas do programa para discussão em sala de aula e também em casa, com pais e irmãos. Alguns alunos relataram a experiência de retornar às escolas em que terminaram o segundo grau para conversar com os colegas sobre a importância do sistema de cotas, a existência de bolsas, como a do afroatitude e temas associados ao HIV/aids. Foi destacado por alguns, o sentimento de pertencimento à universidade a partir da inserção no programa.

Os professores entrevistados reconheceram que o programa tem promovido mecanismos de inserção dos alunos cotistas na vida acadêmica e de pesquisa na universidade e que se faz necessário registrar, documentar e avaliar a experiência.

Com base nos dados obtidos observou-se que na Universidade de Brasília o programa teve um índice de Permanência, Desempenho e Envolvimento acima de 75%, conforma apresentado no quadro a seguir:

## QUADRO 7: PERMANÊNCIA, DESEMPENHO E ENVOLVIMENTO - UnB

Permanência/Desempenho/Envolvimento	Indicador	Parâmetro	Fonte	Unb
Aprovação nas disciplinas	Nº total de bolsistas/Nº de bolsistas aprovados nas disciplinas	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios	10
Constância na universidade	Nº total de bolsistas/Nº de bolsistas matriculados	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios	10
Rotatividade dos bolsistas	Nº total de bolsas/Nº de bolsistas	50 bolsas: 10 + de 50 bolsas: 5	Entrevista /Relatórios	5
Existência de alunos voluntários no programa	Não bolsistas participantes do programa	Com: 5 Sem: 0	Entrevista /Relatórios	5
Cumprimento das atividades da bolsa	Nº de alunos recebendo bolsa por 12 meses	50 alunos: 10 Até 60 alunos: 5 > de 60 alunos: 0	Entrevista /Relatórios	5
Participação nas atividades do programa	% de alunos participando de atividades	> 75%: 10 50% - 75%: 5 < 75: 0	Entrevista /Relatórios	10
Participação em atividades/espços relacionados ao tema do programa (ONG, mov. negro)	% de alunos participando de atividades	> 50%: 5 < 50%: 0	Entrevista /Relatórios	5
Participação como ouvinte em eventos, seminários e congressos sobre temas da bolsa	% de alunos participando de eventos	> 50%: 10 < 50%: 0	Entrevista /Relatórios	10
Participação como palestrante/orador em eventos, seminários e congressos sobre temas da bolsa	% de alunos participando de eventos	> 10%: 10 5%: 5 Nenhum: 0	Entrevista /Relatórios	10
Recebimento de premiações, custeio para participação em eventos e outros benefícios decorrentes de atividades da bolsa	% de alunos com premiações e benefícios	> 10%: 10 5%: 5 Nenhum: 0	Entrevista /Relatórios	10
Publicação de trabalhos sobre temas da bolsa	% de alunos com algum trabalho publicado	> 10%: 10 5%: 5 Nenhum: 0	Entrevista /Relatórios	0
<b>Total de Pontos: 100</b>				<b>80</b>

**Grau de Implantação: Universidade de Brasília**

<b>Pontuação</b>	<b>Percentual</b>	<b>Grau de implantação</b>
140	> 75%	Implantado

**Grau de Permanência, Desempenho e Envolvimento: Universidade de Brasília**

<b>Pontuação</b>	<b>Percentual</b>	<b>Grau de Permanência, Desempenho e Envolvimento</b>
80	> 75%	Objetivos alcançados

**QUADRO 8: MATRIZ DE JULGAMENTO: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

<b>Índices de Implantação</b>	<b>Índices de Permanência, Desempenho e Envolvimento</b>	<b><math>\Sigma</math> Componente</b>
<b>140</b>	<b>80</b>	<b>220</b>

## **Limites do estudo**

O presente estudo, por tratar-se de estudo de caso, e de avaliabilidade, com ênfase na avaliação interna e formativa, teve como possibilidade trazer elementos empíricos para a discussão sobre os temas, conteúdos e resultados esperados da intervenção. Espera-se que o mesmo possa contribuir para o desenho de uma futura avaliação do programa.

O desafio de colocar o programa afroatitude como objeto de investigação esteve relacionado à inexistência de normas ou padrões claramente estabelecidos, além de pouca experiência acumulada, sua utilização e os efeitos esperados. Além disso, tem-se clareza que programas complexos e que esperam resultados múltiplos, como é o caso do Afroatitude, podem variar muito em relação a contextos diferenciados.

Outro desafio foi o de investigar um programa do qual tenho responsabilidades sobre sua implantação. Os aspectos desfavoráveis dizem respeito à dificuldade adicional de garantir uma análise crítica dos pressupostos norteadores do Programa. A principal vantagem é a de que a necessidade da construção de uma proposta de monitoramento e avaliação, sob responsabilidade do PN-DST/AIDS, e contando com a participação das universidades estava colocada, já no momento de apresentação das propostas. Essa condição pactuada viabilizou a existência de um ambiente favorável e cooperativo no âmbito das coordenações do projeto, em cada uma das universidades, e especialmente na Universidade de Brasília, onde foi realizado o estudo.

Os limites desse estudo inserem-se nos objetivos colocados no início da investigação. Quais sejam: descrever, caracterizar e analisar os níveis de implantação desse programa em uma universidade e propor um modelo de avaliabilidade que contemple os componentes da intervenção e seus possíveis efeitos.

Nesse sentido, esses limites dizem respeito à impossibilidade de generalização para as demais universidades participantes do programa, a impossibilidade de afirmar imputabilidade no sentido de estabelecer univocamente as relações entre intervenção e seus efeitos, questões que poderão ser respondidas em uma avaliação externa, focada nos resultados.

## Recomendações

O Programa Brasil Afroatitude apresenta um conjunto heterogêneo de objetivos e estratégias que articulam-se em um mesmo referencial - ações afirmativas e o enfrentamento da epidemia do HIV/aids.

Esse tema, permeado pela polêmica, está longe da possibilidade de consenso, seja do ponto de vista conceitual seja do ponto de vista político. Para além da questão das ações afirmativas e da política de cotas, outras dimensões que ele articula – protagonismo, desigualdade racial, pobreza, identidade são, igualmente, do ponto de vista teórico, conceitos, mas também questões que reportam e imbricam a outros, por isso, passíveis a inúmeras interpretações.

Esses temas, pelo menos no Brasil, vinculam-se a diferentes trajetórias no campo acadêmico e político. O campo do enfrentamento ao HIV/aids engendrou nos últimos vinte anos um conjunto de conexões e associações entre diferentes campos temáticos: saúde, direitos humanos, *empowerment*, discriminação, desigualdade, vulnerabilidade, participação e protagonismo. Em verdade, é possível verificar que ao longo desse processo, essas categorias criaram sinergia, no sentido de, em sendo associadas, interferem e se redefinem, provocando novas significações no campo político e no campo teórico-conceitual. A ampliação dessa discussão e o desafio de articular discussões próprias do campo da aids, como a vulnerabilidade e sua associação com o campo da desigualdade racial, ação afirmativa e política de cotas, obrigatoriamente, deverá ser considerada na efetivação de uma avaliação externa e de resultados do Programa Brasil Afroatitude.

Destaca-se para os gestores do programa que a investigação e análise do processo de implantação em cada universidade e dos efeitos de médio e longo prazo advindos, são condições necessárias para uma avaliação de resultados e posterior investimento na melhoria do programa.

## Referências Bibliográficas

<sup>1</sup> O Programa Brasil AfroAtitude assume a definição utilizada pelo movimento negro que preconiza que a população negra é constituída de pretos e pardos. Nesse documento utilizaremos a classificação oficial do IBGE - branca; preta; parda; amarela e indígena. A utilização dos termos preto, pardo, negro e afrodescendente tem sido problematizadas na literatura ver, por Pena SDJ, Bortolini MC. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?

*Estud. av.* [on-line]. 2004, vol.18, n.50 [citado 17 Mar 2005], p.31- 50. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100004&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0103-4014

<sup>2</sup> Revista Lai-Lai Apejo. Mulheres Negras: DST, HIV e Aids. ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras: Porto Alegre; 2003.

<sup>3</sup> Parker R. Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/Aids no Brasil: O desenvolvimento de políticas sobre o HIV/Aids, 1982-1996. Divulgação em Saúde para Debate; Nº. 27: 8-49.

<sup>4</sup> Galvão J. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia da Aids. In: Parker, R. (org.) Políticas, Instituições e Aids: enfrentando a epidemia no Brasil. Jorge Zahar Editor/ABIA: Rio de Janeiro; 1997. p 109-134

<sup>5</sup> Da Silva J. M. Aids e religiões afro-brasileiras. Boletim da ABIA, Rio de Janeiro, 1994. Nº 26, novembro/dezembro, p 10.

<sup>6</sup> Radiobras. Jornal Nacional (sinopse). Brasília, 2000. [capturado em 17 de julho de 2006] Disponível em: [http://www.radiobras.gov.br/anteriores/2000/sinopses\\_0203.htm](http://www.radiobras.gov.br/anteriores/2000/sinopses_0203.htm).

<sup>7</sup> Brasil. Boletim Epidemiológico – CRT – DST/AIDS, CVE. – Ano XIX – número 2. São Paulo: Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo; 2001.

<sup>8</sup> Batista L. E. Mulheres e homens negros: saúde, doença e morte. Araraquara; 2002. Doutorado [Tese em Saúde Pública]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

<sup>9</sup> Lopes F. Mulheres Negras e não Negras vivendo com HIV/AIDS no Estado de São Paulo. São Paulo; 2005. Doutorado [Tese em Saúde Pública] Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

<sup>10</sup> PN-DST/AIDS. Boletim Epidemiológico: números por raça e cor . (Release) Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde; 2004.

<sup>11</sup>Monteiro S. Desigualdades em saúde, raça e etnicidade: questões e desafios. In: Monteiro, S.; Sansone, L. (org.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. 344 pp.

<sup>12</sup> Fry P. As aparências enganam: reflexões sobre raça e saúde no Brasil. In: Monteiro, S. Sansone L. (org.) Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp 121-136.

<sup>13</sup> Dos Anjos, J C. Etnia, Raça e Saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: Monteiro, S. Sansone L. (org.) Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp.97-120

<sup>14</sup> Oliveira F. Saúde reprodutiva, etnicidade e políticas públicas no Brasil. In: Monteiro, S. Sansone L. (org.) Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp. 307-330

<sup>15</sup> Bastos F I. Entre a “concertação” perversa e o varejo político: a complexa trajetória reprodutiva das mulheres negras e pardas. In: Monteiro S. Sansone L. org. Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. pp.249-256

<sup>16</sup> PN-DST/AIDS Ata da primeira reunião com universidades brasileiras que adotam a política de cotas. Mimeo, Brasília 2004.

<sup>17</sup> Câmara C, Lima RM. Histórico das ONG/Aids e sua contribuição no campo das lutas sociais. Cadernos ABONG, N°. 28. São Paulo: Editora Autores Associados; 2000.

<sup>18</sup> Galvão J. Direitos Humanos Cidadania e Aids. In:Galvão J. Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA/Editora 34; 2000.

<sup>19</sup> Daniel H. Vida antes da Morte. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Abia; 1994.

<sup>20</sup> Parker R. A construção da solidariedade: Aids, sexualidade e política no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/Relume-Dumará; 1994.

<sup>21</sup> Mann J, Gruskin S, Grodim M, Annas G. Health and human rights: a reader. New York: Routledge; 1999.

<sup>22</sup> Da Silva L F, Ação Afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas. In: Santos, R. E & Lobato, F. (org) Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p 59-73

<sup>23</sup> Gomes JBB. A ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001. p 40-53

<sup>24</sup> Moehlecke S. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002 p. 197-217.

<sup>25</sup> Heringer R. Racial inequalities in Brazil: a synthesis of social indicators and challenges for public policies. *Cad. Saúde Pública*. [online]. 2002, vol.18 suppl. [capturado em 15 de março de 2005], p.57-65. Disponível em:  
[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000700007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700007&lng=en&nrm=iso). ISSN 0102-311X. pp-64

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_(b) Ação Afirmativa: estratégias pós-Durban. O impacto social da globalização no mundo. OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA - RELATÓRIO 2002 - N° 6 [on-line] [capturado em 25 de outubro de 2005]p. 55-61 Disponível em:  
[http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirob2002\\_bra.pdf](http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirob2002_bra.pdf)

<sup>27</sup> Guimarães AS. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ações afirmativas no Brasil. In: *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

<sup>28</sup> Silvério V R, Sons negros com ruídos brancos. In: ABONG. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Abong, 2002.

<sup>29</sup> Bento MA. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone I (org.). *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes; 2002

<sup>30</sup> Santos RE, Lobato F (org.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra a desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>31</sup> Silva M. P. O anti-racismo no Brasil como novos movimentos sociais. Doutorado [Tese] PUC-SP, São Paulo; 2000.

<sup>32</sup> Gomes J.B. Ações Afirmativas: aspectos jurídicos. In: ABONG. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis; 2002.

<sup>33</sup> Maggie Y, Fry P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estud. av.* [on-line]. 2004, vol.18, no. 50 [capturado em 03 Março 2005], p.67-80. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100008&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0103-4014.

<sup>34</sup> Guimarães ASA. Acesso de negros às universidades públicas. *Cad. Pesqui.* [on-line]. mar. 2003, no.118 [capturado em 03 Março 2005], p.247-268. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742003000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100010&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0100-1574.

- <sup>35</sup> Cruz M M; Santos E M; Monteiro S & Natal SN. Avaliação de programas de prevenção em DST/AIDS – revendo abordagens e metodologias. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro (no prelo) p 3-5
- <sup>36</sup> Nemes MIB. Avaliação em Saúde: Questões para os programas de DST/Aids no Brasil. Coleção ABIA, Fundamentos da Avaliação, N° 1, Rio de Janeiro: ABIA; 2001. p 7-9
- <sup>37</sup> De Lay P, Manda, V. Politics of Monitoring and Evaluation: lessons from the aids epidemic. In: Rugg D ;Peersman G & Carael M. (Eds). Global Advances in HIV/AIDS Monitoring and Evaluation. San Francisco: New Directions for Evaluation, 2004. n° 103, p 13-15.
- <sup>38</sup> Organização Mundial da Saúde. Guia de Monitoreo y Evaluación de la Atención y apoyo relacionados com el VIH/SIDA. Washington, D.C.: OMS; 2004. p 8-15.
- <sup>39</sup> Carvalho AI, Bodstein RC, Hartz. Z, Matilda A, Concepções e abordagens na avaliação em promoção da saúde. [capturado em 17 de agosto de 2006] Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/GTs/GT%20Promocao%20da%20Saude%20Doc%20Refer.htm>
- <sup>40</sup> Moreira SE, Hartz Z; Natal S, Sabroza P, Barbosa A, Pascon A. Avaliação de programa de controle da Malária, Dengue, Tuberculose e Hanseníase na Amazônia legal: uma proposta de concepção teórica e metodológica comum aos processos endêmicos. In: FIOCRUZ. Curso de Especialização em Avaliação de programas de controle de processos endêmicos. Brasília; 2004.
- <sup>41</sup> Patton, 1986 In: In: Hartz Z M.; (org.) Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde.Salvador/Rio de Janeiro: Fiocruz/Edufba, 2005. p. 41-63.
- <sup>42</sup> Hartz Z M, Aquino R, Silva GAP, Medina MG. Uso de modelos teóricos na avaliação em saúde: aspectos conceituais e operacionais. In: Hartz Z M. (org.). Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Salvador/Rio de Janeiro: Fiocruz/Edufba, 2005. p. 41-63.
- <sup>43</sup> Summerfelt WT. Program strength and fidelity in evaluation. Applied Developmental Science. 2003; 7:55-61. In: Wholey J, Hatry H & Newcomer K. (Eds.), *Handbook of practical program evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass. 1994. APUD Okamura M, Santos EM, Dhália CBC, Natal S. Modelo de Avaliabilidade de implantação do teste rápido para diagnóstico do HIV no Amazonas: Lições aprendidas. Mimeo, 2006.
- <sup>44</sup> Contandriopoulos A, Champagne F, Denis J, Pineault R. Avaliação na Área de Saúde: conceitos e métodos. In: Hartz ZA Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise de implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997. 29-489.
- <sup>45</sup> Okamura M, Santos EM, Dhália CBC, Natal S. Modelo de Avaliabilidade de implantação do teste rápido para diagnóstico do HIV no Amazonas: Lições aprendidas. Brasília. Mimeo, 2006.

- <sup>46</sup> Center for Diseases Control. Framework for Program Evaluation in Public Health. MMWR; 1999. 48(RR-11):1-40.
- <sup>47</sup> Chen TH. Theory-Driven Evaluations. Beverly Hills: Sage; 1990.
- <sup>48</sup> Contandriopoulos A, Champagne F, Denis J, Pineault R. Avaliação na Área de Saúde: conceitos e métodos. In: Hartz ZA. Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise de implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997:29-489.
- <sup>49</sup> Banco Mundial. Monitoramento e Avaliação: Algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington. DC: Banco Mundial, 2004. p5.
- <sup>50</sup> Center for Diseases Control. Framework for Program Evaluation in Public Health. MMWR 1999; 48(RR-11):1-40.
- <sup>51</sup> Rossi PH, Lipsey MW, Freeman HE. Tailoring Evaluations In: Rossi PH, Lipsey MW, Freeman HE. (eds.). Evaluation: A Systematic Approach. Thousand Oaks. California: Sage; 2004; 7<sup>th</sup> ed. pp 31-65.
- <sup>52</sup> Denis JL, Champagne F. Análise da Implantação. In Hartz ZMA. Avaliação em Saúde: dos Modelos Conceituais à Prática na Análise da Implantação de Programas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 1997.
- <sup>53</sup> VÍctora CG, Knauth DR, Hanssen MN. Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2000. pp 26-32
- <sup>54</sup> Bourdieu P, Chanboredon JC, Passeron JC. A construção do objeto. O ofício do sociólogo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- <sup>55</sup> Yin RK. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Booksman; 2003.
- <sup>56</sup> Minayo, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
- <sup>57</sup> Cosendey MAE, Hartz ZMA, Bermudez JAZ. Validation of a tool for assessing the quality of pharmaceutical services. Cad Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(2):395-406, mar-abr,2003.
- <sup>58</sup> Maio MC, Santos RV. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n° 23 jan/jun de 2005.
- <sup>59</sup> Moura ADO. Plano de metas para integração social, étnica e racial na UnB: Relato da comissão de implementação. In Bernardino J. et al (org.). Levando a raça a sério: ações afirmativas e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (217-240).

- <sup>60</sup> Cidinha da Silva. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: Cidinha da Silva. (org.) Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. (17-38).
- <sup>61</sup> Guimarães ASA. O acesso de negros às universidades públicas. In: Silva PG. et al. (org.) Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. (193-216).
- <sup>62</sup> Guimarães ASA. Ações afirmativas para população negra nas universidades brasileiras. In: Santos RE. et al. (org.) Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (75-82).
- <sup>63</sup> Maggie Y. e Fry P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estud. av.* [online]. 2004, vol.18, no.50 [capturado em 30 Julho 2006], p.67-80. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100008&lng=pt&nrm=iso). ISSN 0103-4014.
- <sup>64</sup> Munanga K. Políticas de ação afirmativas em benefícios da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesas de cotas. In: Silva PG. et al. (org.) Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. (115-128).
- <sup>65</sup> Carvalho JJ. Exclusão Racial na Universidade Brasileira: um caso de ação negativa. In: Queiroz D. (org.) O negro na universidade. Salvador: Novos Toques, 2002. (79-99).
- <sup>66</sup> Carvalho JJ. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n° 23 jan/jun de 2005. p.237-246.
- <sup>67</sup> Heringer R. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. Trabalho apresentado na 1.a Conferência Internacional da Rede de Estudos de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes; 3 a 7 de janeiro de 2005.
- <sup>68</sup> Belchior E. Não Deixando a Cor Passar em Branco: o Processo de Implementação de Cotas para Estudantes Negros na UnB. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- <sup>69</sup> Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília José Jorge de Carvalho /Rita Laura Segato. [capturado em 22 de abril de 2006]. Disponível em: [http://www.unb.br/portal/admissao/sistema\\_cotas/](http://www.unb.br/portal/admissao/sistema_cotas/)

## **A n e x o s**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prezado(a) Senhor(a),

Este documento tem a finalidade de informá-lo(a) e pedir o seu consentimento para participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública “*Dr. Sérgio Arouca*” - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, sediada na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O estudo pretende investigar a implantação do Programa *Brasil AfroAtitude* na Universidade de Brasília tendo como foco principal o estudo de estratégias para avaliação e monitoramento do Programa em nível nacional. A pesquisa será conduzida através de análise de documentos e realização de entrevistas com os alunos participantes, professores orientadores e com o professor coordenador do Programa na UnB. As questões que serão sobre o desenvolvimento do Programa AfroAtitude na Universidade de Brasília, especificamente com relação à execução das ações e metas programadas no momento de seleção e recebimento da bolsa de estudos.

O(a) senhor(a) tem o direito de pedir outros esclarecimentos sobre a pesquisa e pode se recusar a participar ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer consequência, seja pessoal ou profissional.

Os resultados do estudo serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que dele participaram. Os benefícios diretos dessa pesquisa dizem respeito a contribuir para a realização de estudos semelhantes nas demais universidades participantes de Programa.

Se o(a) senhor(a) sente-se devidamente informado(a) sobre a pesquisa e o que se pretende com ela, bem como sobre seus direitos e a utilização que terão as informações a nós prestadas pelo senhor(a), peço que se identifique e assine a declaração abaixo:

Declaro estar ciente das informações deste Termo de Consentimento e concordo em participar desta pesquisa.

Data:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Participante:

Coordenador da Pesquisa

Karen Bruck de Freitas

SQN 210 Bloco H Apto 520

Brasília-DF CEP: 70.862-080

Tel (61)-3448-8026

e-mail: karenbf@aids.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP/ENSP)

Rua Leopoldo Bulhões, nº1408/321 – Manguinhos

Rio de Janeiro - RJ CEP: 21041-210

Tel: (21) 290-0085 Ramal: 2054

## **Termo de Autorização da Instituição**

**De:** Karen Bruck de Freitas

**Para:** Sr. Lauro Morhy  
Reitor da Universidade de Brasília

**Assunto:** Solicitação de autorização para Realização de Pesquisa com alunos, professores orientadores e professor coordenador do Programa Brasil AfroAtitude na UnB.

Prezado Senhor,

Solicitamos autorização de V.Sa. para realização, junto a Universidade de Brasília, de uma pesquisa que está sendo desenvolvida para realização de dissertação do Curso de Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde e Avaliação de Programas de Controle de Processos Endêmicos da Escola Nacional de Saúde Pública “*Dr. Sérgio Arouca*” - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, sediada na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O estudo pretende avaliar a implantação do *Programa Brasil AfroAtitude* através de um estudo-piloto na Universidade de Brasília, tendo como foco principal à execução realizada em relação ao que foi programado, identificando fatores que possam ter interferido nesse processo. Este estudo piloto fornecerá subsídios para a elaboração de um sistema de monitoramento e avaliação do Programa AfroAtitude a ser posteriormente adotado nas demais universidades públicas participantes desse Programa.

A pesquisa será conduzida através da análise de documentos e relatórios elaborados durante a implementação do Programa nessa universidade e pela realização de entrevistas com alunos, professores orientadores e professor coordenador do Programa Brasil AfroAtitude nessa Universidade. As informações contidas nos documentos analisados, bem como as prestadas pelos alunos e professores envolvidos no Programa serão mantidas em sigilo e os resultados do estudo serão apresentados de maneira que não seja possível identificar os indivíduos que dele participaram.

Caso V.Sa. esteja de acordo com a realização da pesquisa aos professores e alunos participantes do Programa em sua universidade, peço que assine a autorização que se encontra ao final deste documento.

Atenciosamente,

***Karen Bruck de Freitas***

Coordenadora da Pesquisa

Autorizo a realização da presente pesquisa junto aos alunos e professores do Programa Brasil AfroAtitude na UnB.

Data:

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

\_\_\_\_\_  
***Lauro Morhy***

Reitor da Universidade de Brasília